

Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

Gonçalo de Vasconcelos Brito Lemos Pinto

**Desenho urbano medieval
Uma interpretação gráfica da urbe e do território**

Fevereiro 2013



Escola de Arquitectura

Gonçalo de Vasconcelos Brito Lemos Pinto

Desenho urbano medieval

Uma interpretação gráfica da urbe e do território

Dissertação de Mestrado

Ramo do Conhecimento: Cultura Arquitectónica

Trabalho efectuado sobre a orientação do

Arquiteto João Paulo Cabeleira Marques Coelho

Fevereiro 2013

Agradecimentos

Ao arquiteto João Cabeleira, por todo o apoio dado na elaboração da tese.

Aos meus avós, aos meus pais, ao Tomás e à Bianca.

Índice

0 Introdução	10
0.1 Tema e problemática	11
0.2 Território e Urbes em estudo	12
0.3 Objectivos e Justificação da Investigação	14
0.4 Metodologia; Estratégia de interpretação do território e da urbe	16
1 Diagrama Territorial	20
1.1 Limites, seleção da amostra em estudo	26
Morfologia do terreno	28
Rede viária	32
Hierarquia territorial	36
1.2 Implantação dos casos de estudo	39
Alcácer do Sal	40
Évora	42
Elvas	44
2 Compreensão do desenho da urbe	46
2.1 Tipologias de cidade em estudo	
A urbe árabe	48
A urbe cristã	50

2.2 Cheios e Vazios Urbanos	
As muralhas e as suas portas	54
A rua	58
O largo e a praça	62
O rossio	64
Cheios da urbe	68
2.3 Padrões Urbanos	
Alcácer do Sal	72
Évora	83
Elvas	94
3 A forma da urbe	104
Transformações manuelinas na urbe	105
3.1 Alcácer do Sal	107
A Rua Nova e a Praça Nova, intervenção manuelina	
3.2 Elvas	110
Sequência em Estudo, intervenção manuelina	
3.3 Évora	116
Sequência em estudo, intervenção manuelina	
Conclusão	126
Bibliografia	130
Índice de Imagens	134
Anexos	136

Resumo

Este estudo propõe-se a relacionar o urbanismo medieval português no seu confronto com o território. Os casos de estudo, Alcácer do Sal, Évora e Elvas servem como referência para uma análise interpretativa de uma faixa da região do Alentejo.

No primeiro capítulo aborda-se a amostra territorial em estudo, caracterizando os seus limites (morfológicos e políticos) e relacionando a rede urbana montada na região. A uma escala mais aproximada percebe-se também a implantação das urbes em estudo tendo em conta a morfologia do terreno e rede hidrográfica.

No segundo capítulo identificam-se os cheios e vazios presentes na urbe medieval, num primeiro momento na sua especificidade e depois relacionando-os com a caracterização das urbes em estudo, desde a sua preexistência árabe até ao início do século XVI.

No terceiro capítulo procura-se explorar tridimensionalmente os elementos urbanos através de sequências urbanas. Estas sequências são um conjunto de vias, praças e equipamentos relevantes para o período em estudo. Também se aferem com mais rigor questões métricas, relacionando-as com os princípios da expansão medieval. No caso das urbes de Elvas e Évora propõe-se ainda especulações gráficas acerca de espaços e equipamentos que já não existem atualmente mas que foram importantes à época.

Abstract

This study proposes to relate the Portuguese medieval urbanism in its confrontation with the territory. The case studies, Alcacer do Sal, Évora and Elvas serve as reference for an interpretative analysis of a part of the region of Alentejo.

The first chapter deals with the territorial sample under study, characterizing its limits (morphological and politicians) and relating the urban network mounted in the region. At a closest scale we realize the implantation of cities taking into account the morphology of the terrain and river network.

The second chapter identifies the solids and voids present in medieval metropolis, at first in its specificity and then relating them to the characterization of the cities, since its Arabic preexistence to the early sixteenth century.

In the third chapter, we will explore three-dimensional urban elements by urban sequences. These sequences are a set of pathways, plazas and equipment relevant to the period under study. Also, we will gauge metrics issues, relating them to the principles of medieval expansion. In the case of cities of Elvas and Évora its proposed a further graphic speculation about spaces and equipment that no longer exist today but which were important at the time.

Capítulo 0

0.1

Tema e problemática

O presente estudo enquadra-se na área de cultura arquitetónica, debatendo-se sobre a evolução da morfologia urbana.

O período compreende o arco temporal dos séculos XIII e XVI, balizado pelo final da reconquista cristã do território português (1250), e o final do reinado de D. Manuel I (1521) coincidente com as primeiras experiências modernas.

De acordo com período em análise debruçamo-nos sobre a compreensão de um modo de ocupação e estruturação urbana árabe, sobre o qual se operam transformações de acordo com o novo quadro cultural e político da reconquista cristã. É portanto um estudo que pretende compreender preexistências, permanências e transformações (formais e funcionais) dos aglomerados urbanos seguindo da ocupação árabe em território português (século VIII – XIII) até a um pensamento moderno que surge gradualmente a partir do segundo quartel do século XV.

Elegendo uma amostra territorial, da qual se evidenciam três casos (Alcácer do Sal, Évora e Elvas), pretende-se construir uma interpretação gráfica apoiada nas ferramentas disciplinares da arquitetura (o desenho), evidenciando princípios do urbanismo medieval português e o seu confronto com o território.

0.2

Território e Urbes em estudo

O território/amostra em estudo é uma faixa do Alentejo, território continuamente ocupado e povoado por romanos, árabes e cristãos, que aí deixaram registadas as suas marcas.

A ocupação e marcas urbanas árabes foram, apesar de pontuais a Norte, bastante evidentes a Sul do Tejo. Pela sua permanência durante mais de 5 séculos são ainda evidentes as suas marcas no traçado urbano de Lisboa, Elvas, Silves ou Mértola.

Com a Reconquista cristã há uma alteração dos referentes políticos e religiosos que caracterizam as urbes, particularmente a Sul onde a ocupação árabe era mais persistente. Este acontecimento, associado à reorganização política do território anteriormente unificado segundo dois reinos independentes (Portugal e Castela) obriga a uma seleção criteriosa das urbes em estudo pois nem todas as urbes mantiveram a sua importância durante esta mudança de uma lógica ibérica unitária para uma lógica compartimentada.

Como critérios de seleção dos casos de estudo consideramos uma presença árabe efetiva, uma expansão medieval considerável e uma evidente intervenção manuelina com impacto no tecido da urbe. Por outro lado seria importante no sentido de garantir uma unidade da amostra territorial que os núcleos urbanos evidenciassem relações entre si e possuíssem escalas diversas.

Apesar de importantes durante o período de ocupação árabe as urbes algarvias (Silves, Faro e Loulé) são excluídas por se regerem noutras lógicas regionais.¹ Mértola é outra urbe que conheceu durante o período da ocupação árabe um desenvolvimento considerável mas depois foi gradualmente perdendo a sua importância durante o período medieval.

Évora e Elvas são as urbes mais importantes da região, tanto durante o período da ocupação árabe como no período medieval cotando-se no início do século XV como 2^a e 5^a cidade do reino respetivamente.²

1 - Ver esquema "Rotas árabes" durante o período islâmico.

2 - Cadastro do Reino do século XVI (RIBEIRO, O: 1193)

Elvas, pela sua posição como cidade raiana, com forte cariz militar, é a primeira defesa a Oeste de Lisboa do reino Português. Évora posiciona-se no centro do território alentejano, na interseção de importantes rotas comerciais, com boas condições hídricas e de solo para a prática agrícola, assumindo-se como centro administrativo da região.³

Ainda que a dimensão de ambas as urbes durante a ocupação árabe seja semelhante, durante o período medieval a expansão de Évora é bem mais acentuada do que a de Elvas, em parte pelos fatores anteriormente enunciados e pelo papel na administração do território.

Alcácer do Sal foi um importante aglomerado árabe como o podem corroborar as muralhas implantadas no alto da colina da cidade. É uma cidade portuária a cerca de 32 km da linha de costa e ainda que a sua relevância regional tenha decaído (ultrapassada por Setúbal no início do século XVI), ao período em estudo corresponde um crescimento urbano considerável e sistematizado, contando-se a ocorrência de alguns eventos importantes à época e de presença régia na urbe, tal como em Évora.

Comparando as três urbes em questão: Alcácer do Sal, Évora e Elvas podemos considerar que a dimensão do aglomerado é pequena, grande e média respetivamente à época, tendo em conta os padrões urbanos do Reino.

Também por causa da posição que ocupam no território: Alcácer, junto ao rio a Oeste da faixa de amostra, Évora, no centro do território alentejano e Elvas, próxima da fronteira a Este com Castela, a sua função ou motivação é diferente: Alcácer do Sal – cidade portuária, Évora – cidade administrativa da região, Elvas – cidade de cariz militar.

3 - Casamento de D. Manuel I com a infanta D. Maria de Castela

0.3

Objetivos e justificação da Investigação

Como objetivos para o presente estudo pretende-se relacionar diferentes urbes de um mesmo território de modo a garantir uma amostra interpretativa da região e das urbes alentejanas. Pretende-se analisar os cheios e vazios da urbe medieval ao invés da linguagem estilística ou tipologias construtivas. Procura-se a compreensão morfológica do tecido urbano medieval, percebendo-o no confronto entre os antecedentes de raiz islâmica e as posteriores transformações de acordo com o quadro cultural do século XVI.

Neste âmbito verifica-se uma ausência de estudos sobre a relação entre as diferentes urbes no período e amostra territorial em estudo, sendo as investigações elaboradas maioritariamente ligadas a monografias locais ou análise de edifícios singulares.

A investigação acerca da história do urbanismo português é ainda pouco aprofundada, destacando-se a tese de doutoramento de Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal como*, citando Mattoso J., 2010 "(...) um passo importante na historiografia medieval portuguesa. Este juízo de valor baseia-se no facto de tratar com manifesta competência e segurança um tema praticamente novo em Portugal – a história do urbanismo." Acerca do debate da influência islâmica na morfologia urbana portuguesa tem-se como referência a tese de mestrado de (Sampaio, M: 2001) *O modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas (século VIII-XIII)*.

O estudo do urbanismo moderno em Portugal é também escasso, sendo este mais orientado para monografias de edifícios ou intervenções pontuais, a par da investigação sobre as cidades da expansão ultramarina. Nesse sentido a própria definição de "pensamento moderno" para o período final do estudo enquadra-se essencialmente em alterações ou pequenas adições no tecido urbano pré-existente.

Pretende-se com este estudo contribuir para a construção de uma estratégia gráfica de análise abrangendo uma transversalidade de escalas capaz de relacionar a implantação de urbes portuguesas com diferentes tipos de unidade de paisagem, assim como a caracterização da urbe segundo simulações bidimensionais e tridimensionais, construtoras de uma narrativa gráfica. Como tal o estudo explora ideias do urbanismo e território medieval evidenciadas pela representação e especulação gráfica, usando o desenho como principal meio de análise, extrapolação e comunicação da informação recolhida.

A relevância que a extrapolação gráfica de elementos desenhados no plano bidimensional com cruzamento de fontes escritas poderá ter na compreensão e registo gráfico dos temas abordados. O cruzamento de fontes escritas com o uso da ferramenta do desenho pretende relacionar ações como a escolha do assentamento, o entendimento do território, o comando das operações e os agentes no terreno, bem como visualizar com outra clareza os vários elementos urbanos que compõe a cidade: a importância da rua, a forma das parcelas, a composição e hierarquia dos vazios urbanos, os equipamentos e espaços coletivos.

(Trindade, L: 2011)

0.4

Metodologia – uma estratégia gráfica de interpretação do território e da urbe

Metodologicamente a análise assenta num processo de desenho cognitivo na sua vertente de representação, análise, reconhecimento e extrapolação. A avaliação gráfica dos aglomerados urbanos assenta no registo do seu estado atual, identificação e separação dos estratos construtivos que compõe a cidade e especulação gráfica sobre o âmbito específico da proposta de investigação.

Pretende-se que este estudo do território e da urbe seja mais que um relato textual do espaço urbano português. Naturalmente, tendo em conta o tema em debate, a história do urbanismo português, as referências textuais desempenham um papel importante na compreensão das transformações que construído e vazios urbanos sofreram ao longo dos séculos. A quase inexistência de fontes gráficas primárias (comum em estudos anteriores à idade moderna) realça a importância dos documentos escritos e estudos recentes, mas essencialmente da observação in loco do construído, como ferramenta de compreensão do espaço urbano medieval português. Assim ter-se-ão de se referir os estudos de José Mattoso, Paulo Pereira, Walter Rossa, Luísa Trindade e Sérgio Carvalho sobre o urbanismo medieval português, ou de Mafalda Sampaio em relação à cidade árabe em Portugal.

Da parte do campo disciplinar da Arquitetura há uma necessidade de registo gráfico, indo além do registo textual. No estudo em questão, analisam-se preexistências, expansões ou redesenho dos aglomerados urbanos com o apoio de referências textuais, testadas em desenho e depois exploradas graficamente na procura de ferramentas de representação que avancem para além do registo bidimensional. É a ferramenta do desenho que nos permite explorar formas, traçados, dimensões, regras e relações das urbes e que nos permite uma exploração gráfica cognitiva de uma construção histórica.

Também o contacto com as urbes em estudo, a observação e registo gráfico da sua condição atual são premissas fundamentais para compreender a realidade da evolução urbana e limites da exploração gráfica a que este estudo se propõe.

O que se procura debater é o território e a urbe medieval pelo que se exige uma amplitude de escalas de desenho que esteja em concordância com os temas em estudo. Optamos por separar em duas escalas: escala territorial e escala da urbe. Na primeira, avalia-se a morfologia do terreno, a rede hidrográfica e ligações/distâncias entre as urbes bem como as suas relações e hierarquia de ocupação do território. Já no que se refere à implantação dos casos de estudo, os mesmos temas são explorados a uma escala mais aproximada, percebendo o contato do construído com o terreno e de como as características do território pesaram na posição e estruturação da urbe.

À escala da urbe, procura-se a compreensão do seu desenho, dos seus elementos urbanos⁴ e evolução do aglomerado bem como a extrapolação gráfica de sequências urbanas que facilitem a análise de aspetos formais da urbe, desde a reconquista cristã até ao pensamento moderno inerente às transformações manuelinas no início do século XVI.

Nesse sentido, a narrativa gráfica aqui sugerida está organizada em três capítulos que permitem uma leitura transversal do território até à urbe (desde a escala 1/500.000 até à escala 1/100). Pretende-se que este estudo não seja conduzido somente de acordo com uma sequência cronológica mas também num sentido de aproximação à urbe, percebendo as lógicas associadas à sua implantação e ao seu desenvolvimento.

O capítulo 1 – Diagrama Territorial – aborda a rede urbana regional, bem como a morfologia do terreno e relações entre as diferentes urbes e implantação dos casos de estudo. A escala utilizada nos desenhos do diagrama territorial é a 1/500.000 e na implantação das urbes de Alcácer do Sal, Évora e Elvas a escala 1/25.000. Em ambos os casos a informação base dos desenhos elaborados advém de cartas militares.⁵

As duas escalas trabalhadas nos desenhos foram as que a nosso entender melhor poderiam relacionar as urbes em estudo e reconhecer as premissas da sua implantação e posição geográfica perante a evolução económico-social do país durante o período em estudo.

4 - Ver subcapítulo Elementos urbanos em análise – cheios e vazios da urbe.

5 - As cartas militares foram adquiridas no Departamento de Geografia da universidade do Minho. Correspondem ao ano de 1940 e estão à escala 1/500.000 as que correspondem ao diagrama territorial e à escala 1/25.000 as que correspondem à implantação dos casos de estudo

No capítulo 2 – Compreensão do desenho da Urbe – identificam-se os elementos urbanos prementes na urbe árabe e medieval. Numa primeira fase incidindo em elementos concretos e numa segunda procurando identificar padrões urbanos que revelem um modo de ocupação/desenho concordante entre os casos de estudo ou decorrente das especificidades de cada caso. A elaboração dos desenhos das urbes foram resultado do cruzamento de plantas disponibilizadas pelas câmaras e por orto foto mapa, assim como pela visita e observação das urbes em estudo.

No capítulo 3 – A Forma da Urbe - propõe-se a observação de diferentes sequências urbanas que correspondem às principais vias ou vazios urbanos de cada núcleo. Através da extrapolação gráfica dos elementos considerados no capítulo anterior representam-se tridimensionalmente estes percursos, de modo a compreender de que modo o desenho e forma da urbe se foram moldando ao longo do período em estudo. As intervenções urbanas no início do século XVI (transformações manuelinas) têm neste âmbito um papel importante na reestruturação ou ampliação das urbes em estudo. A Rua Nova e a Praça Nova em Alcácer, a Praça Nova em Elvas ou o Paço Real e Rossio de S. Brás em Évora são intervenções dentro do período em estudo reveladoras de um novo vocabulário urbano. No caso das intervenções em Évora e Elvas são também levantadas graficamente hipóteses de como seriam esses espaços aquando da sua transformação.

O desenho não é só ferramenta de análise, de especulação e ensaio de hipóteses como também a melhor ferramenta de representação do estudo. “ a utilização do desenho digital como ferramenta de interpretação histórica alarga substancialmente as hipóteses de investigação e compreensão do processo evolutivo, em especial para os casos onde as fontes tradicionais (escritas e desenhadas) não permitem ir mais longe.”

(Trindade, L:2011)

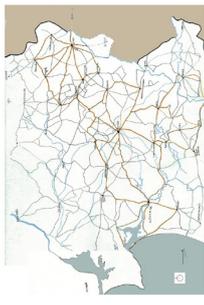
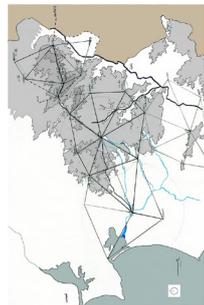
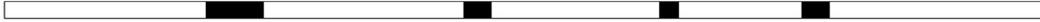
A sistematização gráfica da informação desenhada em cada capítulo, do ponto de vista de linha e cor, procura tornar possível fazer comparações a partir das quais se estabelecem relações, padrões ou formas e, dessa forma, corroborar o que outras fontes permitem antever.

O trabalho publicado de Orlando Ribeiro acerca da caracterização das unidades de paisagem existentes no território nacional bem como as ilustrações de Saverio Muratori revelaram-se importantes na compreensão e representação do território.

1 : 500.000

TERRITÓRIO

1 : 25.000



1. Diagrama Territorial

A ocupação árabe e a reconquista cristã

A ocupação árabe no território português integrava-se numa lógica ibérica, território então designado por Al-Andalus, e a sua organização assentava em ligações transversais à Península, primeiro como emirado (756-926) e posteriormente como califado (926-1030).⁶ Com a dissolução do califado o território foi dividido em várias taifas, reinos independentes. O território português corresponde a uma subdivisão do reino árabe, denominada de Garb Al-Andalus (o ocidente). Em conjunto com os romanos, a ocupação árabe foi das mais significativas no território antes do domínio cristão, não só pelos cinco séculos de permanência no território como também pela erudição da civilização islâmica, comercialmente ativa e assumidamente urbana, constituindo parâmetros de fixação e desenvolvimento de vários núcleos urbanos na região.

A barreira física que constituía o rio Tejo, o clima e topografia favoráveis à civilização islâmica, bem como as bacias hidrográficas dos rios guadiana, Tejo e Sado que garantiam o abastecimento de água contribuíram para que a permanência árabe no território português se prolonga-se desde o século VIII ao XIII principalmente a Sul, no território então designado por “Al Garb” (TEIXEIRA, M: 2012)

Foram poucas as urbes fundadas pelos árabes em Portugal, utilizando sobretudo a rede urbana deixada pela romanização⁷, favorecendo o comércio e desenvolvimento dos velhos assentamentos. É contudo, mais intensa a ocupação árabe no Sul e interior da Península.

A rede urbana existente na região do Al-Andalus assenta nas vias que ligavam as principais urbes islâmicas. Dentro do território português contam-se Lamego e Coimbra a Norte do rio Tejo Lisboa, Santarém, Elvas, Mértola, Silves, Évora, Alcácer do Sal e Aljustrel no Sul do Reino⁸. A presença árabe em Portugal nunca atingiu a dimensão urbana que teve no Sul de Espanha, onde a sua ocupação foi mais prolongada e cidades como Córdoba, Sevilha e Granada correspondem aos centros de organização política peninsular.

6 - (SAMPAIO:2001)

7 - Entre a queda do império romano (409) e a ocupação árabe (711) os Visigodos foram o povo mais presente na amostra em estudo. Este povo contudo não registou a mesma preponderância urbana que as civilizações romana e árabe. Acabou por se instalar primordialmente nos antigos assentos romanos, como por exemplo a traça romano-visigoda que a muralha de Évora. A sua possível influência nos traçados das urbes portuguesas, nomeadamente na amostra em estudo é diminuta pelo que a sua presença não é considerada pertinente para o estudo em questão.

8 - reino. 1. Território sujeito à autoridade de um rei. 2. Província de um estado que anteriormente teve um rei próprio - AAVV: 1987., Moderna Enciclopédia Universal - Círculo dos Leitores, Porto.



Esquema da ocupação árabe do território Al-Andalus

Todavia, a sua influência é evidente no tecido urbano das urbes alentejanas. Aglomerados como Mértola, Alcácer do Sal ou Silves conheceram um grande desenvolvimento durante esta época, mantendo um papel regional durante a idade média, sendo gradualmente secundarizados em favor da crescente importância de núcleos costeiros com o início da expansão marítima no século XV.

Os árabes, para além dos fatores já enunciados, procuravam estabelecer uma regularidade na distância e ocupação do território como se averigua da triangulação entre os diferentes povoados. Este princípio de ocupação do território garantia uma melhor defesa dos aglomerados e foi também adotado e explorado mais tarde pelos cristãos.

“Em 1249, no reinado do quinto monarca português, com a ocupação do Algarve ocidental, fixou-se, nos traços essenciais, o contorno do novo Estado.” (RIBEIRO:1993, p.137)

Com a reconquista cristã essa lógica de ocupação ibérica é desmontada em função de dois reinos independentes, Portugal e Castela, reorganizando-se rotas e quebrando relações que antes geriam as dinâmicas dos núcleos urbanos. Casos de Mértola e Silves⁹, que gradualmente, após a reconquista cristã, foram perdendo o valor estratégico muito por causa da inexistência de rotas comerciais.

Aquando da conquista do território a Sul do Tejo, existe já uma rede urbana estruturada, que se transformará em virtude da posição fronteiriça com o reino espanhol. Com efeito, é somente após esta data [(1249) que marca a unificação territorial do reino português] que se observa um primeiro ímpeto régio de fixação da população e de defesa do território.¹⁰ Existe agora uma necessidade de consolidar e povoar o território então conquistado de modo a garantir a soberania portuguesa.

Durante o período medieval há dois períodos distintos na gestão do reino português que se podem associar à sucessão dinástica que houve no reino português. Estes dois períodos correspondem à dinastia da casa de Borgonha (1270-1383) e dinastia da casa de Avis (1385-1578) e são tomadas opções políticas na gestão do território que coincidem com ritmos e tipologias de construção distintos. Num primeiro período pós reconquista há um evidente esforço de povoamento e ocupação do território pelo que a maior parte da construção de sistemas defensivos como muralhas e castelos corresponde na sua maior parte ao século XIII e XIV. Durante este período¹¹ fundaram-se muitas vilas, especialmente junto à raia alentejana e nordeste trasmontano.¹² As vilas medievais fundadas no século XIV como Estremoz, Monsaraz, Redondo ou Vila Viçosa, localizadas no Alentejo oriental, visavam assegurar uma rede defensiva contra possíveis invasões castelhanas. Ao mesmo tempo, acentua-se uma política de povoamento e ativação do território (ex. produção agrícola e trocas comerciais – aparecimento das feiras).

9 - Inclusive chegaram a deter independência após o desaparecimento do califado de Córdoba contando-se em 1031 as taifas (reinos) de Mértola e Silves. (SAMPAIO:2001)

10 - Durante o reinado de D. Afonso III foram publicadas 46 cartas de foral no Norte do reino, 5 no Centro e 13 no Sul. (VENTURA 2006, p.116)

11 - Período entre 1250-1385, fim da Dinastia de Borgonha e crise dinástica de 1383-85.

12 - Trancoso, Belmonte e Bragança são bons exemplos.

Após o interregno (crise dinástica de 1383-85) há uma maior segurança das fronteiras do reino, situação que em conjunto com o início da expansão marítima no séc. XV seguiu-se um ímpeto importante de construção. (PEREIRA, P: 2007)

Com o crescimento do império há a possibilidade de aplicar os princípios da urbe medieval/tardo-medieval em implantações de cidades de raiz, como por exemplo nas ilhas atlânticas, onde houve uma verdadeira colonização. O território além-mar constituiu-se como o grande campo de experimentação do urbanismo português, não só durante o período em estudo como posteriormente até ao século XVIII. Esta experimentação encontra eco nas cidades do continente, de acordo com as devidas preexistências.

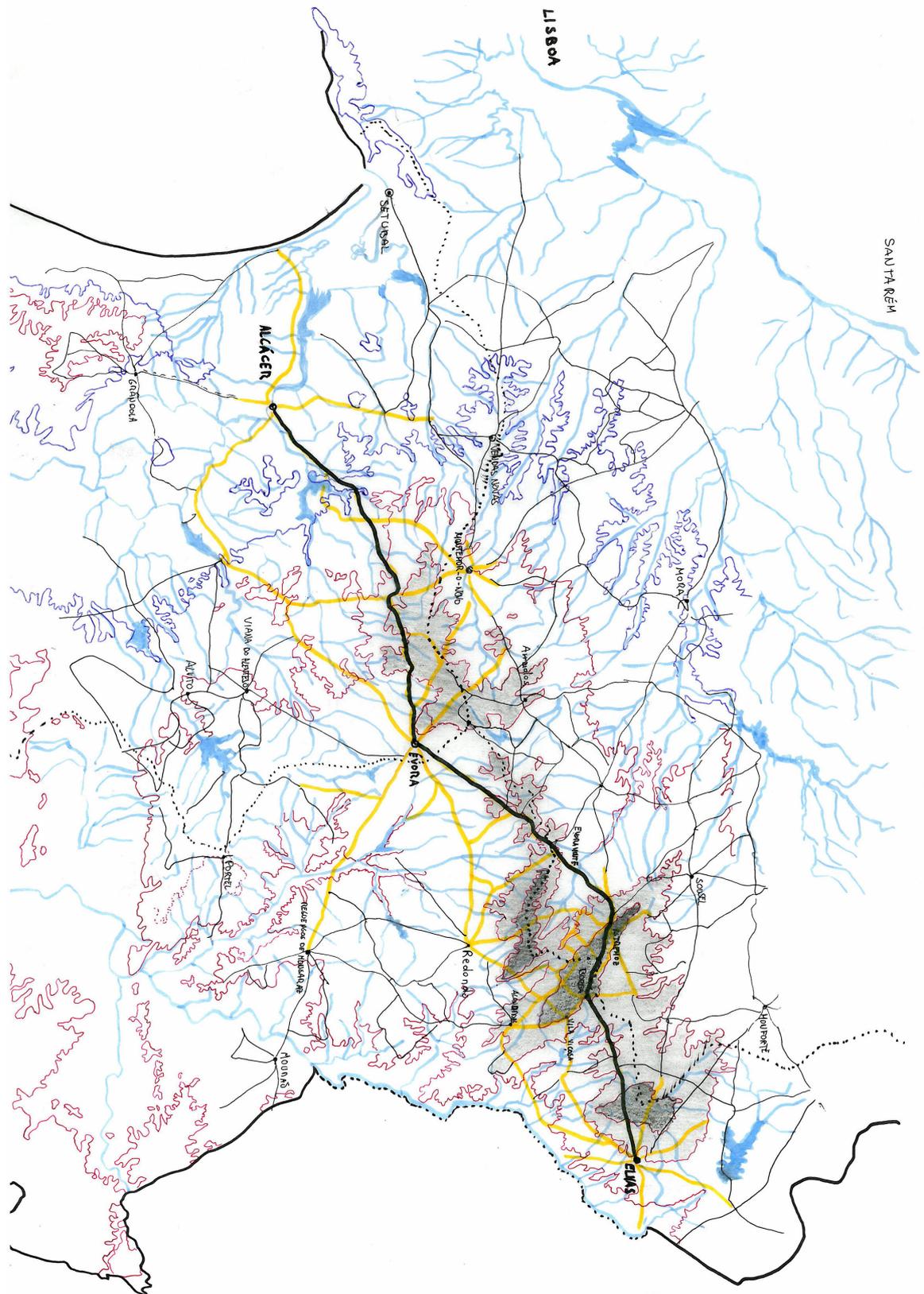
Limites, seleção da amostra em estudo

A amostra territorial em estudo corresponde a uma parte da região do Alentejo. A sua delimitação tem por base a seleção dos casos de estudo: Alcácer do Sal, Évora e Elvas bem como as referências posicionais e morfológicas do território em que se inserem.

A implantação dos assentamentos urbanos responde a fatores como a morfologia do terreno, o abastecimento de água e a comunicação com outros aglomerados garantindo a defesa, acessibilidades e salubridade da urbe. A amostra em estudo engloba uma rede urbana montada primordialmente em assentos romanos, reocupados alguns durante a ocupação árabe e reativados outros durante o período medieval sob o domínio cristão.

Os limites da amostra em estudo são definidos por dois tipos: administrativos e morfológicos. No primeiro, consideramos limites físicos ou políticos como a linha de fronteira e de costa, posições das urbes e ligações a diferentes núcleos. No segundo, o relevo e a rede hidrográfica da região permitem-nos aferir com maior clareza a “natureza” do território e seus limites. A sobreposição de diferentes limites garante-nos uma maior precisão na amostra selecionada, não só para a análise dos casos de estudo como na compreensão da região em que se inserem e a sua área de influência. Nesse sentido, os limites enumerados são também temas de interpretação do território pelo que na própria representação do diagrama territorial surgem diferentes critérios de interpretação da amostra em estudo consoante a especificidade do tema em estudo: rede viária / rede hidrográfica / relevo / fronteiras e ligações.

Diagrama territorial (sintese)



Morfologia do terreno

A morfologia do terreno é um fator importante na posição e implantação das urbes, podendo-se aferir essa relevância a duas escalas distintas. A uma escala alargada, de visão territorial, a ocupação do território e posição dos burgos integra-se numa rede urbana regional com distâncias semelhantes entre as urbes que não só otimizam a comunicação entre os diferentes núcleos como oferecem uma maior segurança na manutenção dos mesmos. A distância entre cada um dos aglomerados é de cerca de 30 km, o que corresponderia a um dia de viagem à época. A uma escala mais aproximada, como veremos mais à frente nos desenhos de implantação dos casos de estudo, o relevo e as linhas de água são também importantes na definição da forma da urbe bem como na defesa e vigilância do território.

Na amostra territorial em estudo, as bacias hidrográficas dos rios Sado, Tejo e Guadiana são de extrema relevância para a posição dos casos de estudo, seja pelo abastecimento de água que providenciam, pela morfologia do terreno que desenharam ou mesmo pela barreira que criam entre duas margens. A posição de Alcácer do Sal ou de Elvas está intrinsecamente ligada aos rios Sado e Guadiana respetivamente. O primeiro numa perspetiva de cidade portuária, de navegabilidade do rio, comunicação com outros aglomerados e da própria barreira e defesa natural que o rio Sado oferece a Alcácer do Sal. O segundo numa relação de defesa do território, da barreira que constitui o rio Guadiana, ainda hoje fronteira com Espanha. A própria pluralidade de funções entre os diferentes casos de estudo advém da especificidade do território onde se insere e posição que ocupa/desempenha no papel regional ou fronteiriço. No caso de Évora, a sua posição central na região situa-se na interseção das três bacias hidrográficas enunciadas, situação privilegiada para a gestão dos recursos hídricos da região. A própria posição interior do aglomerado facilita o cruzamento de ligações e rotas comerciais entre as diversas localidades da região.

No diagrama seguinte interpreta-se os limites do território bem como a morfologia do terreno – relevo e rede hidrográfica. Os pontos pretos ao longo da amostra posicionam os diferentes burgos ou urbes da região.

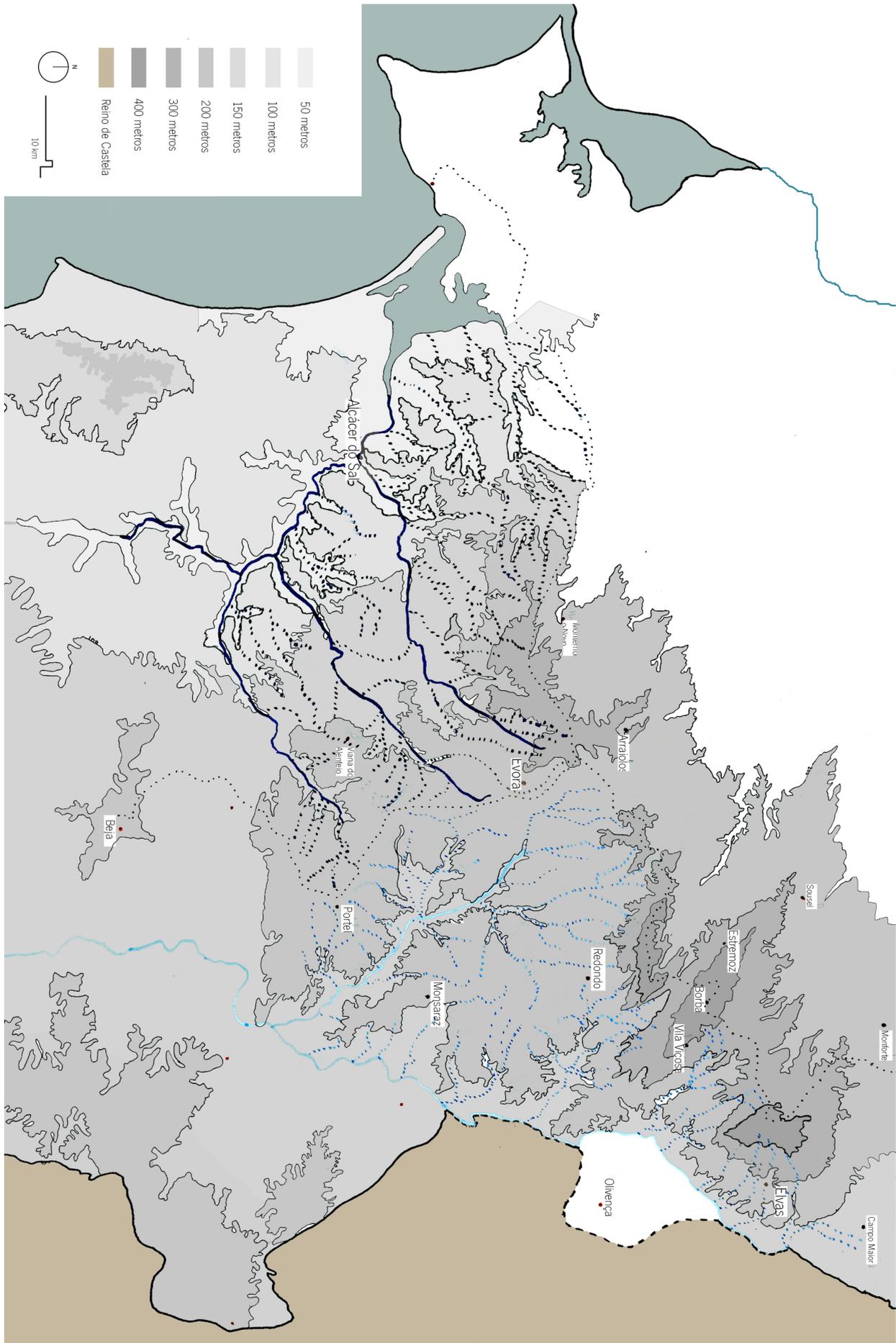


Diagrama Territorial (morfologia do terreno)

Observando os limites das bacias hidrográficas (identificado a ponteados no diagrama da morfologia do território) percebe-se que o relevo forma uma zona mais elevada na intersecção das bacias do Tejo com o Sado a Sudoeste e com o Guadiana a Sudeste. É perceptível a importância que o relevo tem aquando da definição da linha de fronteira com Castela. Para além da barreira física que o Guadiana constitui, a Serra da Ossa (Évora Monte), serra da Vigarria (peneplanície onde se localiza Estremoz e Borba) e serra do Bispo (Elvas) são elevações importantes na defesa e controlo do território. A própria menor distância entre alguns núcleos urbanos na parte Oeste da amostra (à volta dos 22 km) é reveladora de uma preocupação com a manutenção da fronteira do reino. Muitos dos aglomerados que se situam nessa zona são burgos, vilas fortificadas, que sofreram intervenções de cariz militar como ampliações do pano de muralhas, castelos ou torres de menagem.

Elementos naturais como a rede hidrográfica ou a morfologia do território são importantes para a implantação das urbes assim como questões políticas como a redefinição das fronteiras no território foram decisivas para o crescimento das urbes raianas. Esta observação prende-se pelo facto de se relacionar urbes cuja formação remonta primordialmente a um período anterior à reconquista cristã e formação do reino de Portugal.

Rede Viária

A rede viária é importante na medida em que liga os diferentes núcleos, construindo gradualmente uma teia de ligações que se insere numa lógica alargada de comunicações entre as urbes. A própria relevância regional da urbe pode ser associada ao número de ligações que a intersectam. Esta teia de circulação é pontuada pelas principais localidades, constituindo nós de ligação. A posição destes nós ou pontos urbanos no território influencia o traçado das diferentes rotas. Dessa forma vai-se desenhando uma teia orgânica entre as diversas urbes, desenho esse que se deve sobretudo à morfologia do terreno, seja pela topografia ou pela rede hidrográfica.

Tomando o caso de Elvas como exemplo percebemos que nas ligações às localidades em seu redor (Campo Maior, Arronches, Monforte, Borba, Alandroal e Olivença¹³) surgem vários pontos urbanos e conseqüentemente se forma uma teia mais densa com epicentro em Elvas.

No caso de Estremoz, a relação com o relevo do terreno são evidentes, quase sobrepostas à peneplanície da serra da Vidigueira. Évora Monte localiza-se na Serra da Ossa, elevação que está aproximadamente a meio caminho entre Évora e Estremoz. O mesmo sucede entre outras localidades que vão pontuando ligações entre os principais aglomerados.

A posição das diversas urbes sugere porém um desenho mais geométrico de triangulações entre as diversas localidades. É perceptível a importância dos casos de estudo não só pela quantidade de caminhos que os intersectam, como pela densidade de caminhos que surge entre o seu perímetro de influência.¹⁴ Se observarmos o percurso entre os casos de estudo retiramos algumas ilações: primeiro, que a distância entre eles é relativamente idêntica, à volta dos 80 km entre eles, atestando a afirmação de Évora como núcleo central da região uma vez que tanto Alcácer do Sal como Elvas se encontram perto dos limites do território. Observando a teia radial de Évora percebemos que as localidades em torno da cidade se encontram a uma distância de 30 km, o que nos coloca a distância entre os casos de estudo em jornadas de 1/2 dias.

13 - À época integrada no território português.

14 - Ver esquema hierarquia urbana – a ligação entre localidades satélites forma um polígono tendencialmente circular em torno das urbes em questão.

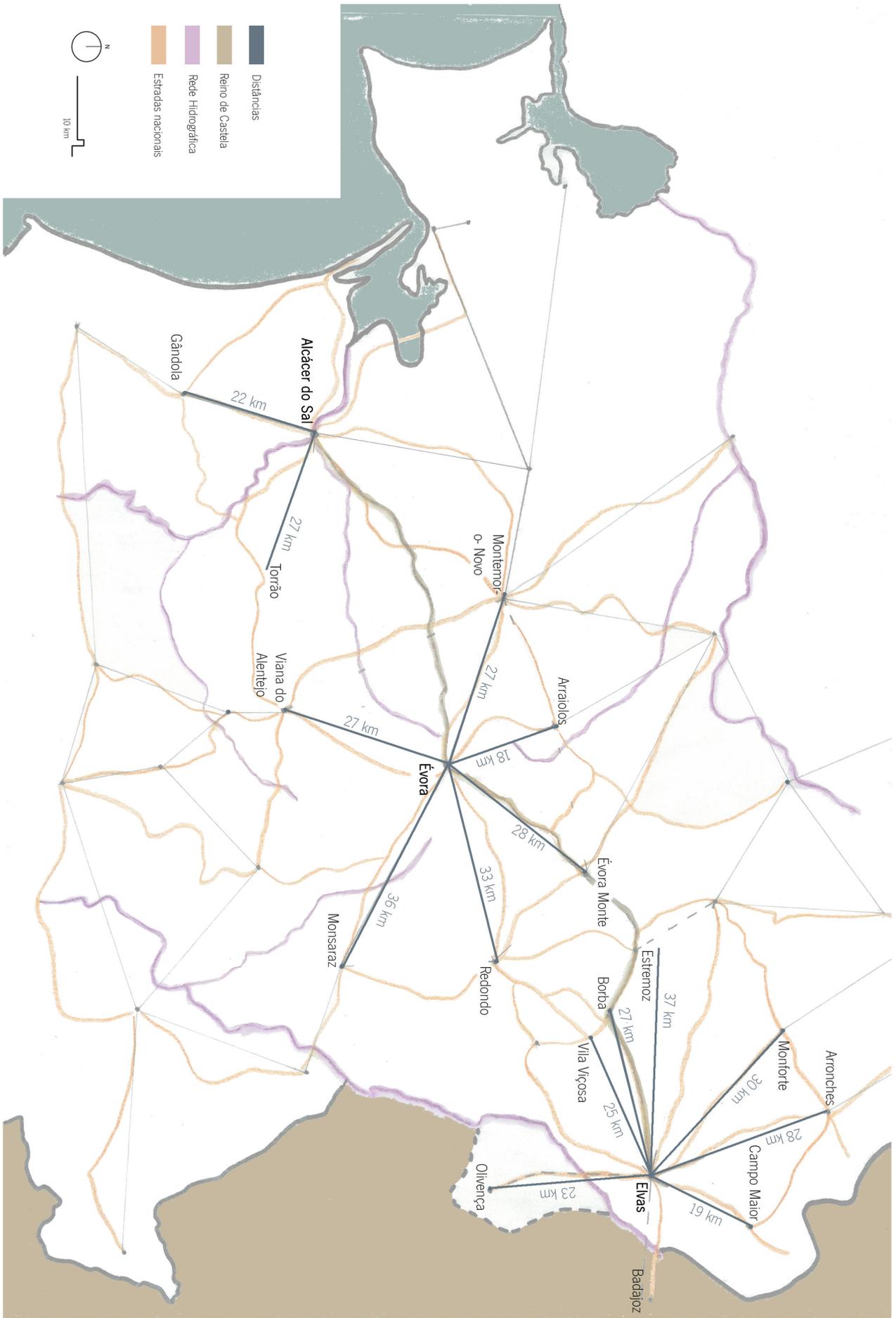


Diagrama Territorial (ligações regionais)

A área a Oeste da amostra corresponde ao caminho entre Évora e Elvas e verifica-se uma menor distância entre os aglomerados, facto ao qual não é alheio a proximidade da fronteira com Castela. A teia radial de Elvas encontra localidades como Olivença, Monforte e Campo Maior a cerca de 20 km de distância. Povoações como Évora Monte, Estremoz, Borba e Vila Viçosa sofreram intervenções régias de cariz militar, situação análoga a outras vilas raianas do reino como Valença do Minho ou Miranda do Douro. Constatamos também que Estremoz está numa posição equidistante entre Évora e Elvas, aparecendo Borba e Vila Viçosa a Este e Évora Monte a Oeste de Estremoz. É garantida desse modo uma linha de visão entre as sucessivas localidades, estratégica também pelo relevo mais acidentado nesta zona. A linha de visão entre os aglomerados urbanos era importante como meio de aviso em caso de ataque inimigo. Num território relativamente plano como o que encontramos na amostra em estudo as elevações do terreno eram um local estratégico para garantir proeminência sobre as vastas planícies como o caso da implantação de Évora Monte na serra da Ossa, Estremoz na serra da Vigária ou Elvas próxima da serra do Bispo.



Vista de Évora Monte.



Vista de Estremoz.



Vista do castelo de Évora Monte



Vista da torre de menagem de Estremoz

Hierarquia territorial

Com a reconquista, uma nova ordem territorial procura reorganizar a região com vista à manutenção da fronteira entre Castela e Portugal. Há dinamização e ativação do território nacional, principalmente no Sul, região menos povoada mas urbanizada. Esta nova ordem valoriza as urbes de Alcácer do Sal, Évora, Elvas e Beja como centros agregadores. Se atentarmos ao desenho que nos surge ligando os diferentes nós de ligação percebemos uma hierarquia na amostra em estudo com epicentro nas urbes referidas.

Há uma procura de ativar o território com a valorização de antigos assentamentos romanos e árabes, através da construção de Castelos e muralhas ou fundação de vilas. As lógicas de ocupação passam em muito pela ativação que não é exclusiva dos núcleos urbanos – assentamentos e organização da produção agrícola e territórios sob a tutela de ordens religiosas.¹⁵ Esta reorganização do território segue o mesmo princípio de triangulações entre as urbes tal como durante a colonização romana ocupação árabe, favorecendo a defesa entre as diferentes povoações. A distância, semelhante entre estas localidades, a rondar os 30 km¹⁶ permite-nos observar a hierarquia desta rede urbana que se organiza em torno dos principais aglomerados e rotas comerciais. Assim se verifica com Évora e Elvas, onde surgem vários aglomerados com estruturas militares datadas do séc. XIII e XIV num raio de cerca de 30 km.¹⁷ Estes aglomerados que circundam as urbes, além de servirem ao abastecimento das urbes, compõe uma trama de defesa da urbe e da região, como se pode observar no diagrama de hierarquia territorial que evidencia uma ocupação quase geométrica adaptada não só à morfologia do terreno como à definição a Este da fronteira com o reino de Castela.

A ligação entre estes aglomerados forma polígonos radiais com centro nestas urbes sendo o caso mais imediato o de Évora. A sua configuração mais “alargada” a Este pode-se justificar com a necessidade da cota elevada junto ao rio Guadiana, representada pela curva 200. O polígono radial de Elvas revela ainda maior regularidade, interrompida pela linha de fronteira com Castela. Mesmo se atentarmos à posição de Olivença, urbe sob o domínio português à época, o desenho mantém o mesmo princípio. No caso de Alcácer do Sal esse desenho já não é tão evidente por diferentes razões.

15 - Ordem de Cristo (antiga ordem do templo), ordem de Santiago, Ordem de Avis e Ordem do Hospital.

16 - Esta distância é normalmente associada ao percurso feito a cavalo ou a pé num dia, assim como num controlo de relações visuais.

17 - Aglomerados como Portel, Alandroal, Estremoz, Borba ou Arronches ainda durante o séc. XIII e Redondo, Vila Viçosa ou Elvas durante o século XIV sofreram intervenções através da ampliação e modernização do perímetro muralhado ou através de construção de novos castelos ou paços.

Em primeiro lugar pela própria dimensão da urbe em comparação aos outros dois núcleos¹⁸. Por se localizar numa zona quase costeira onde a defesa do território já não era tão necessária e também pela navegabilidade do rio Sado que se constituía como ligação importante até pelo próprio cariz portuário da urbe. Nesta nova organização, Elvas e Évora são referências numa teia urbana com distâncias regulares entre os nós urbanos, formando triangulações entre as diversas urbes. Nesse sentido, a revitalização urbana cristã decorreu num quadro independentista português do reino de Castela, reforçando de forma mais evidente as estruturas militares das urbes raianas acompanhado de um crescimento e consolidação urbana generalizada no território em estudo.

¹⁸ Segundo o cadastro do reino do século XVI Évora e Elvas contam-se como segunda e quinta cidade mais importante do reino (RIBEIRO:1993)

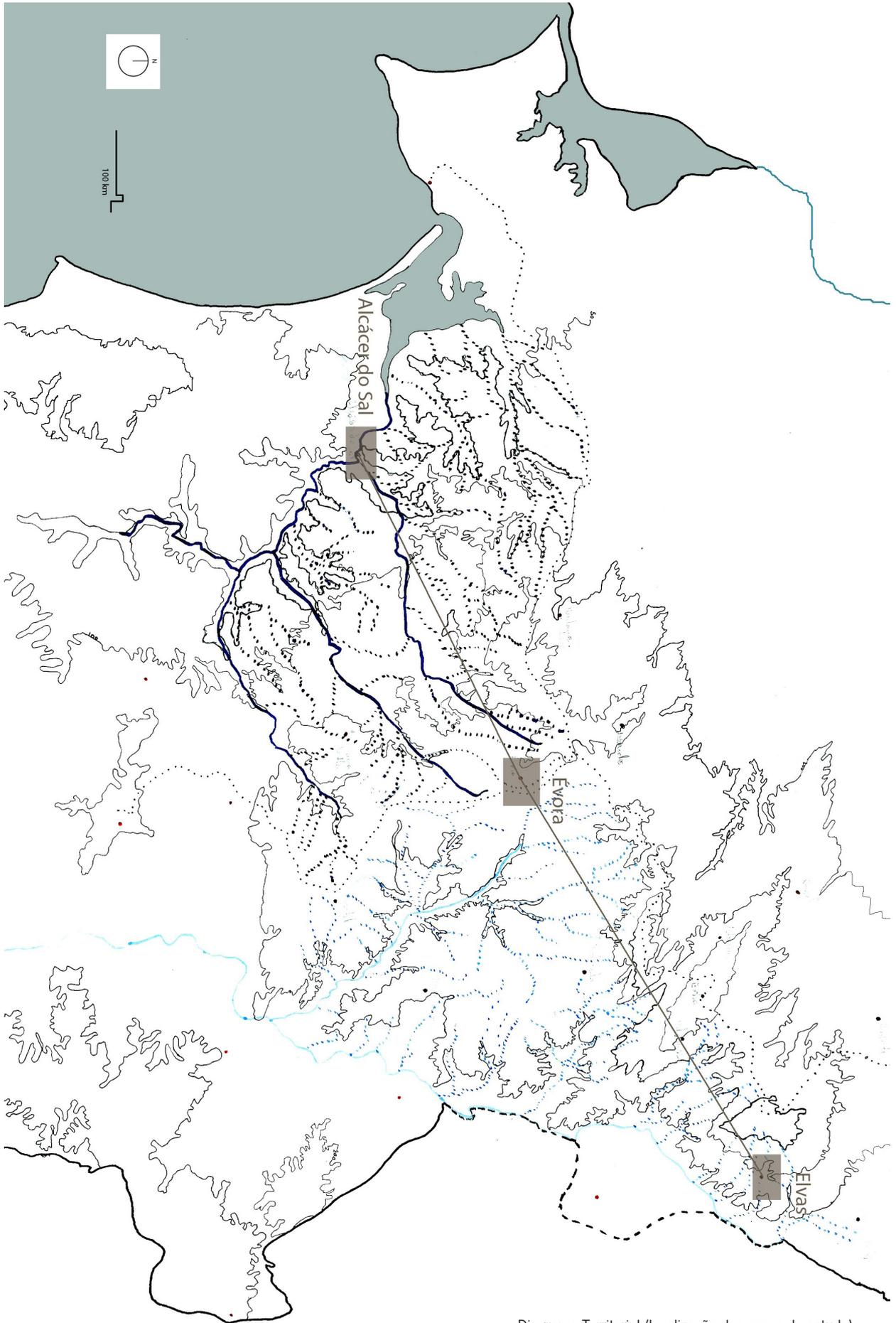


Diagrama Territorial (localização dos casos de estudo)

Alcácer do Sal

Alcácer do Sal localiza-se numa unidade de paisagem classificada por Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1993) por “Depressão do Sado”. O rio Sado apresenta-se como elemento catalisador da morfologia do terreno e da própria paisagem, coincidindo a localização da urbe com uma elevação singular junto ao rio, proeminente não só em relação a este elemento como também em relação ao território. Esta posição elevada garante uma linha de visão de grande alcance. A própria largura do rio junto à implantação da urbe confere-lhe uma posição privilegiada como porto mais importante do Sado, para além de se constituir como uma barreira física importante para a defesa da cidade.

Observando mais atentamente a área de implantação da urbe depreende-se que o perímetro da muralha árabe que conferiu forma e dimensão à urbe até meados do séc. XIII é idêntica à colina que se ergue próximo do rio, atingindo uma altura de aproximadamente cinquenta metros. Também por se localizar numa área tendencialmente plana, a implantação da urbe nesta elevação conferiu-lhe importância no controlo do território a Sul do Sado, tanto durante a ocupação árabe como mais tarde durante a reconquista e domínio gradual do Sul do país por parte dos cristãos.



Vista Sul da cidade de Alcácer do Sal



Planta de implantação de Alcácer do Sal

Évora

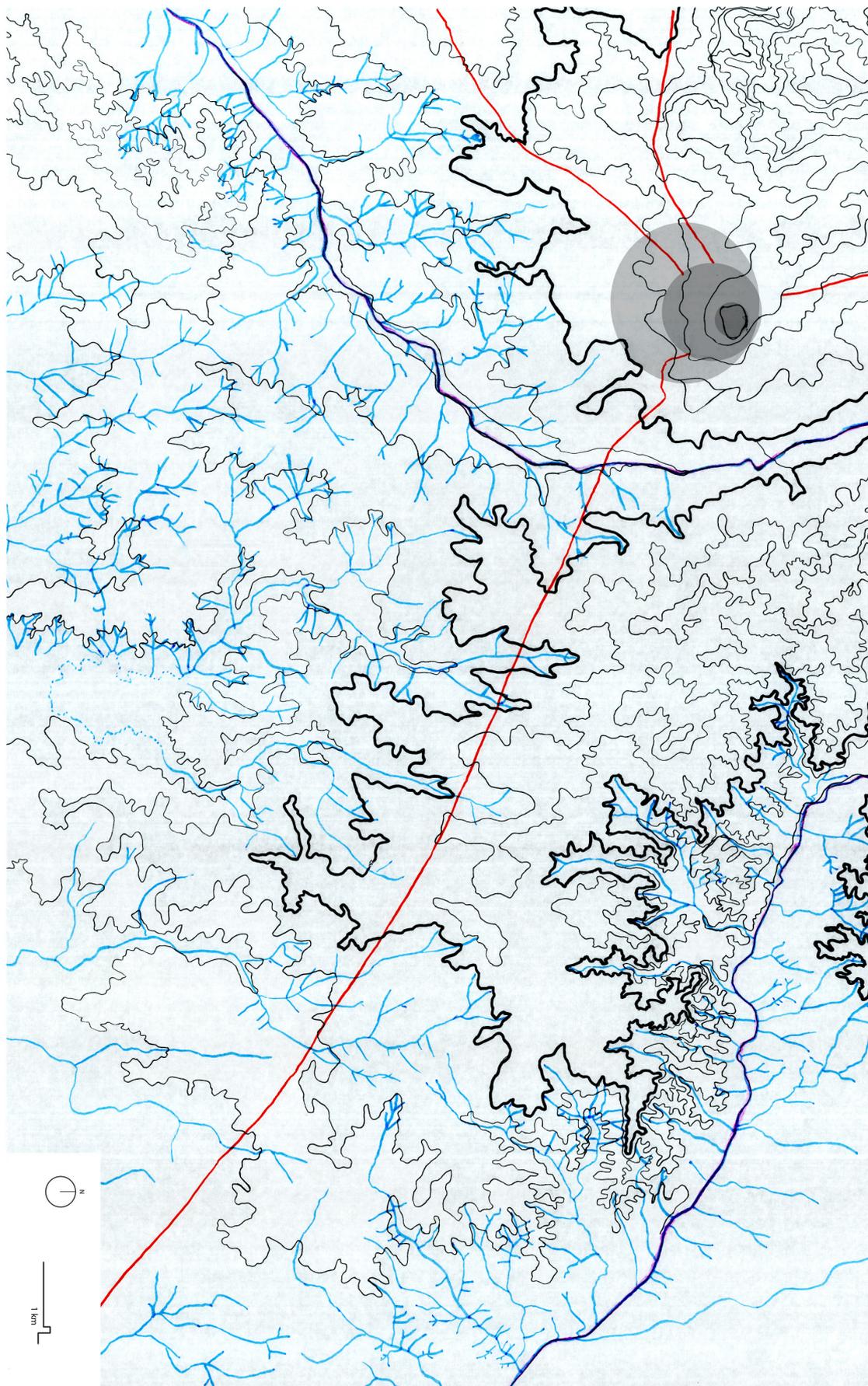
Évora, localizada numa unidade de paisagem caracterizada por Orlando Ribeiro (Ribeiro: 1993) como “Alentejo de planície com raras elevações isoladas”, tem, na sua implantação, a confirmação dessas mesmas características morfológicas do território. Situada numa zona relativamente plana, a urbe ocupa uma pequena elevação que precede o terreno mais acidentado a Nordeste. Percebe-se também pelo desenho que a área correspondente ao perímetro da muralha romana visigoda que delimitou a área da urbe até à ocupação portuguesa é sensivelmente semelhante à curva de nível 300 numa clara relação da implantação com a morfologia do terreno. Esta posição elevada garante linha de visão e controlo do território tanto a Este como a Sul.

Num território tendencialmente plano, a posição da urbe permite-lhe ter um controlo e presença no território que, também pela posição que ocupa geograficamente, lhe permitiu afirmar-se como centro administrativo da região, evidenciando-a como centro de rotas comerciais e polo dinamizador da rede urbana da região.

Localizada próxima da interseção das bacias hidrográficas dos rios Tejo, Sado e Guadiana, Évora encontra-se numa zona bem irrigada por linhas de água, condição ao qual não é alheia a escolha da sua implantação, garantindo não só um bom abastecimento de água bem como de boas condições para a prática agrícola.



Panorâmica da cidade de Évora



Elvas

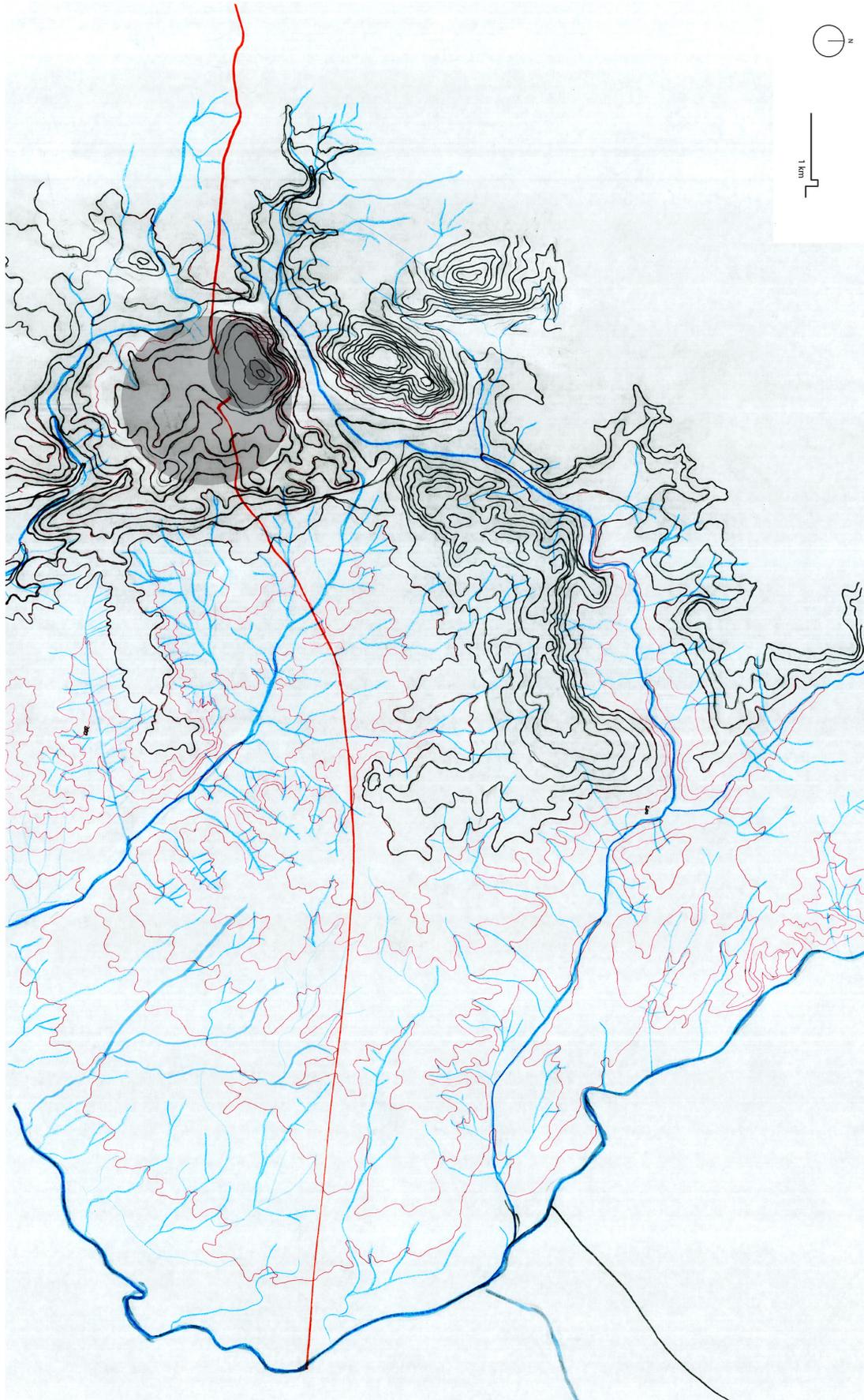
Elvas localiza-se numa unidade de paisagem classificada por Orlando Ribeiro (Ribeiro: 1993) de “Alto Alentejo”. A cidade situa-se numa zona de relevo acidentado, influenciado como já foi referido anteriormente pela interseção das bacias hidrográficas do rio Tejo e Guadiana, em especial pela proximidade do último.

Dos casos em estudo, Elvas é o exemplo mais elucidativo da relação da topografia como elemento de defesa e controlo do território. Implantada numa colina proeminente sobre a paisagem, tem na sua linha de visão a cidade de Badajoz localizada a cerca de 16 km para Oeste, principal ligação ao reino de Castela, e com a qual defendeu a linha de fronteira ao longo dos séculos. A própria definição da linha de fronteira tanto no Guadiana como por terra encontra-se sensivelmente a meio caminho entre estas duas urbes. As sucessivas transformações e adições ao sistema defensivo da urbe foram-se sucedendo até ao século XIX, reforçando a sua posição geográfica privilegiada¹⁹, destacando Elvas como a praça-forte mais importante do reino.



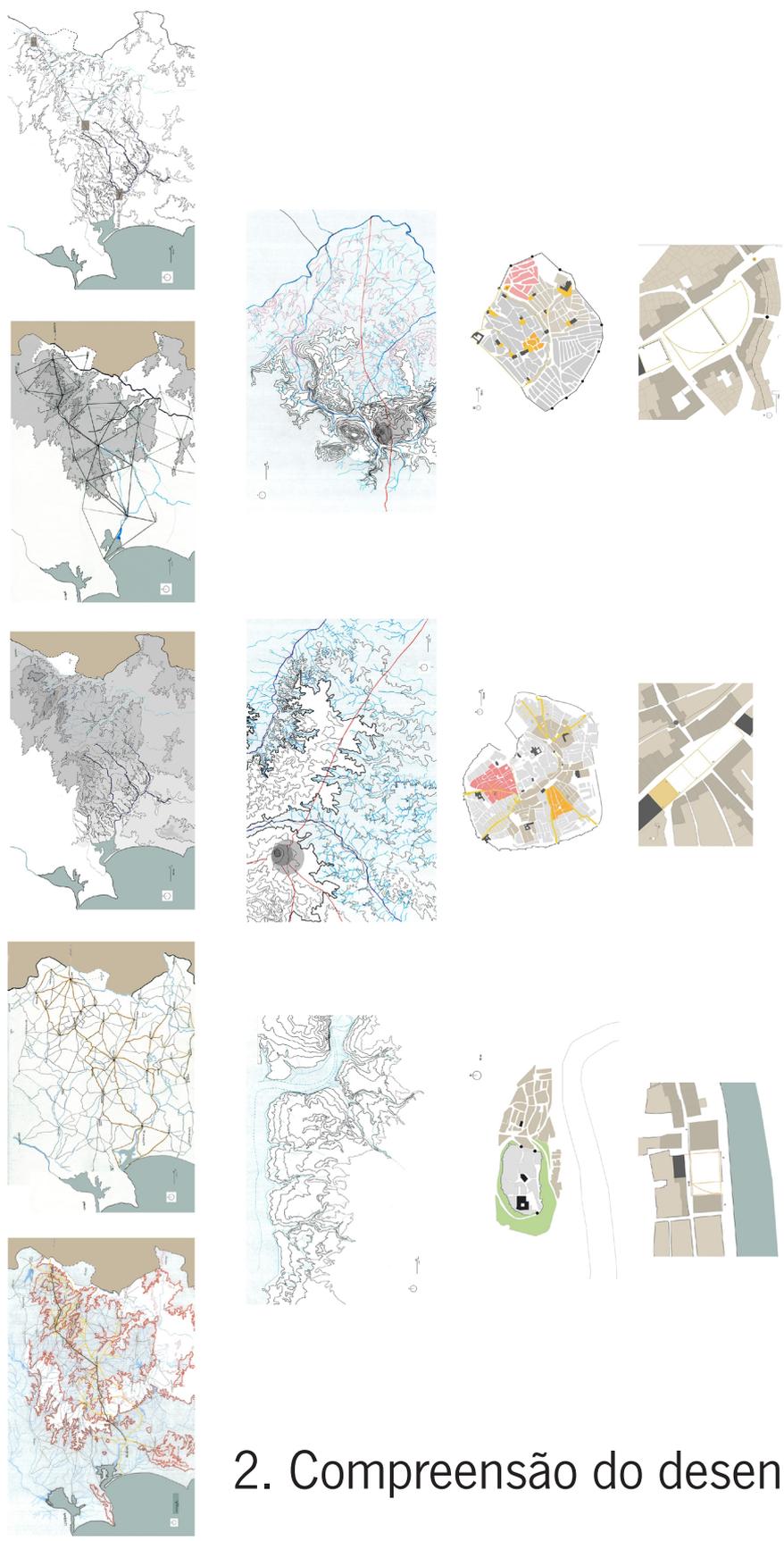
Vista da cidade de Elvas

19 - Os fortes de Santa Luzia no séc. XVII e forte da Graça no séc. XIX vieram reforçar a praça-forte de Elvas, podendo-se identificar no desenho a elevação a norte da urbe como local de implantação posterior do forte de Santa Luzia. Na constituição da praça-forte de Elvas UNESCO incluem-se ainda os fortins de S. Francisco, S. Mamede, S. Pedro e da Piedade bem como a muralha seiscentista abaluartada que substitui a muralha medieval em estudo. (IGESPAR – Nota Histórico-Artística da Cidade de Elvas)



Planta da implantação de Elvas

1 : 500.000 TERRITÓRIO 1 : 25.000 1 : 2.500 URBE 1 : 100



2. Compreensão do desenho da urbe

Cheios e Vazios da Urbe

As tipologias de cidade encontradas nas urbes em estudo, são, ainda que parcialmente, correspondentes aos sistemas de organização da cidade árabe e cidade cristã (medieval). A repercussão de um modelo único para caracterizar as urbes em estudo é ineficaz pela especificidade de cada cidade. O conhecimento destas duas tipologias é necessário para se compreender o crescimento e mutação de padrões árabes e cristãos, de como estes se moldaram num tecido hierarquizado não raras vezes relacionado com o relevo da sua implantação.

Às diferentes tipologias de cidade correspondem elementos urbanos de funções, desenho e motivações diferentes, que carecem de ser compreendidos na sua especificidade. Dessa forma pretende-se caracterizar os elementos urbanos no seu desenho, função e posição nas urbes em estudo.

A compreensão do desenho da urbe sugere-se feita do particular para o geral. Entenda-se que por particular consideramos os elementos urbanos em análise presentes nas urbes em estudo. Por geral consideramos as urbes em estudo e de como a sobreposição dos diferentes elementos urbanos se relaciona e caracteriza o seu traçado.

Os elementos urbanos em análise são designados por cheios e vazios da urbe. Dividem-se os vazios em Rua, Largos e Praças, Rossio e Portas e os cheios em casario, edifícios singulares, bairros segregados e as muralhas ²⁰

20 - Os elementos Portas e Muralhas são analisados em conjunto por serem indissociáveis apesar de se identificarem nesta enumeração como vazio e cheio da urbe.

A urbe árabe

A morfologia de cidade islâmica encontrada no Alentejo corresponde ao padrão encontrada no resto da Península Ibérica²¹.

Segundo Sérgio Carvalho (CARVALHO: 1989), a forma como o muçulmano encarava a «cidade», girava em torno de três parâmetros fundamentais: necessidades defensivas, questões climáticas e imposições de ordem religiosa. O aglomerado urbano divide-se fisicamente em dois momentos urbanos: a alcáçova e a medina. Estrutura militar autónoma, a alcáçova²² era o último reduto da cidade e onde residia a elite social, correspondendo a medina à restante área, à urbe em si.

A defesa da urbe islâmica assentava em duas premissas, na construção de estruturas militares como o castelo (a alcáçova) e na escolha da posição da urbe perante a morfologia do terreno. Fatores como abastecimento de água, boas condições de caça e prática da agricultura também eram ponderados aquando a escolha de um lugar. Não obstante, a necessidade de defesa da cidade levava a que a urbe se implantasse não raras vezes em terrenos acidentados como colinas ou outro tipo de elevações.

A questão climática é um parâmetro importante que molda a configuração urbana da cidade islâmica. Tanto no norte de África como na Península Ibérica (sobretudo nas regiões onde a sua influência foi mais duradoura: a sul do Tejo em Portugal, Andaluzia e Estremadura Espanhola) as altas temperaturas levam a favorecer o fator sombra.

A sombra é um dos fatores que contribuí para que a imagem da rua árabe seja associada a ruas estreitas e sinuosas apresentando diferentes perfis durante o seu percurso. Esta opção garantia um bom sombreamento. As principais vias delimitam grandes

parcelas urbanas, tendencialmente desenhados em favor da topografia, que se vão então

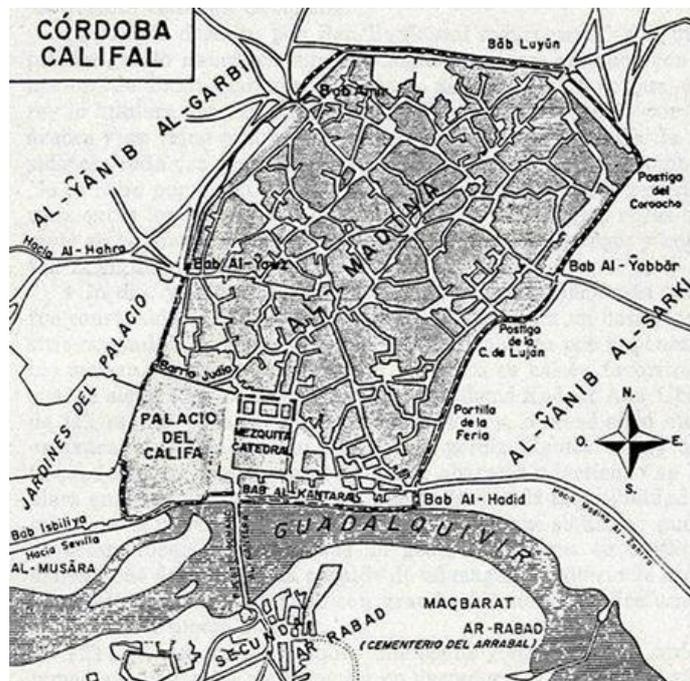
21 - Tipologia de cidade islâmica em Portugal (SAMPAIO:1989)

22 - " Alcáçova, cidadela murada, de regular extensão, última defesa ao invasor e com saída independente para o exterior, o que permitia ao grupo militar e administrativo dominante uma discreta fuga sem ter de passar pelas portas da cidade" Carvalho, Sérgio:1989, p.13

ramificando em vias menores que perfuram os quarteirões, formando becos e enclaves que mais não servem que entrada na casa. A casa é o ponto de retiro de uma malha densa onde a via é encarada como percurso até à habitação, espaço privilegiado da urbe. (LAMAS, J: 2000)

Para o muçulmano a casa é o espaço onde o crente se retira, onde medita e onde jejua tornando a casa/pátio um vazio muito relevante na urbe árabe. A quase inexistência de vazios urbanos públicos contrasta com a tipologia da casa pátio, que conforma espaços vazios no interior da parcela urbana. A estrutura de vazios urbanos, à parte do alargamento que existe próximo da entrada da mesquita e do mercado, é desvinculada da estrutura urbana e orientada para o espaço da casa. As imposições de ordem religiosa condicionam não só os pressupostos dos elementos urbanos como a sua própria vivência. A mesquita e o mercado são os lugares de reunião social ao passo que a casa é o espaço privilegiado para onde o muçulmano se retira e medita, acabando por tornar as ruas num espaço de passagem e não num espaço público como noutras culturas como a cristã.

As ruas apresentam perfis estreitos e direção irregular e as principais cruzam-se no centro onde se situava o núcleo central do ponto de vista cultural e religioso, a mesquita e o mercado²³. Estes equipamentos concentram em seu torno o vazio mais significativa da urbe, bem como grande parte da vida social dos seus habitantes.



Planta de Córdoba (SANCHEZ - ALBORNOZ, 1986 - tomo I, p. 451)

23 - Mercado árabe - "Suq" (SAMPAIO:1989)

A urbe cristã

É recorrente a implantação das urbes portuguesas se localizar em locais de difícil acesso, montes, colinas ou outro tipo de elevações do terreno. A localização destes núcleos urbanos em pontos dominantes do território era justificada por razões de defesa. Nas cidades costeiras, esta opção levou à estruturação da cidade em dois níveis, a cidade alta e a cidade baixa, com funções e características bem distintas²⁴. A cidade alta, institucional e religiosa, e a cidade baixa, portuária e comercial.

À escolha do lugar, proeminente sobre a paisagem, as muralhas garantiam segurança e davam limite à urbe. A regularidade do traçado viário e estrutura parcelar estava mais ligada a uma racionalização do espaço do que a um desenho rígido, uma regularidade em favor da topografia, de encontro às especificidades do terreno e de sensibilidade ao lugar onde se constrói. Estes princípios, facilmente identificáveis nas vilas de fundação, são também perceptíveis nas urbes reconquistadas aos árabes. O castelo e as muralhas dão forma e relevância na paisagem à urbe. São tanto limite como também ilustração pictórica que transmite um cariz militar da mesma. As suas portas marcam as entradas no perímetro urbano e dão seguimento às principais ruas da cidade.

Após a reconquista cristã readaptam-se os principais equipamentos militares e religiosos de acordo com os referentes de um novo poder político e religioso. A mesquita é transformada em igreja, a alcáçova em castelo e a madrassa, se existente, em convento. Em todos estes casos parece evidente a continuação de afinidades programáticas ainda que sob referentes culturais e simbólicos bem distintos.

Com o crescimento populacional e urbano no período medieval, o perímetro das antigas muralhas deixa de ser suficiente para albergar a população citadina, formando-se bairros fora da cerca, os arrabaldes. A presença destes elementos acontece geralmente junto às portas da cidade. Existem ainda os grupos segregados, mouros e judeus, que dão lugar às respetivas mourarias e judiarias, pequenos núcleos urbanos quase autónomos do resto da estrutura urbana. Apesar destes grupos manterem comércio quotidiano com o resto da comunidade, é referenciada a existência de portas que fechavam à noite ²⁵. A própria estrutura interna é também

24 - Como veremos mais à frente em relação a Alcácer do Sal

25 - (CARVALHO, J:1989)

reveladora de um outro modo de viver o espaço da cidade²⁶.

Segundo José Lamas, (Lamas:2000) as judiarias instalavam-se tendencialmente junto às áreas mais frequentadas, próximas dos centros administrativos e financeiros ao passo que as mourarias se instalavam em zonas limítrofes da urbe. Esta distinção está relacionada com as atividades desempenhadas por estes grupos dentro das urbes portuguesas. Os judeus estavam normalmente associados a atividades artesanais, comerciais e intelectuais ao passo que os mouros estavam mais ligados a práticas relacionadas com a agricultura e de artesanato.

Além destes núcleos que se vão localizando junto à cerca da cidade, outros equipamentos religiosos vão-se localizando fora dos muros da cidade, nomeadamente as igrejas e conjuntos conventuais das ordens mendicantes. Estes elementos periféricos localizavam-se geralmente junto das portas dinamizando os espaços de entrada nas cidades. Também se localizam aí por falta de espaço no interior das muralhas necessário à instalação dos conventos, equipamentos de dimensão considerável.

Os arruamentos têm em conta questões sobretudo defensivas como a colocação das portas perante a cortina amuralhada e sistemas defensivos (a torre, o baluarte), a morfologia do terreno e ligações já existentes a outros aglomerados. A rua medieval cristã é tendencialmente regular, adaptando-se ao relevo do terreno²⁷.

Na idade Média, as medidas padrão em Portugal têm o Palmo (22 cm) como unidade base, cuja multiplicação origina a Vara (5 palmos – 1,1m) e a braça (10 palmos – 2,2m). Para o estudo em questão consideram-se suficientes estas três unidades de medida, existindo contudo outras medidas recorrentes durante o período medieval.²⁸

Os lotes urbanos variam geralmente entre os 5 e 6 varas de frente (aproximadamente 5.5 e 6.6 metros), dimensões que vamos encontrar a partir daí ao longo dos séculos em muitas cidades de origem portuguesa²⁹.

26 - Ver capítulo 2, casos de estudo de Évora e Elvas.

27 - (TEIXEIRA, M: 2012)

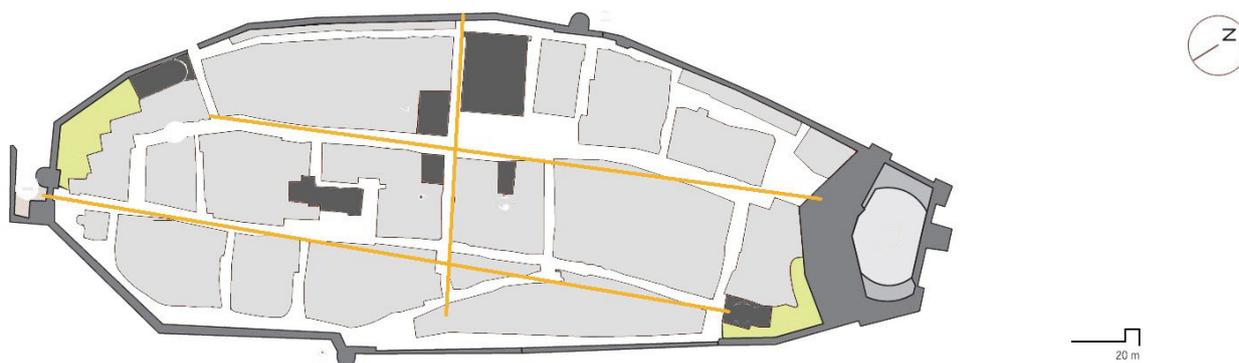
28 - O Côvado ou Alma – 66cm (3 Palmos); A meia Vara – 55 cm (2,5 palmos) e o Meio Côvado – 33 cm (1,5 Palmos) – (BARROCA:1992)

29 - Os lotes em Angra do Heroísmo, cidade de fundação no século XV, têm 30 palmos de frente (aproximadamente 6.6 metros).

Contrastando com o anonimato parcelar islâmico, a expansão medieval portuguesa representa uma (re) visão formal do lote urbano “ (...) Os edifícios que na Idade Média já possuem individualidade própria ocupam a periferia do quarteirão e variam no desenho da fachada e na cércea, conferindo-lhe irregularidade volumétrica. O quarteirão deixa de ser apenas um meio de loteamento e divisão cadastral do solo, para se constituir também como elemento morfológico do espaço urbano.” (Lamas, J: 2000)

Os edifícios singulares, de carácter religioso, militar ou civil destacam-se na malha habitacional do período medieval. Ainda que não definam o traçado urbano da cidade, compõem-no e vitalizam-no, tendo bastante influência nas dinâmicas da urbe, seja pela sua fachada, largo ou praça adjacente ou pela própria funcionalidade do edifício.

A Sé Catedral, ou igreja matriz³⁰, é o equipamento religioso mais significativo da malha urbana e ocupa um lugar central no desenho e vida quotidiana da urbe. Da mesma forma a praça onde se realiza o mercado, é um espaço de reunião social por excelência, destacando-se ainda os largos associados aos espaços de entrada de igrejas no interior do perímetro urbano. A posição das igrejas está ligada à divisão interna da urbe, sediando paróquias ou arrabaldes que correspondem ao casario, principal construção da urbe.



Planta medieval de Monsaraz

30 - Depende da importância e escala do povoado

A muralha e as suas portas

A presença da muralha, elemento urbano de defesa da urbe, remonta nos casos de estudo ao período romano ou árabe. O seu desenho está normalmente relacionado com as características morfológicas do terreno (e com a técnica construtiva) e a sua dimensão com a importância comercial, militar ou religiosa da urbe.

A defesa do burgo, ainda que função imediata da construção da muralha medieval, não é a sua única finalidade. É um elemento reconhecível, que marca a paisagem e divide o território.

Segundo (Trindade:2008, p.143), “a muralha é também entendida como símbolo do poder régio e identitário, ícone de ordem e estabilidade, elemento sagrado, ao mesmo tempo que funcionou como barreira fiscal e jurídica ou agente separador de dois mundos política e socialmente distintos”

Essa questão da fronteira fiscal é importante principalmente tendo em conta que há dois tipos de mercado: um no interior da cidade e outro maior próximo de uma porta da cidade.

O traçado das muralhas e o seu material variam consoante o período em estudo mas a sua atenção à topografia é constante, formando ângulos salientes, opção que facilita a defesa da urbe. É comum o uso de pedra na construção das muralhas na tradição latina podendo no caso árabe surgir o uso de taipa na sua construção³¹.

O crescimento da cidade conduz à ampliação do perímetro muralhado, assimilando na malha urbana anteriores arrabaldes. Contudo, devemos ter presente que tanto o traçado da muralha como a localização das suas portas permanecem como factos indeléveis no desenho da cidade: por um lado permanecem como marca da evolução da urbe na configuração e articulação de espaços, por outro determinam futuros desenvolvimentos e dinâmicas consecutivas.

31 - “Quanto ao material de construção (...) a boa e sólida pedra, ainda que por vezes os muçulmanos usassem taipa. A taipa era uma técnica de construção que usava materiais diversos, como pedaços de pedra, argamassa e até palha, tudo firmemente entalado entre tábuas.” (CARVALHO: 1989, p. 27)



Vistas da muralha de Alcácer do Sal e de Évora Monte.



Vistas da Porte de Aviz (medieval) e porta da muralha romana de Évora.



Vistas de uma porta da Alcáçova e do Arco de Nossa Senhora da Encarnação (antiga torre da 2ª cerca árabe) em Elvas.

A dimensão da muralha, número de portas e postigos³² estão relacionados com a dimensão e dinâmica da urbe sendo que o relevo desempenha um papel importante na definição do seu traçado. Se atentarmos ao número de portas encontradas nas urbes em estudo, constatamos que Elvas e Évora possuem 4 portas na muralha árabe e 8 portas na muralha medieval. A alcáçova, ainda visível no traçado urbano de Elvas possui 2 portas, o que nos coloca uma proporção de 1 para 2 em ambas as expansões das urbes. No caso de Alcácer do Sal, apenas há registo de duas portas e um postigo do período árabe, facto que se justifica por ser uma urbe de menor dimensão localizada numa zona onde o risco de ataque inimigo era também menor.

Ao longo da extensão da muralha vão surgindo torres, para as quais (TORRES:1989) sugere uma planta retangular, distanciadas umas das outras por não menos de trinta metros.

Tanto em Elvas como em Évora construiu-se uma nova muralha durante o século XIV, agregando o casario e equipamentos religiosos que se tinham formado fora do recinto muralhado.

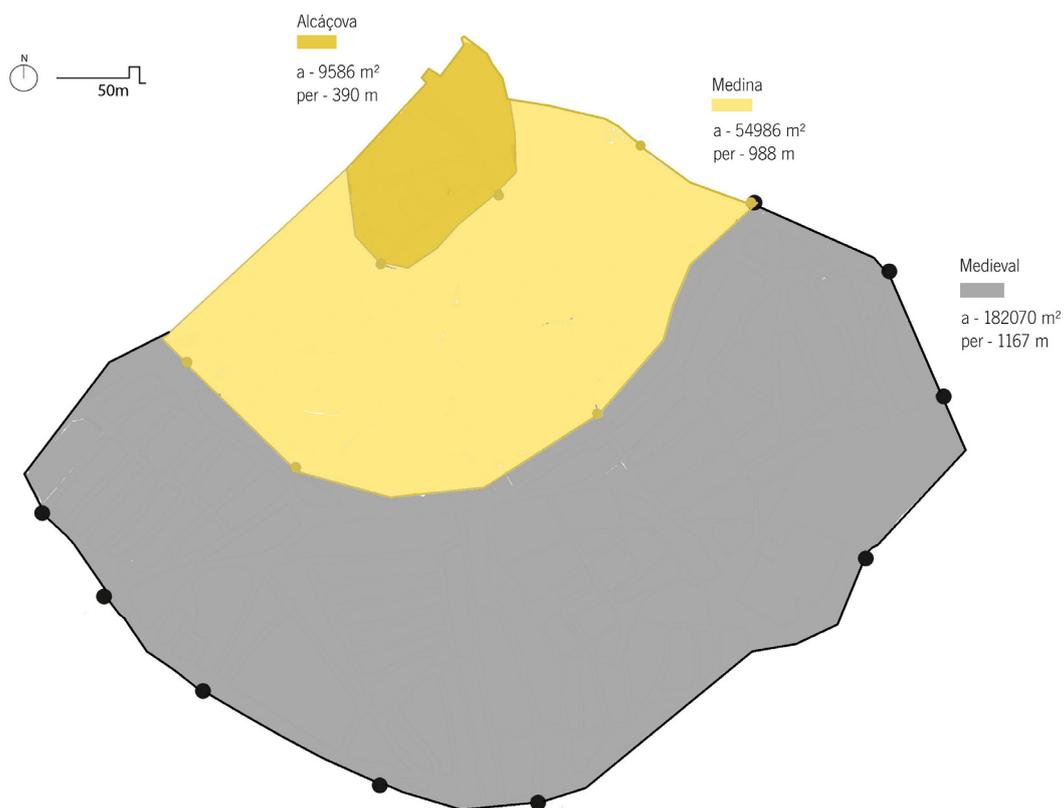
Se considerarmos a muralha como o cheio que contém a urbe, as suas portas são os negativos, as perfurações que garantem a ligação com o exterior e dão-nos indicações sobre o desenvolvimento da urbe. A posição das portas está normalmente associada às vias de comunicação com outros aglomerados e com imposições morfológicas do terreno e da defesa da cidade. As portas relacionam as principais vias e espaços urbanos do interior da urbe com os caminhos para outros aglomerados tomando não raras vezes o topónimo referente a essa direção³³, função ou corporação que ocupa as proximidades. Se considerarmos a muralha como um elemento de consolidação/delimitação do desenho da urbe de um determinado período, é a partir das suas portas que esta posteriormente cresce e se desenvolve. Observando a colocação das portas percebemos que uma intenção de continuidade é dada às vias que sucessivamente vão ligando o núcleo primitivo da urbe ao exterior do perímetro muralhado.

32 - Pequenas portas de escape, meio ocultas, de difícil acesso e fácil defesa, que permitia sair do recinto discretamente.

33 - O nome das portas é muitas vezes revelador destas ligações como o comprovam as portas de Évora e Olivença no caso da muralha medieval de Elvas ou as portas de Alconchel ou de Moura na cidade de Évora.

A existência de vazios junto às portas, tanto no interior como no exterior, ainda que tenham motivos de índole militar na sua formação, são vazios urbanos com relevância para a estruturação do tecido urbano apertado da urbe, nomeadamente no período urbe árabe onde a urbe não apresenta muitos vazios urbanos.

A muralha desenha os limites da urbe, separando o rural do urbano e a sua edificação dá forma e dimensão ao aglomerado urbano. A sucessiva construção de novos perímetros muralhados permite-nos ajuizar acerca do crescimento da urbe bem como das suas premissas de expansão.



Esquema da proporção da área urbana muralhada de Elvas.

A Rua

A rua é o vazio urbano que relaciona todos os restantes e que organiza a mancha urbana dentro do perímetro urbano. Mais do que uma via de ligação entre dois pontos, no período em estudo, a rua assume-se como espaço público de relevância para o quotidiano medieval³⁴. Nela se praticam atividades comerciais, é local de passagem e de reunião social.

Neste ponto convém distinguir o desenho e função da rua islâmica e cristã, presentes nos casos de estudo. Na urbe árabe, a hierarquia do traçado viário assenta em vias principais, longas e com perfis irregulares ao longo do seu percurso, que depois se ramificam outras vias mais estreitas que perfuram as grandes manchas habitacionais, formando enclaves e/ou becos, entradas na casa, espaço de retiro e reflexão. Estas vias principais seguem tendencialmente a topografia do terreno e relacionam os principais objetos arquitetónicos e espaços associados, a mesquita, o mercado e as portas da cidade.

Na urbe cristã, constata-se uma estrutura urbana diversa. Há uma maior regularidade das vias e conseqüentemente do cheio urbano³⁵. Aqui estamos a falar de expansões programadas que não têm uma repercussão muito vincada nas urbes em estudo porque de facto a estrutura anterior mantém-se. O que se altera é a relação entre o espaço habitado e o da cidade e posteriormente uma progressiva tendência à regularização de alinhamentos (que em alguns casos é das ordenações manuelinas³⁶, noutros será bastante mais recente).

Há uma busca pela regularidade, de uma aparente ortogonalidade mas sem o condicionalismo absoluto do alinhamento e ângulo reto. O urbanismo medieval português é caracterizado por alinhamentos tendencialmente retos, mais virada para um desenho empírico e de continuidade. O seu desenho adapta-se à topografia do local, resultando num traçado regular sem um desenho rígido e impositivo.

34 "A rua é o elemento base do espaço urbano medieval e vai preencher quase todo o interior do perímetro urbano". (Lamas:1993, p.171)

35 - "A forma do quarteirão medieval é determinada pelos traçados viários. Quando estes são regulares, originam-se quarteirões mais regulares." (Lamas: 1993, p. 173)

36 - Ver capítulo 3 – Transformações manuelinas

No desenho da urbe cristã há uma hierarquização do traçado urbano em ruas principais, paralelas entre si, delimitadas por vias menores – as travessas – que resultam num parcelamento alongado e regular.³⁷

Este pensamento dá forma ao padrão base para a constituição do traçado da urbe medieval. Com a multiplicação deste desenho preenche-se grande parte da mancha urbana habitacional da urbe, alicerçada previamente nos caminhos de ligação a outros aglomerados ou equipamentos religiosos periféricos, eixos sobre os quais se estabelecerão as novas portas. As ruas são um percurso entre dois pontos, que se integram numa lógica do traçado urbano. Estes podem ser uma porta, um edifício singular, religioso, palaciano ou militar bem como os vazios urbanos a eles associados.

Na categoria de ruas principais da urbe, que ligam o centro da urbe às portas da cidade enquadra-se a “rua direita”, premente no vocabulário do urbanismo português medieval. Esta é o eixo principal da urbe, que atravessa o perímetro urbano, ligando dois pontos importantes do quotidiano (normalmente duas portas)³⁸ ao centro cívico da urbe, onde normalmente se localiza o equipamento religioso de maior significado para a urbe. Esta via pode ser perceptível como uma linha única ou pode resultar do alinhamento de sucessivas vias de comunicação às portas da cidade (no caso da existência de uma muralha preexistente à medieval)³⁹ ou ainda assumir-se como um novo eixo de expansão da cidade medieval, que redimensiona os limites da urbe como no caso da rua Nova em Alcácer do Sal. Mais do que a rua ser direita do ponto de vista da sua geometria, esta é uma ligação direta entre dois pontos relevantes.

A largura das vias medievais variava consoante a sua relevância ou atividade comercial que nela se praticava, Deste modo as vias principais apresentam uma largura aproximada de 2 braças (4,4 m), podendo chegar às 4 braças, em algumas ruas direitas. As vias menores têm uma largura que normalmente não ultrapassa a braça (2,2 m).

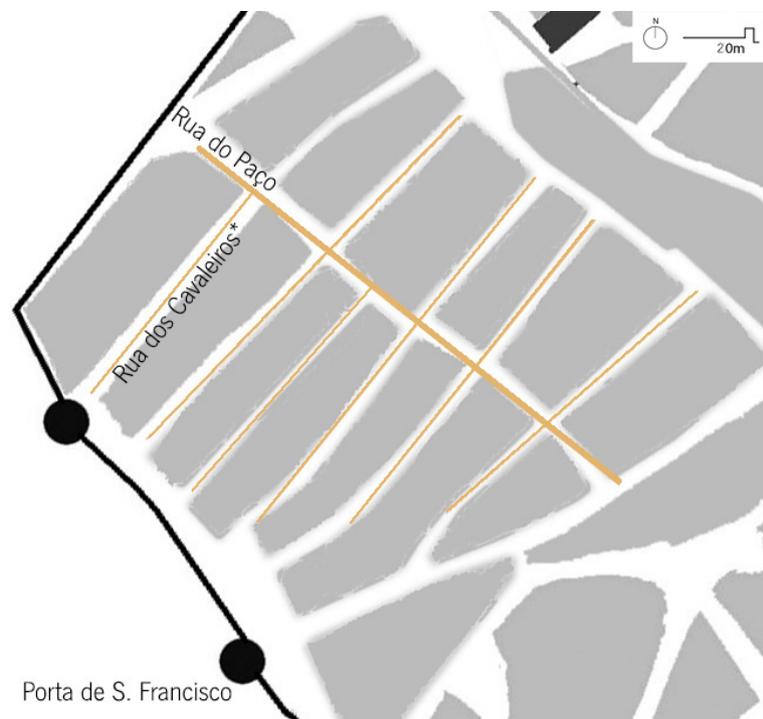
37 “O eixo principal pode ser paralelo à face maior da parcela ou atravessar perpendicularmente junto aos seus extremos” (Lamas:1993, p.171)

38 - No caso de Alcácer do Sal a Rua direita (ou Rua Nova) não liga duas portas porque não existe uma muralha medieval mas o seu traçado obedece às premissas antes enunciadas.

39 - Este alinhamento é visível em Évora - Rua da Selaria/actual Raimundo - Rua 5 de Outubro

Na urbe medieval o espaço da rua desempenha um papel importante no quotidiano das pessoas pelo que o seu nome seja revelador por exemplo da prática dos artifices da época. Na idade média, o nome das ruas era muitas vezes associado aos ofícios dos seus habitantes. (Lamas, J:2008)

As ruas são uma importante peça para compreender o como o traçado da urbe evoluiu no período em estudo. Não só pela importância da rua enquanto espaço público durante o período medieval como pela sequência de espaços urbanos que estas vão ligando, hierarquizando o traçado da urbe.



Planta parcial da urbe de Elvas e foto da Rua dos Cavaleiros .

O largo e a praça

O largo e a praça são as exceções ao aglomerado denso medieval onde o principal vazio urbano é a rua. A distinção destes vazios urbanos faz-se sobretudo pela escala⁴⁰. Na época em estudo qualquer vazio urbano tinha uma carga valorativa bastante forte, podendo estes dois espaços desempenhar funções semelhantes enquanto lugar de reunião social. Há contudo funções inerentes a uma determinada escala que só ocorrem em praças e/ou rossios⁴¹, como é o caso das feiras, evento de extrema relevância à época.

Na urbe cristã, a existência de vazios urbanos para além da rua é escassa e está normalmente relacionada com a posição dos equipamentos religiosos, com alargamentos das ruas resultantes de intersecções ou da existência de muralhas e das suas portas

O largo é normalmente associado ao equipamento religioso/civil, é o vazio urbano que enobrece o edifício e antecede a sua entrada. Há uma procura de regular o desenho do vazio, de marcar a entrada no espaço sagrado. Pode contudo ser um espaço de confluência de traçados, organizando-os sem um desenho aparente.

A designação de praça⁴² dada a um vazio urbano não pressupõe um desenho prévio mas de um espaço que morfologicamente se distingue dos outros vazios. Muitas das vezes pode ser gerado por acumulação e transformação e não necessariamente por um projeto na génese do espaço. Mais do que um alargamento accidental ou confluência de ruas, a praça é um elemento regulador do traçado, podendo articular vias estruturantes ou mesmo sobrepor-se à estrutura urbana como um elemento autónomo. (TEIXEIRA, M: 2012)

Convém evidenciar dois tipos de espaços prementes na urbe portuguesa, a praça do mercado e os largos ou adros de igreja. A praça do mercado ocupa normalmente uma posição central da vida quotidiana e comercial na urbe ao passo que os adros de igreja em maior número dispersos pelo perímetro urbano, relacionados com a igreja de cada paróquia.⁴³

40 - "A praça medieval é um largo de geometria irregular mas com funções importantes de comércio e reunião social" (Lamas: 1993)

41 - Ver vazio urbano - Rossio

42 - "O termo praça tem origem latina – platea – e a sua utilização procura identificar um espaço público de carácter excepcional que, morfologicamente, se distingue dos espaços canais constituídos pelas ruas" (TEIXEIRA, M:2012, p.19)

43 - Organização interna do núcleo medieval – Ver subcapítulo cheios urbanos.

Na urbe medieval, à exceção da praça do mercado ou de feira que ocupa uma posição de destaque na urbe, a maior parte dos vazios urbanos existentes estão relacionados com edifícios religiosos ou civis. Ao observarmos o esquema dos vazios urbanos de Elvas verificamos que à exceção do vazio que se gera em torno da muralha árabe e do almocávar primitivo (vazio de uso dos habitantes da mouraria), quase todos os vazios urbanos estão relacionados com equipamentos religiosos.

Há uma procura de maior regularização dos vazios urbanos que acontece aquando a readaptação programática das urbes reconquistadas aos árabes. Daí que não se note grande diferença entre os vazios dentro da muralha árabe e os que se situam entre as duas muralhas, pois são quase todos de origem medieval. Supõe-se que a maioria já será cristã pois a existência de vazios árabes centrava-se quase exclusivamente perto da mesquita e mercado, (que no caso corresponde à igreja de nossa Sra. da assunção) e na área da alcáçova, apresentando esses espaços uma regularidade menor.



Esquema dos vazios urbanos e equipamentos religiosos de Elvas

Rossio

O rossio é um vazio urbano de considerável dimensão, amplo e permeável, plurifuncional, elemento de transição entre o urbano e rural, sem limites físicos previamente definidos. É a sua apropriação gradual que lhe dá forma e o delimita. De desenho irregular, é um vazio onde decorrem diversas atividades cívicas. A sua localização está normalmente associada às principais vias de comunicação da urbe com outros aglomerados, posicionando-se nas proximidades de uma porta da cidade. Esta associação a uma das entradas da urbe dá relevo ao rossio enquanto polo comercial de uma urbe em desenvolvimento, Este espaço urbano periférico, com o passar do tempo e conseqüente crescimento da urbe, vai ocupar uma posição relativamente central da urbe como é o caso da praça do Giraldo em Évora, primeiro rossio da cidade.

Nas urbes conquistadas que apresentam o traço árabe era comum ser aberto um espaço amplo numa parte central da vila derrubando casas ⁴⁴. Estes espaços desempenham o papel de rossio da urbe como podemos aferir no caso de Elvas, a praça Nova (atual praça da República) que corresponde a uma intervenção semelhante à descrita⁴⁵. Esta atitude era conseqüência da quase inexistência de vazios urbanos no perímetro muralhado. A posição raiana da cidade de Elvas não seria também propícia à formação de um rossio fora do perímetro muralhado, o que limitava o seu aparecimento. A Praça Nova localiza-se junto a uma das portas da muralha embora neste caso junto da cerca árabe. A topografia do monte em que a cidade se implanta também dificulta a existência de espaços abertos planos para o desenho de uma praça, pelo que a posição da Praça Nova é condizente com uma zona onde a pendente é mais favorável.

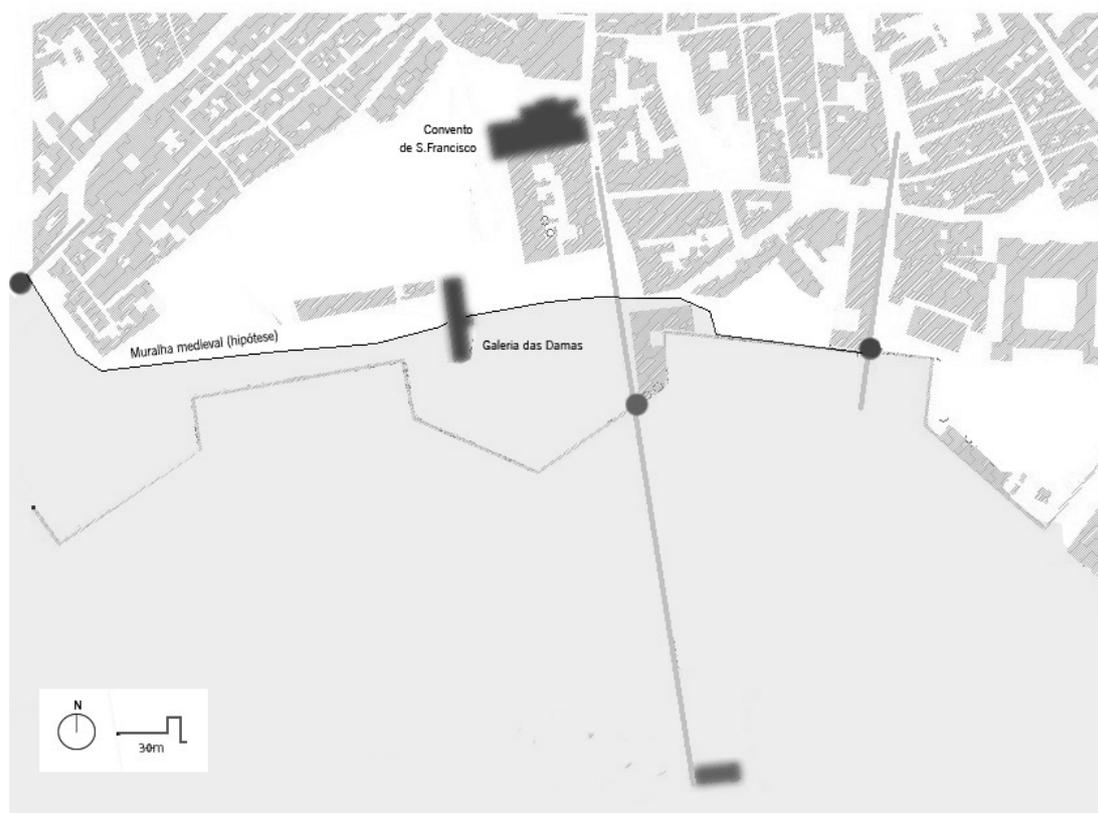
A localização do rossio é preferencialmente junto às portas da cidade. Poderá surgir a designação de rossios para espaços no interior das muralhas, como no caso de Évora na praça do Giraldo que até à definição do espaço do Rossio de S. Brás desempenhou a função de Rossio da cidade.

44 - (CARVALHO:1989)

45 - "Em Lisboa, o rossio ficava dentro dos muros, junto à porta de Santo Antão, que ainda hoje é um centro vital da cidade mantendo a mesma designação." (CARVALHO, J:1989, p.33)

A morfologia do terreno é também um aspeto importante na definição da localização deste espaço. O rossio, pela sua função e dimensão, localiza-se recorrentemente na base de uma encosta ou numa zona com menos declive em relação ao lugar proeminente comum de implantação dos aglomerados portugueses.

Consideram-se como funções principais deste vazio urbano as de carácter comercial. É local de feiras mas também de manifestações culturais e recreativas do âmbito religioso e civil. É um espaço coletivo por excelência, utilizado por todos, desde a população da urbe, aos que nela desempenham atividades comerciais e de presença régia. No espetro da sua utilização incluem-se ainda “práticas militares, receções régias, autos de fé e execuções”⁴⁶, revelando o carácter plurifuncional deste vazio urbano.



Planta do Rossio de S. Brás em Évora. (imagem trabalhada a partir de uma original cedida pelo arquiteto João Cabeleira)

46 - (FREIRE, M: 1989)

Pela sua posição, geralmente nas imediações de uma saída da urbe e usos cíclicos diferenciados, o rossio assume-se como um espaço de transição entre o rural e o urbano: “ Inicialmente o termo «rossio» designava um baldio, uma terra inculta que vai evoluindo, lentamente, para um espaço social”⁴⁷ . Não raras vezes o rossio adota a designação de praça com o desenvolver do aglomerado urbano e com o redesenho dos seus limites.

Apesar de ser catalogado de vazio não é um vazio da urbe, é um espaço de transição entre a densidade construída da urbe e o território envolvente. Nele se realizaram feiras mensais bem como foi palco de manifestações culturais e militares. No período em estudo era comum a existência de dois tipos de mercado, um dentro das muralhas, normalmente na praça mais significativa da urbe e um segundo, mensal, que se realizaria junto a uma entrada da cidade. Esta situação justifica-se pela salubridade da urbe, sendo normalmente as feiras de gado realizadas fora da urbe.

O rossio funciona quase como uma plataforma de urbanização, que no caso da atual Praça do Giraldo foi totalmente cercada e no Rossio de S. Brás mantém ainda o seu carácter desafogado, de um espaço ainda não controlado pela massa urbana.

47 - " A utilidade do rossio era a de fornecer aos habitantes da povoação um espaço aberto para qualquer fim que os moradores pretendessem dar (...)" (Carvalho, J: 1989, p.39)

Cheios da urbe

Indissociavelmente dos vazios da urbe existe o construído, a massa urbana que conforma o vazio, que dá forma e espacialidade à urbe. Esta mancha é composta por diferentes elementos de carácter civil, militar e religioso. O Castelo, a muralha e a alcáçova são estruturas militares quase sempre presentes nas urbes em estudo, nomeadamente os dois primeiros. O equipamento religioso é composto pelas ermidas, as igrejas, os conventos e a igreja matriz ou Sé Catedral. No que toca aos equipamentos civis, os paços, os palácios destacam-se na mancha urbana composta maioritariamente por casario. Existem ainda os bairros segregados, estruturas urbanas autónomas onde habitavam os mouros e os judeus até aos finais do século XV.

Optou-se por analisar estes elementos conjuntamente neste subcapítulo não por falta de singularidade mas porque a sua identificação tem lógica na análise de um todo. Ainda que haja edifícios singulares pelo seu programa, escala, linguagem e construção, o seu entendimento é feito como parte da mancha urbana da qual faz parte e dinamiza.

A urbe medieval é predominantemente preenchida por edifícios de carácter habitacional/comercial (casario). Este constitui a maior parte da mancha urbana e caracteriza-se por um certo anonimato estilístico e formal, constituindo-se em particular na amostra em estudo, por um misto de lotes alongados (expansão medieval) e tipologia casa pátio (preexistência árabe). Ainda que não haja um padrão comum no que toca à dimensão da parcela medieval, verificamos a existência de uma proporção de $\frac{1}{4}$ entre largura e comprimento dos lotes urbanos.

A sua edificação está relacionada com o traçado viário da urbe, que como vimos anteriormente, é regulado por vias principais que unem os principais objetos arquitetónicos. Estes edifícios, de cariz religioso ou militar, geram ou pontuam os vazios urbanos de exceção da urbe⁴⁸, dinamizam os seus percursos e hierarquizam o perímetro urbano.

48 - Refere-se aqui à escala do vazio urbano e a sua relação com o objeto arquitetónico que o ocupa. Por exemplo o largo está normalmente associado ao vazio que gera como o largo do Salvador em Elvas, que corresponde à Igreja do Salvador. No caso de o equipamento pontuar o vazio urbano, este serve como orientação do mesmo mas a sua função não está necessariamente ligada ao cariz do edifício como por exemplo na praça do Giraldo em Évora e a respetiva igreja de Santo Antão.

Tal como as muralhas, o castelo é quase sempre existente na urbe medieval, desempenhando um papel de defesa e de representatividade do aglomerado. Este situa-se à cota mais alta do perímetro urbano, podendo convergir as muralhas na sua edificação, nomeadamente com a presença de uma alcáçova.

Na orientação das principais vias da urbe estão espaços e/ou objetos arquitetónicos que possuem alguma singularidade formal e funcional na urbe como o caso dos equipamentos religiosos. Numa posição central do quotidiano da urbe medieval encontra-se a Catedral, a Sé, sendo este o edifício religioso mais importante do aglomerado, tanto pela sua dimensão como pela sua linguagem arquitetónica. Em maior número, dispersas por toda a urbe existem as igrejas. A urbe medieval, no que toca à sua organização interna divide-se em paróquias. A cada paróquia corresponde uma ou mais igrejas. Este é o elemento base da administração e divisão interna da urbe. O número de paróquias é proporcional à dimensão e hierarquia religiosa do aglomerado assumindo-se as igrejas como elemento relevante no quotidiano medieval pela sua proximidade aos habitantes da paróquia e da urbe.

Importante também para o desenvolvimento urbano de um aglomerado é a existência de conventos ou mosteiros. Estes equipamentos localizam-se normalmente em zonas limítrofes da urbe, muitas vezes fora do perímetro urbano, assumindo-se como catalisadores do crescimento do aglomerado e da construção da muralha medieval. De entre as ordens existentes salientam-se os dominicanos e os franciscanos, presentes em Évora e em Elvas (apenas os dominicanos).⁴⁹



Fotografia da fachada lateral do Convento de S. Domingos em Elvas.

⁴⁹ - Entre outras posteriores à época em estudo como dos Loios e das Clarissas

No caso dos conventos mendicantes a localização perto das portas da cidade deve-se principalmente a dois fatores: a existência de uma grande concentração de pessoas junto às portas devido à realização de feiras e por outro lado a existência de terreno livre para a construção das suas estruturas conventuais.



Imagens da Igreja de Santa Maria do Castelo e do antigo Castelo de Alcácer do Sal

Os bairros segregados constituem padrões urbanos importantes na configuração da urbe medieval. Estes bairros constituem micro-organismos separados do resto da urbe por portas, que obedeciam a regras religiosas e sociais diferenciadas para os seus habitantes e que correspondem a padrões identificáveis do perímetro urbano. Estes bairros estão presentes tanto em Évora e Elvas e contribuíram para o desenho e desenvolvimento das urbes em questão. Tanto num caso como no outro o tipo de construção é diverso. A localização de ambos corresponde à sua função dentro da urbe. No caso das judiarias, a que normalmente estão associadas funções de carácter comercial, estas localizam-se geralmente próximo das vias mais importantes e vazios urbanos de maior pendor comercial. O seu desenho caracteriza-se por um parcelamento alongado e regular que se mescla com o traço da urbe cristã, possuindo normalmente o seu equipamento religioso (sinagoga) e vazios urbanos de uso quotidiano.

No caso das mourarias, as atividades dos seus habitantes estão mais relacionados com práticas agrícolas e de serviços, o que os leva a ocupar geralmente uma posição mais afastada das vias principais de comércio da urbe. Tal como na urbe árabe, estes seguem um padrão urbano que se rege por uma ou mais vias principais das quais se ramificam vias menores, que perfuram os quarteirões, formando enclaves e becos. Os padrões urbanos resultantes destes bairros segregados apresentam-se como variações do restante traçado urbano, contribuindo para a pluralidade da composição da mancha urbana.

Alcácer do Sal

Debruçada sobre o rio Sado, as muralhas e o castelo de Alcácer ocupam o alto de uma elevação de cerca de 60 metros que se ergue na margem norte do rio. Cidade portuária cujas raízes remontam ao século VI a.C.⁵⁰. Alcácer do Sal encontra no rio motivação para o seu comércio e na colina, onde primeiro se fixou a população, controlo sobre território e proteção⁵¹.

Durante o domínio romano da península ibérica, Alcácer foi município latino e cunhou a sua própria moeda sob o nome de *Salatia Urbes Imperatoria*⁵², mantendo a sua importância regional como centro urbano e militar durante o período da ocupação árabe a partir do século VIII. Durante esse período, Alcácer foi sede cultural, militar e administrativa do Baixo Sado⁵³. É também durante este período (século VIII até XII) que se edifica a mesquita, o castelo (1191)⁵⁴ e as muralhas que ainda perduram até aos dias de hoje. O núcleo urbano árabe, *Al-Kasr Abu Danis*⁵⁵, caberia dentro do perímetro amuralhado da colina, não se registando a existência de arrabaldes até à reconquista cristã.

Durante a segunda metade do século XIII a cidade foi disputada por árabes⁵⁶ e cristãos até que em 1217⁵⁷, já durante o reinado de D. Afonso II é tomada definitivamente pela coroa portuguesa.

50 - Referência aos Fenícios – escavações (desdobrável do museu de alcácer do sal)

51 - No ano 966, dizem as crónicas, uma armada Viking terá tentado atacar Alcácer do Sal, mas foi dissuadida devido à poderosa defesa que o castelo oferecia. – (José Gil: 1986, p.255) “Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal”

52 - (RIBEIRO: 1993)v

53 - Definição de RIBEIRO, O: 1993, p.188 – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico – Divisões Geográficas mapa VI -21. Depressão do Sado

54 - Atual Pousada e Museu da cidade. O castelo de alcácer do Sal é uma das poucas construções em taipa que nos chegaram aos dias de hoje. (Gabinete de Informação e Relações Públicas da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

55 - [Alcácer, do árabe “Qsar”, é uma pequena vila fortificada, composta por casas, armazéns e outras estruturas coletivas (também mesquitas)] ; [“Qsar” é uma palavra marroquina. A sua tradução para a língua latina é a de castelo, embora por vezes possa designar apenas um povoado fortificado ou simplesmente um forte.] Infopédia, Enciclopédia e Dicionários Porto Editora

56 - Infopédia, Enciclopédia e Dicionários da Porto Editora

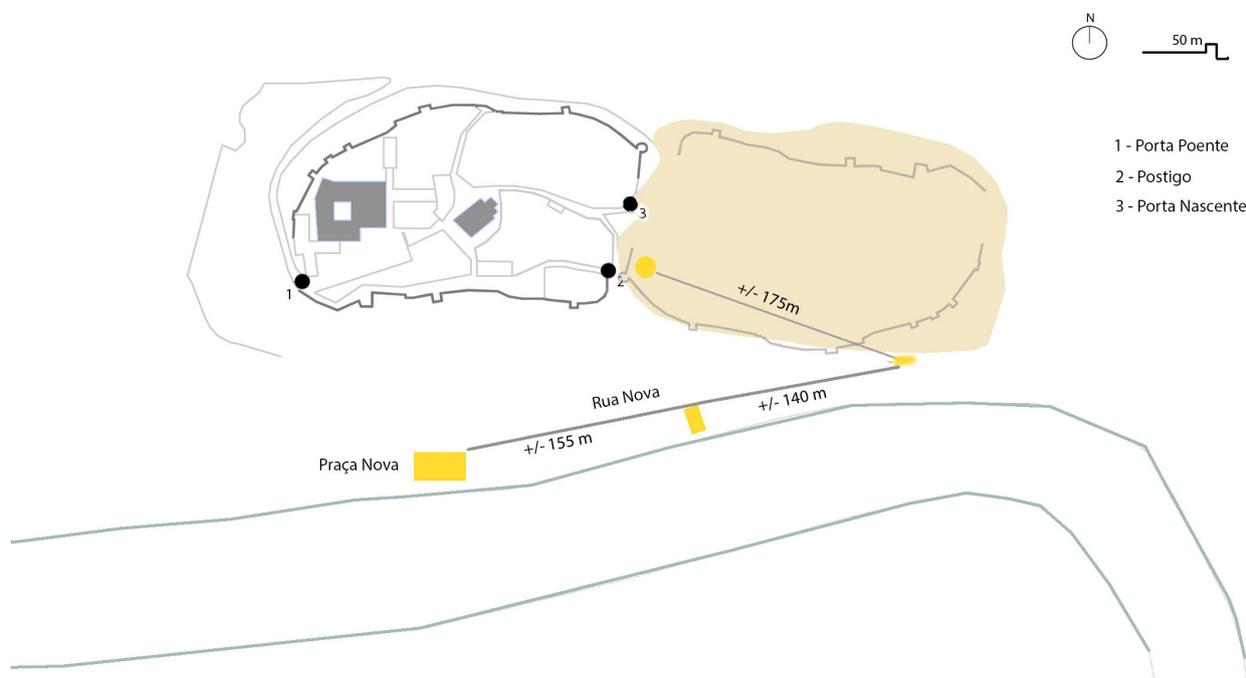
57 - Retrato da cidade do séc. XI/XII ““Cidade do Andaluz a quatro jornadas de Silves. É uma bela cidade de grandeza média, situada nas margens de um grande rio que os barcos sobem. Todos os terrenos próximos estão cobertos de bosques de pinheiros, graças aos quais se constroem muitos navios. O território desta cidade é fértil e produz em abundância lactícínios, mel e carne. A distância que separa Alcácer do mar é de vinte milhas.” Ebne Almunime Alhimiari



Vista Sul da cidade de Alcácer do Sal. A ponte pedonal a Oeste liga a Praça Nova (atual da República) à margem Sul do Sado. A colina e o que resta da muralha árabe destacam-se pela sua posição mais alta.



Planta do relevo da implantação de Alcácer do Sal.

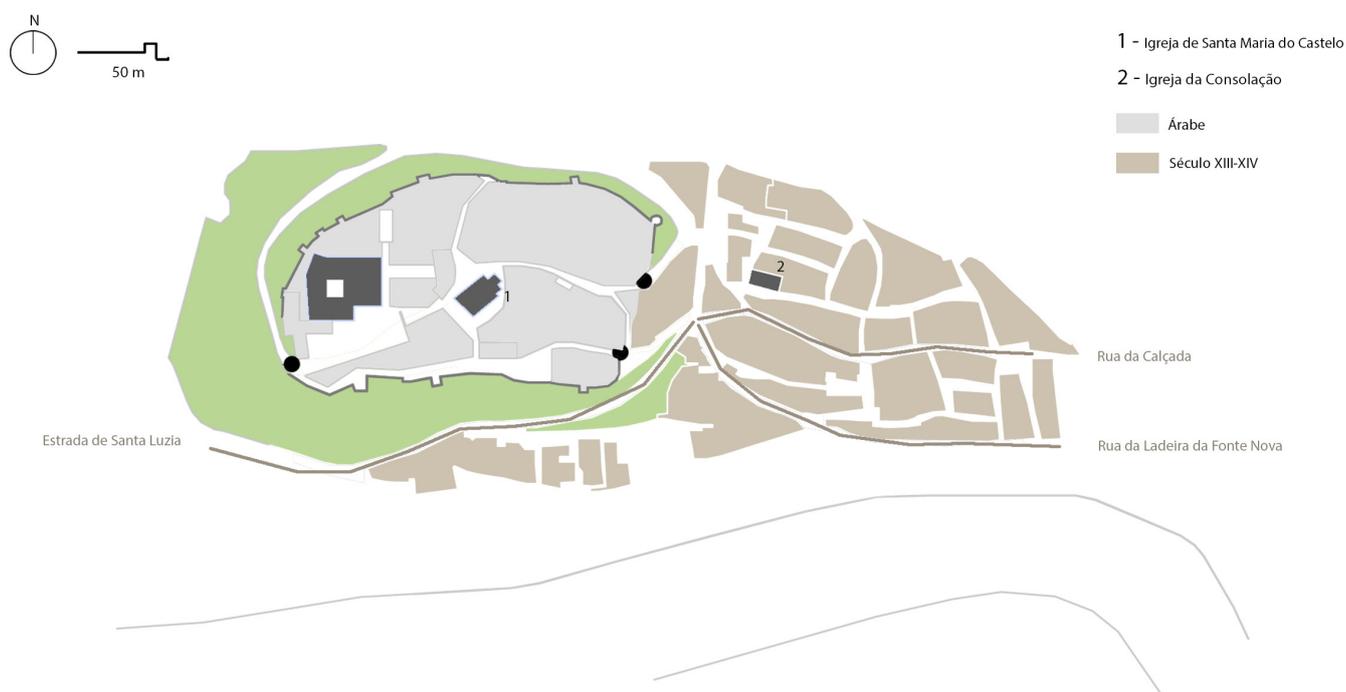


Esquema do crescimento da urbe de Alcácer do Sal durante o período medieval.

Esquema das muralhas e portas de Alcácer do Sal (2 é um postigo). Assinaladas também as principais etapas de crescimento da urbe. A urbe estrutura-se em duas vias que ligam a Este a porta (3) e o postigo (2) à porta (1) próxima do Castelo a Oeste. Estas duas vias interseitam-se sensivelmente a meio do aglomerado, no local da antiga mesquita. O padrão de expansão medieval é semelhante ao da ocupação árabe, verificando-se alguma semelhança na distância entre os principais vazios.

A urbe medieval

Com a reconquista dá-se a readaptação programática comum dos equipamentos religiosos e militares. A antiga mesquita, localizada no centro do aglomerado urbano, é convertida na igreja matriz de Santa Maria do Castelo (séc. XIII – românica)⁵⁸ e o Castelo sofre alterações e melhoramentos. As duas vias que saem para Este da igreja (Ruas do castelo e das torres) vão de encontro de um postigo e de uma porta respetivamente. A partir destas vias vão-se definir os traços da primeira expansão medieval. Com efeito, as três vias que depois se lançam do postigo da rua do Castelo acompanham e limitam os primeiros núcleos urbanos de expansão do período medieval, encurtando a distância para o rio mas garantindo uma proximidade confortável para o castelo.



Planta dos Arrabaldes da urbe de Alcácer do Sal

58 - IGESPAR, nota histórico-artística sobre a Igreja de Santa Maria do Castelo: "A Matriz de Alcácer do Sal localiza-se no espaço intramuros, numa das zonas monumentais de maior antiguidade da cidade. Ela é, igualmente, o mais eloquente testemunho de como se foram sucedendo as épocas construtivas num mesmo espaço, escolhendo os novos poderes os locais simbólicos mais relevantes do tempo político e civilizacional anterior, para melhor impor a sua autoridade."

Identificadas as Ruas da calçada, ladeira da fonte nova observa-se que a primeira encontra término no largo do chafariz, vazio da urbe que contrasta com a malha apertada até aí, variação acentuada pela mudança de orientação da parcela urbana para Norte/Sul, contra a topografia então seguida. A própria construção da igreja de S. Tiago no primeiro quartel do século XVIII próxima do largo em questão leva-nos a pensar que a evolução da urbe tenha estabilizado naquele padrão urbano.⁵⁹

Situação semelhante sucede na observação da ladeira da fonte nova que delimita o núcleo identificado a sul que termina no cruzamento com a rua do forno das escadinhas e que se prolonga sob o desígnio de Rua das Douradas. As “escadinhas” referidas no nome da rua têm a ver com a diferença de cota entre as faces dos lotes da ladeira da fonte nova/rua das douradas para com as do alto de S. Miguel/Rua do forno, para onde se viram a norte as edificações. Estas escadas são aliás o único tipo de perfuração a norte da rua, situação aliás que corrobora a ausência de muralhas neste período de desenvolvimento da urbe. Alcácer do Sal localizava-se numa zona onde o risco de invasão era menor pela distância da fronteira com Castela, pelo que a necessidade de construção de estruturas defensivas como a muralha era reduzida a Sul do Aglomerado bem como edificação com entrada a duas cotas garantia uma segurança relativa ao aglomerado urbano.



Fotos de uma via perpendicular à “Rua Nova” e das Escadinhas do Forno em Alcácer do Sal.

59 - “De origem medieval, construída no século XVI para responder aos fiéis, a ermida ganha a forma atual por ordem de D. João V, na qualidade de Grão-mestre da Ordem de Santiago, no século XVIII.” – sítio da câmara municipal de Alcácer do Sal – Pesquisa por Património Arquitetónico □ Religioso □ Igreja de São Tiago

O rio Sado oferecia uma barreira física a Sul do aglomerado sendo que a barra do Sado seria protegida a jusante no estuário de Setúbal.

A associação toponímica feita anteriormente ganha força ao observar-se que a prolongação da rua do forno das escadinhas vai de encontro à estrada de Santa Luzia, a via lançada a sudoeste do postigo da rua do Castelo. Esta direção é interrompida pela atual rua do hospital velho mas é visível se tivermos em conta o loteamento mais fragmentado a norte da direção.

Também por aí se justifica o abandono precoce do recinto amuralhado em “favor das ocupações de meia encosta a nascente e particularmente da faixa ribeirinha a sul, onde a partir do século XVI se instalaram os principais palácios e igrejas da cidade, num traçado construído ao longo do rio Sado, embora virado para o interior.”⁶⁰

A própria parcela que interrompe o caminho é assinalável pela igreja da misericórdia, datada de 1547⁶¹ e em clara relação com a rua do Salema), parte integrante da intervenção manuelina, a rua Nova⁶², obra quinhentista que nos baliza um período de construção possivelmente posterior ao século XV da edificação que ladeia este caminho. É portanto expectável que a expansão do aglomerado urbano durante o período medieval tenha evoluído a dois tempos. Numa primeira fase é credível que tenha ocupado de forma cumulativa a encosta de acordo com os limites anteriormente definidos - ladeira da fonte velha, rua da calçada e santa luzia - num padrão semelhante na forma e dimensão ao da ocupação árabe a este e a sul das muralhas acompanhando as curvas de nível em direção ao Sado. A segunda fase corresponderia a uma intervenção linear, a rua Nova, um caminho paralelo ao rio desde o alargamento que intersesta a atual Rua da República com a Rua das Douradas até depois da Praça Nova, atual largo Pedro Nunes. A rua é pontuada pela igreja da Misericórdia e igreja do Espírito Santo⁶³. O carácter linear desta rua é em muito proporcionado pelo paralelismo ao rio e pela cota num nível resguardado da oscilação do nível das águas. Esta rua Nova tem sensivelmente a mesma dimensão do resto da urbe, desempenhando as funções de rua direita, pois apesar da inexistência de muralhas, a extensão desta via é semelhante há do aglomerado à cota alta.

60 - AA VV:2007, p.078 – Alcácer do Sal

61 - “Em 1530, Rui Salema, fidalgo da Casa Real de D. Manuel I e criado do Infante D. Luís, duque de Beja e prior do Crato, fundou a Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal. Só alguns anos mais tarde, seria criada a Igreja da Misericórdia que, de acordo com uma inscrição na verga de uma das suas portas, datará de 1547.” - sítio da câmara municipal de Alcácer do Sal – Pesquisa por Património Arquitetónico □ Religioso □ Igreja da Misericórdia

3 - A Rua Nova aqui designada corresponde ao troço atualmente composto pelas Ruas da República / Rua Rui Salema / Rua Alm. Cândido dos Reis / Praça Pedro Nunes com início na bifurcação da Rua das Douradas – Rua da República (ver esquiço) e fim no largo Pedro Nunes

63 - IGESPAR – nota histórico-artística da igreja do Espírito Santo, Alcácer do Sal “A igreja de S. Tiago, erguida sobre um anterior templo medieval possivelmente coevo da Igreja românica de Santa Maria do Castelo foi construída no primeiro quartel do século XVIII, passando a dominar, pela verticalidade dos alçados e pela sua particular implantação a meia encosta, toda a povoação envolvente.

Esta intervenção está em concordância com as realizadas noutras urbes costeiras portuguesas⁶⁴, um caminho ao longo da costa⁶⁵, paralelo ao mar, ligando equipamentos religiosos periféricos. Uma forma de povoamento linear desenvolvia-se ao longo deste caminho que, em muitos casos virá a transformar-se na rua principal do aglomerado.⁶⁶



Planta de Alcácer do Sal com os principais equipamentos e vazios urbanos.

64 - Exemplos: Angra e Funchal – subcapítulo Transformações Manuelinas

65 - Ver capítulo intervenções manuelinas na urbe.

66 - Padrões Urbanos – Vazios da Urbe, Praça Nova de Alcácer do Sal



Planta da Praça Nova em Alcácer do Sal.

A largura do edifício da atual Câmara de Alcácer do Sal corresponde ao módulo que serve de referência para a dimensão da Praça Nova. Ainda que aparentemente o desenho da praça seja conformado num retângulo de ouro o mais provável é este vazio ser o resultado da ausência de uma parcela urbana da dimensão dos edifícios que a limitam.



Vistas da fachada Este e Sul (janela manuelina) da Igreja do Espírito Santo.



Planta da urbe medieval de Alcácer do Sal.

Évora

Desde o período da ocupação romana que Évora ganhou preponderância económica e militar⁶⁷, beneficiando de antigas estradas militares aí se intersectarem, assumindo-se como centro administrativo da região.

A posição da urbe assume relevo na estrutura viária ibérica, tanto durante a colonização romana como na ocupação árabe, localizando-se a cerca de 140 km de Lisboa e 150 km de Mérida, sensivelmente a meio das duas cidades. É um ponto central na ligação a outros aglomerados importantes como Santarém a Oeste, Avis e Tomar a Norte, Elvas a Este e Beja e Sevilha a Sul. A cidade implanta-se a uma altitude de 300 metros, numa elevação pontual do território. Este é predominantemente plano que a urbe se destaca cerca de 50 metros da sua envolvente, com pendente favorável a Norte, Este e Sul, e protegida a Oeste por um terreno mais acidentado.

Ainda que a presença árabe não tenha alterado significativamente a construção intramuros, a sua influência foi progressivamente mais efetiva. A ocupação árabe (do século VIII ao XII) não diminui a importância económica da cidade e foi sobrepondo, gradualmente, um traçado irregular e sinuoso à regularidade da implantação romana.

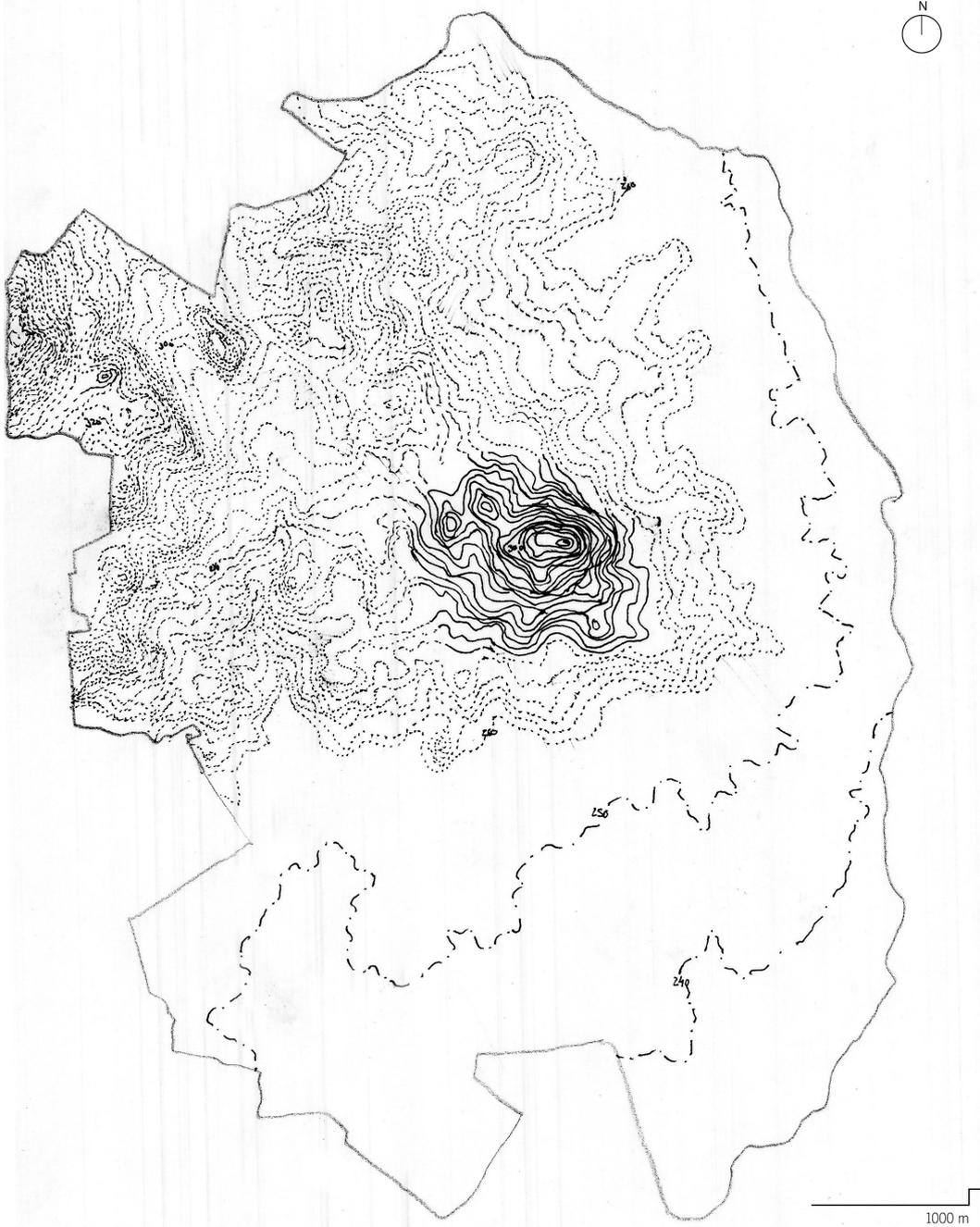
Orlando Ribeiro (RIBEIRO:1986, p.384) defende esta adulteração na atual configuração da rua 5 de Outubro, que apresenta um traçado sinuoso de largura variável característicos desta civilização (árabe), apesar de manter a posição de decumano romano, normalmente de traçado rigoroso.

Como foi referido anteriormente, os bairros segregados como a mouraria e a judiaria apresentam-se socialmente e fisicamente separados dentro da urbe cristã, correspondendo à mouraria de Évora um padrão urbano evidenciado no esquema seguinte. A Mouraria ou arrabalde de S. Mamede já existiria aquando da reconquista portuguesa hierarquizando-se o seu traçado em duas vias principais que vão sendo intercetadas por vias menores.

⁶⁷ - A sua fundação é anterior ao da romanização da Península Ibérica mas é durante este período que a cidade primeiro prospera sob o designio de "Ebora" (RIBEIRO, O: 1993)



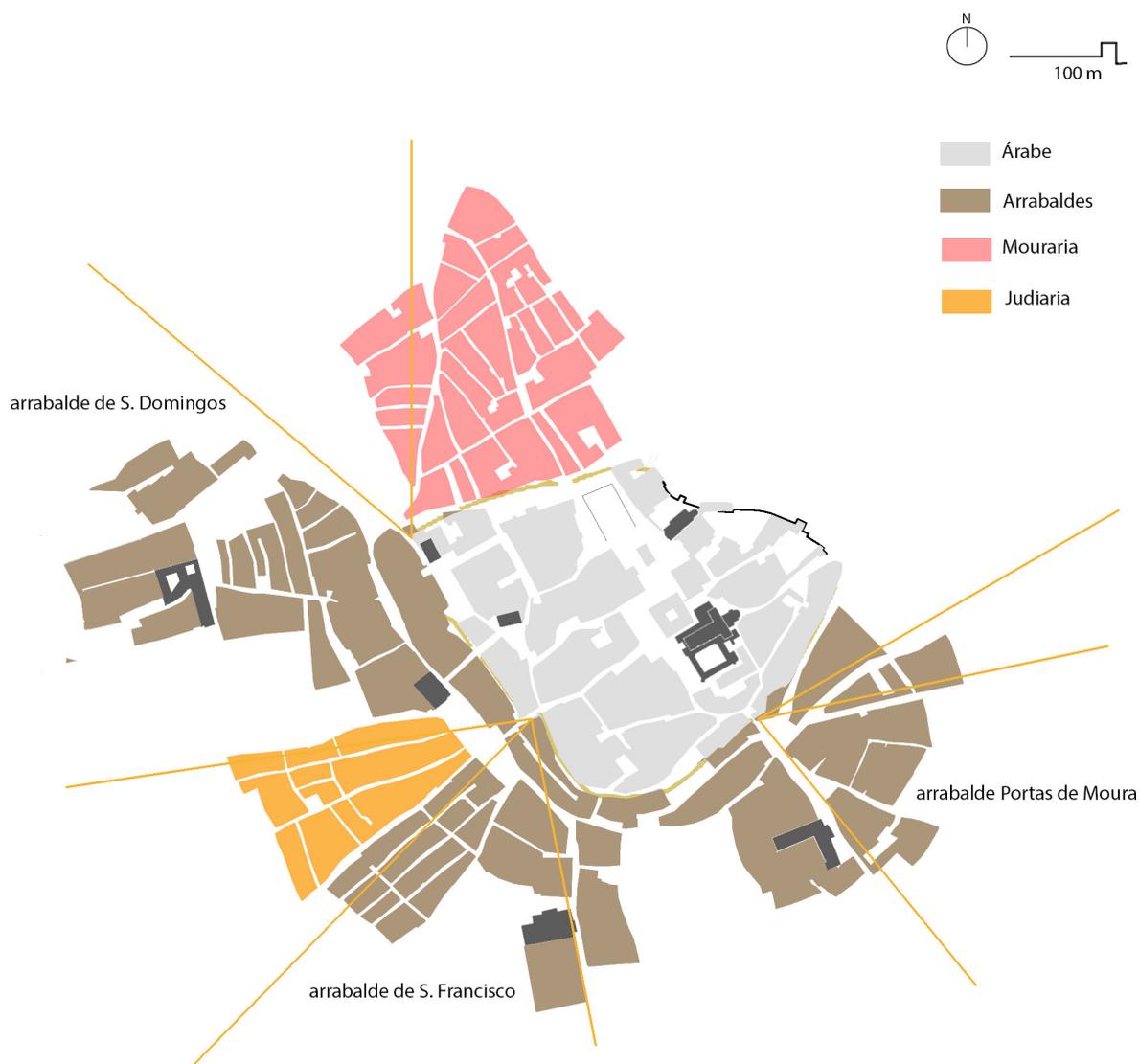
Vista da Cidade de Évora.



Planta do relevo da implantação de Évora.

Em ambos os casos a sinuosidade da via é óbvia, formando-se becos e alargamentos aquando das suas interseções desencadeando uma exceção no traçado da urbe medieval.

É também neste período que se formam os arrabaldes de Alconchel e da Porta da Moura, que em conjunto com o de S. Mamede se localizam junto às 3 portas da cidade. Estes arrabaldes estão identificados no século XII mas a sua antiguidade é dúbia.⁶⁸



Planta dos arrabaldes de Évora

68 - (Vilar H/Fernandes H: 2007, p. 3 e 4) acham credível que a formação dos arrabaldes tenha ocorrido entre o século X e a conquista cristã.

A urbe medieval

Com os arrabaldes identificados no séc. XIII, outros surgiram com a construção dos equipamentos conventuais de S. Domingos (século XIV) e de S. Francisco no séc. XIV⁶⁹. Com a conquista portuguesa é erigida a Sé catedral (séc. XII-XIII)⁷⁰, no local da convertida mesquita árabe almóada.⁷¹



Planta das principais vias de Évora

69 - IGESPAR, Nota histórico-Artística sobre o Convento de S. Domingos e Convento de S. Francisco

70 - IGESPAR, Nota histórico-Artística sobre a Sé de Évora: "A Sé de Évora é a maior Catedral medieval do país. A um primitivo templo construído entre 1186 e os primeiros anos do século XIII, sucedeu-se o grandioso monumento que hoje existe, resultado essencialmente de duas notáveis campanhas da Baixa Idade Média."

71 - (ESPANCA, T:1993, p.41)

Encontra-se também nesta zona o Palácio dos Duques de Cadaval e o Solar de Bastos, empreendimentos senhoriais que aproveitaram estruturas militares como a cerca romana e o castelo, reformando o cariz militar da zona.

A cidade ia crescendo a partir das portas existentes e os caminhos que nelas findavam. Assim surgem os principais eixos da cidade: ruas de Avis, Lagoa, Alconchel (atual Serpa Pinto), Raimundo, Mesquita, Mendo Esteves e Machede.⁷² Estas novas vias tinham motivações de ordem geográfica, de ligação a outros aglomerados urbanos e encontravam nos edifícios religiosos periféricos mote para a consolidação urbana. Também resultam da construção que progressivamente se ia construindo na estrada de acesso à urbe, e na qual se apoiava a organização dos arrabaldes. As ordens mendicantes têm neste âmbito um papel importante por se situarem em locais extramuros como é o caso do convento de S. Francisco (meados do século XIII)⁷³ localizada a sul da cerca velha, antigo caminho que ligava a Beja⁷⁴ ou o convento de S. Domingos, também ele importante polo de expansão urbana.

Ao observarmos estas premissas de expansão e transformação urbana constatamos que a urbe se foi formando de modo cumulativo e não planeada até à construção da cerca medieval e delimitação física da cidade, no que corresponde sem grandes diferenças ao atual centro histórico.

O que verificamos é que tanto as vias que ligam as diferentes localidades em torno de Évora como a posição dos equipamentos conventuais ou mendicantes dão razão ao aparecimento dos arrabaldes. A posição dos equipamentos religiosos está normalmente associado às principais vias da urbe. Tanto no caso do Convento de S. Francisco como o de S. Domingos se percebe que a sua localização se relaciona com as atuais ruas de Cândido de Reis e da República, ligações às portas da Lagoa e de S. Brás.

Adjacentes às três portas da cerca velha, surgem três espaços de relevo para a morfologia urbana da cidade: praça do Sertório, praça do Giraldo e largo Porta de Moura. Estes três vazios articulam as vias estruturantes da urbe medieval. Outros vazios urbanos de relevo, para além dos largos das igrejas, são os adjacentes aos equipamentos conventuais: S. Francisco e S. Domingos, que dão origem aos respetivos arrabaldes da urbe medieval.

72 - Reconhece-se nos séculos XIV e XV, pelo menos três ruas direitas: a rua da Ancha, a rua Direita da Judiaria e a Rua Direita da Mouraria. (Simplicio:2003)

73 - IGESPAR, Nota Histórico-Artística sobre a igreja de S. Franciscot

74 - Ver esquema de padrão urbano de Évora.



Planta de Évora com os principais equipamentos e vazios urbanos

1 – Sé Catedral de Évora | 2 – Igreja de S. João Evangelista (Convento dos Loios) | 3 – Igreja de São Tiago | 4 – Igreja do Cabide da Sé | 5 – Igreja de Santo Antão | 6 – Igreja e Convento de S. Francisco | 7 – Galeria das Damas / 8 - Igreja de S. Vicente | 9 – Convento de São Domingos (extinto) | 10 – Igreja e Convento de Santa Maria do Calvário (antiga ermida à Vera Cruz) | 11 – Igreja de São Mamede | 12 t- Convento Novo/São José

I - Largo Portas de Moura | II - Praça do Sertório | III- Praça do Giraldo

Largo Portas de Moura

O largo das Portas de Moura, localizado a Sudeste da cerca velha, deve o seu nome à antiga Porta de Moura, a partir da qual se lançava o caminho que ligava às localidades de Serpa e de Moura. De desenho irregular, este largo pode subdividir-se em dois espaços: um primeiro, mais contido, quase de nível e um segundo mais alongado que vence a pendente. O largo articula o caminho entre o primeiro núcleo urbano muralhado e as ruas Dom Augusto Eduardo Nunes, Mendo Esteves e Machede, respetivas ruas de saída da cidade.

O largo porta de Moura também constituiu como um polo importante da urbe medieval, completando o crescimento radial da urbe, em favor da topografia a sul/este do terreno, num padrão radiocêntrico com ponto num novo centro cívico da urbe, a praça grande, antigo rossio da urbe e atual praça do Giraldo. Após a reconquista, gradualmente, a imagem proporcionada pelas edificações do Palácio de Cordovil e da fonte renascentista servem para vincar o estabelecimento de um novo quadro e referente cultural.



Vista Sul do Largo Portas de Moura, Évora

O largo Portas de Moura apresenta uma estrutura alongada, que se pode subdividir em dois espaços distintos com funções idênticas de articulação de ruas. O primeiro, apesar de irregular, cabe num módulo de 10 braças, medida que se repete noutras urbes em estudo em largos e adros de igreja. O segundo espaço corresponde mais a um alargamento de vias, pontuado posteriormente por uma fonte renascentista. A Cinza escuro identifica-se o Palácio de Cordovil, obra quinhentista com influências manuelinas.



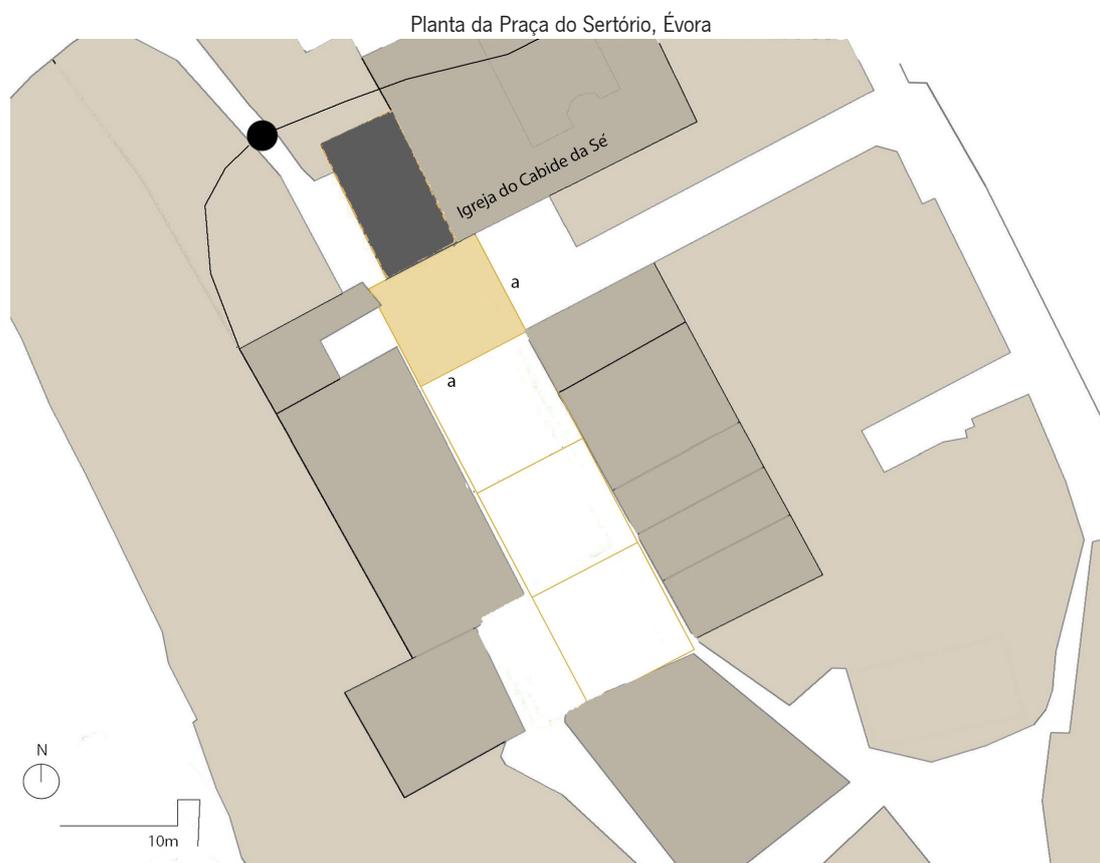
Planta do Largo Portas de Moura, Évora

Praça do Sertório

A praça do Sertório, localizada no interior da cerca velha, apresenta uma estrutura retangular bem definida e destaca-se pela regularidade do seu desenho na malha densa da cidade nesta zona. É pontuada pela igreja de S. Vicente no topo norte, sendo atualmente definida de alguns edifícios nobres e de administração da cidade. Apoiando-se na antiga muralha romano-goda, antecede a confluência das ruas Dom Aviz e Cândido dos Reis, ambas vias de saída da cidade, articulando várias vias no interior da cerca velha.



Vistas Sudeste e Noroeste da Praça do Sertório, Évora



- 89 A largura da fachada da Igreja do Cabide da Sé serve de referência para o módulo de 7 braças (aproximadamente 15,4 metros) que compõe a praça. O espaço, apesar de uma regularidade aparente, é decomposto em 4 módulos, apoiando-se a Oeste na muralha romano-visigoda.

Praça do Giraldo

De estrutura alongada e regular, a praça do Giraldo assume-se como centro cívico da cidade, patamar intermédio entre a acrópole e a entrada a leste das muralhas. Esta posição, junto a uma das portas da cerca antiga, fazia a transição entre o campo e a cidade, conferindo-lhe o estatuto de rossio da urbe, local de feira e encontro social. Com a construção da cerca medieval durante o século XIV a praça do Giraldo deixou de ser o rossio da cidade, mantendo-se no entanto como campo de feira, espaço coletivo medieval por excelência cariz comercial que alastrou às ruas adjacentes e manteve até aos dias de hoje. Não é de estranhar que antiga judiaria de Évora, uma das mais importantes do reino⁷⁵ se tenha localizado junto a este polo comercial da cidade.

A Praça do Giraldo ocupa uma plataforma quase de nível que antecede uma cota mais baixa. O bairro da judiaria vence esse desnível, constituindo-se por três quarteirões de forma alongada, sensivelmente paralelos entre si. Este padrão urbano preenche a massa urbana entre as ruas do Raimundo e de Alconchel, que ligam às respetivas portas da muralha medieval. Estas três parcelas urbanas são atravessadas por travessas que relacionam a Igreja de S. Francisco (antigo convento e paço Real) com o Convento de Santa Clara na rua de Alconchel, possuindo mesmo um largo no interior do arrabalde judeu. Ai estaria a antiga igreja do bairro. A existência de uma antiga porta é corroborada pela inscrição na Travessa da Tâmara, o que justifica também a necessidade de ter uma praça ou adro junto à igreja, na Rua dos Mercadores.

O desenho alongado da praça permite articular transversalmente as ruas Serpa Pinto, do Raimundo e da República, (e respetivas portas: Alconchel, Raimundo e Rossio) com a rua 5 de Outubro, ligação à Sé. Longitudinalmente a praça segue o perímetro da primeira linha defensiva da cidade ligando a rua João de Deus e Miguel Bombarda.

A antiga ermida gótica de Santo Antoninho, mais tarde convertida na igreja de Santo Antão (século XVI)⁷⁶, confere, conjuntamente com os Paços do Concelho, o estatuto de centro cívico político à praça do Giraldo.⁷⁷

75 - A judiaria de Évora – a Aljama – era como refere (Espanca: 1996 p.258), uma das mais importantes e populosas do reino

76 - IGESPAR – Nota Histórico-Artística sobre a Igreja de Santo Antão

77 - Posteriormente ao período em estudo instalar-se-ia uma fonte (1571) de desenho maneirista de Afonso Álvares onde termina o curso da água do aqueduto de águas de prata (1531-1537), Projeto atribuído a Francisco de Arruda e que reforça a importância da praça no quotidiano da urbe. IGESPAR – Nota Histórico-Artística da Igreja de Santo Antão.



Planta da Praça do Giraldo e montagem dos limites Norte e Este e suas arcadas

Na Praça do Giraldo, o módulo do adro da Igreja de Santo Antão serve como referência para decompor o espaço da praça. A sua repetição dá a dimensão à praça, encontrando-se sensivelmente a eixo com a ligação da Rua 5 de Outubro com a rua do Raimundo (excluindo o adro da igreja). A cinza escuro identifica-se a Igreja de Santo Antão e os antigos Paços Medievais.



- Judiaria
- Mouraria
- Edifícios Singulares
- Século XIII-XIV
- Arrabaldes
- Árabe



100 m

Planta da urbe medieval de Évora

Elvas

Implantada numa colina proeminente sobre o território do Alto Alentejo , a cidade de Elvas é irrigada pelos rios Caia e Guadiana⁷⁸. A cidade de Elvas encontra no vale do rio Guadiana a sua posição fronteiriça e na sua estrutura amuralhada de praça-forte mais importante do território continental, fato que lhe valeu o estatuto de quinta cidade do reino no século XVI⁷⁹. A sua localização privilegiada fez com que fosse castro celta e «castelum» romano⁸⁰. Ainda que a ocupação romana tenha sido longa, os seus padrões de urbanização foram claramente adulterados pela ocupação árabe, consumada por volta do ano de 714.

Com o castelo no topo norte da colina, o parcelamento irregular vai-se ajustando às curvas de nível criando grandes massas de edificado. Estas são contornadas por vias longas e sinuosas, perfuradas por caminhos que dão origens a becos, entradas na casa árabe. Este padrão está bem patente no interior da cerca árabe contrastando com o parcelamento da expansão medieval.

Como já exposto anteriormente⁸¹, hierarquicamente a cidade árabe era composta por duas partes distintas: a alcáçova e a Medina, correspondendo a alcáçova à área interna à primeira cerca, zona da elite muçulmana e último reduto de defesa, localizada na cota mais alta da urbe. Nesta área cabia também o castelo e a mesquita (atual Santa Maria da Alcáçova)⁸², mesquita readaptada os desígnios cristãos, correspondendo este perímetro aos símbolos do poder militar e religioso. A Medina corresponderia à área entre as duas cercas árabes, cabendo nela o grosso habitacional da urbe e o mercado, zona cívica da cidade. Disputada por árabes e cristãos a partir do século XII foi tomada definitivamente por D. Sancho II em 1230.⁸³

78 - Definição de RIBEIRO: 1993, p.188 – Portugal, – Divisões Geográficas mapa VI - Alto Alentejo

79 - Cadastro do reino de 1527 – 5º - Elvas (RIBEIRO, O: 1993)

80 - RODRIGUES, Jorge: 1996, p.5 – Guia Expresso das cidades e vilas históricas de Portugal -Elvas

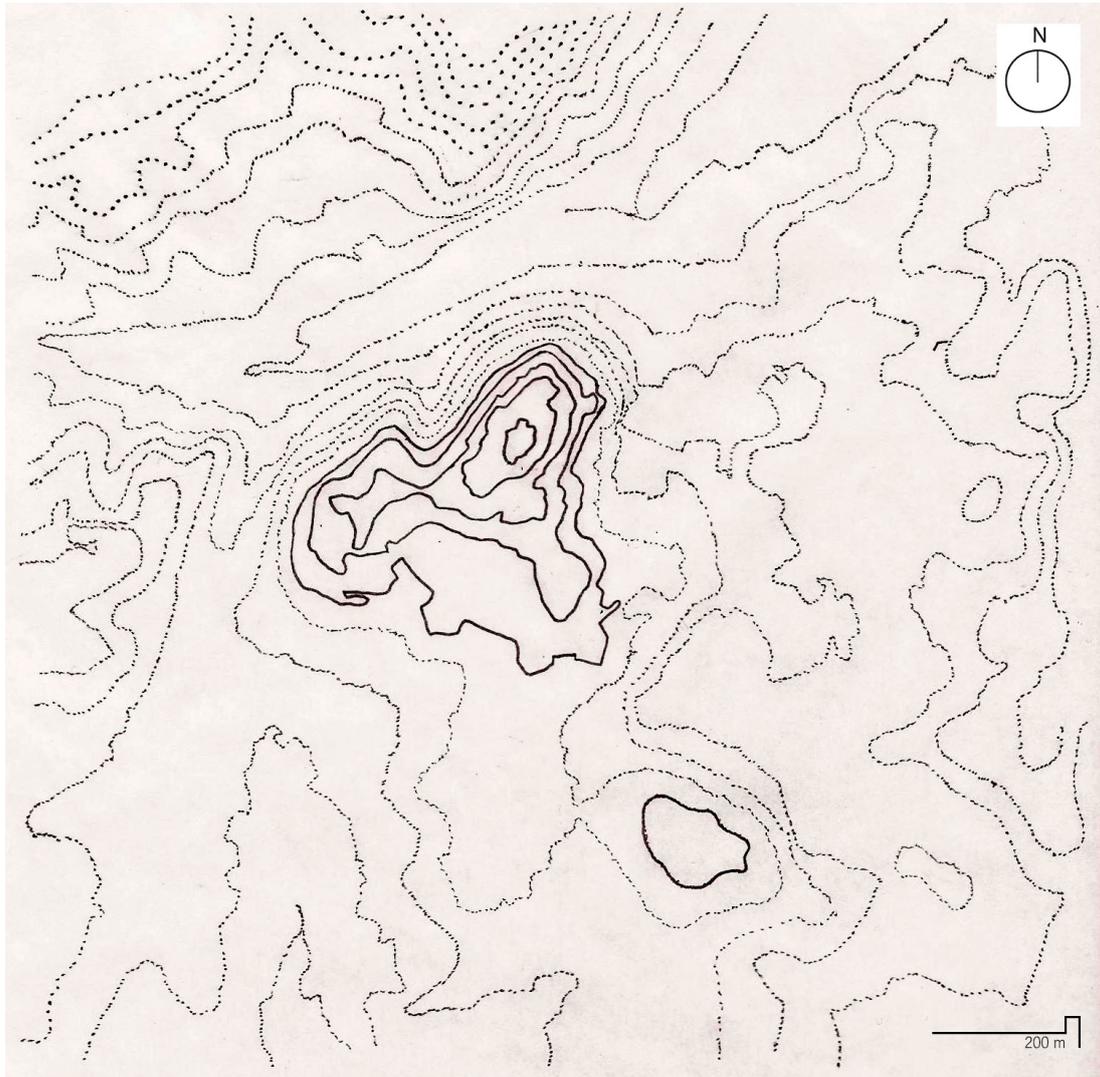
81 - Ver capítulo “ a urbe árabe”.

82 - IGESPAR - Nota Histórico-Artística sobre a Igreja de Santa Maria da Alcáçova.

83 - “Tomada por D. Afonso Henriques em 1166 e finalmente reconquistada por D. Sancho II, em 1230, recebe o primeiro foral três anos depois” (ANON: 2007) - Elvas, um inventário de Espaço Público.



Vista da cidade de Elvas



Planta do relevo da implantação da urbe de Elvas

Urbe medieval

A expansão de Elvas no período medieval deu-se, de forma espontânea, procedendo-se a re- adaptação programática cristã⁸⁴ e com a transferência do poder cívico - Paços do Conselho - para o largo de S. Lourenço a sul da cerca. Com esta readaptação programática assiste-se também à abertura de diversos adros de igreja no interior da medina, vazios urbanos de acordo com os preceitos do urbanismo medieval cristão⁸⁵. Nestas intervenções incluem-se o adro de Santa Maria da Alcáçova, da Madalena, de Santa Maria dos Açougues, do Salvador, e na Praça da Vila, todos eles localizados no interior da cerca árabe, suspeitando-se que, pelo desenho do parcelamento existente em seu torno, tenha ocorrido uma subtração ao edificado para deste modo enaltecer a entrada nas igrejas que dão nome aos vazios.

Os vazios urbanos existentes estão sobretudo ligados a equipamentos religiosos existindo uma clara intenção de regularização dos mesmos como é o caso dos adros de Santiago e de S. Miguel. Ao convento de S. Domingos, erguido no lugar da antiga ermida dos Mártires,⁸⁶ para além do vazio urbano de maior dimensão em seu torno existe ainda uma área considerável a este, o almocávar primitivo, espaço concedido por indicação régia aos mouros que habitavam a mouraria ali localizada.⁸⁷

Esta correlação dos espaços públicos da urbe relacionados com a atividade religiosa justifica a quase inexistência de vazios urbanos na parte oeste da urbe medieval pela inexistência de equipamentos religiosos nesta fase de expansão da cidade. À exceção dos adros da igreja, os espaços vazios apresentam um desenho ambíguo, resultando do cruzamento de vias ou de “alargamentos” das vias junto às novas portas da muralha medieval, como no caso da porta de S. Francisco ou na porta de S. Pedro. Junto à porta de S. Martinho, coincidente com a segunda cerca árabe existe também um vazio urbano que se apresenta também como remate da cinta de circulação formada no exterior da muralha árabe.

As ruas de Olivença e do Arco de N. Senhora da Encarnação terão correspondido aos primeiros condutores do crescimento urbano para fora da cerca árabe destacando-se ainda a ligação entre o eixo entre a Igreja de S. Pedro, próxima da porta dos Banhos, o largo do Salvador e praça

84 - Ver capítulo “ a reconquista cristã”

85 - (GARRINHAS:2001)

86 - A ermida dos Mártires foi erguida logo após a conquista da cidade por parte dos portugueses em homenagem aos que perderam a vida no decorrer da tomada da urbe. (FERNANDES:2008)

87 - Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética

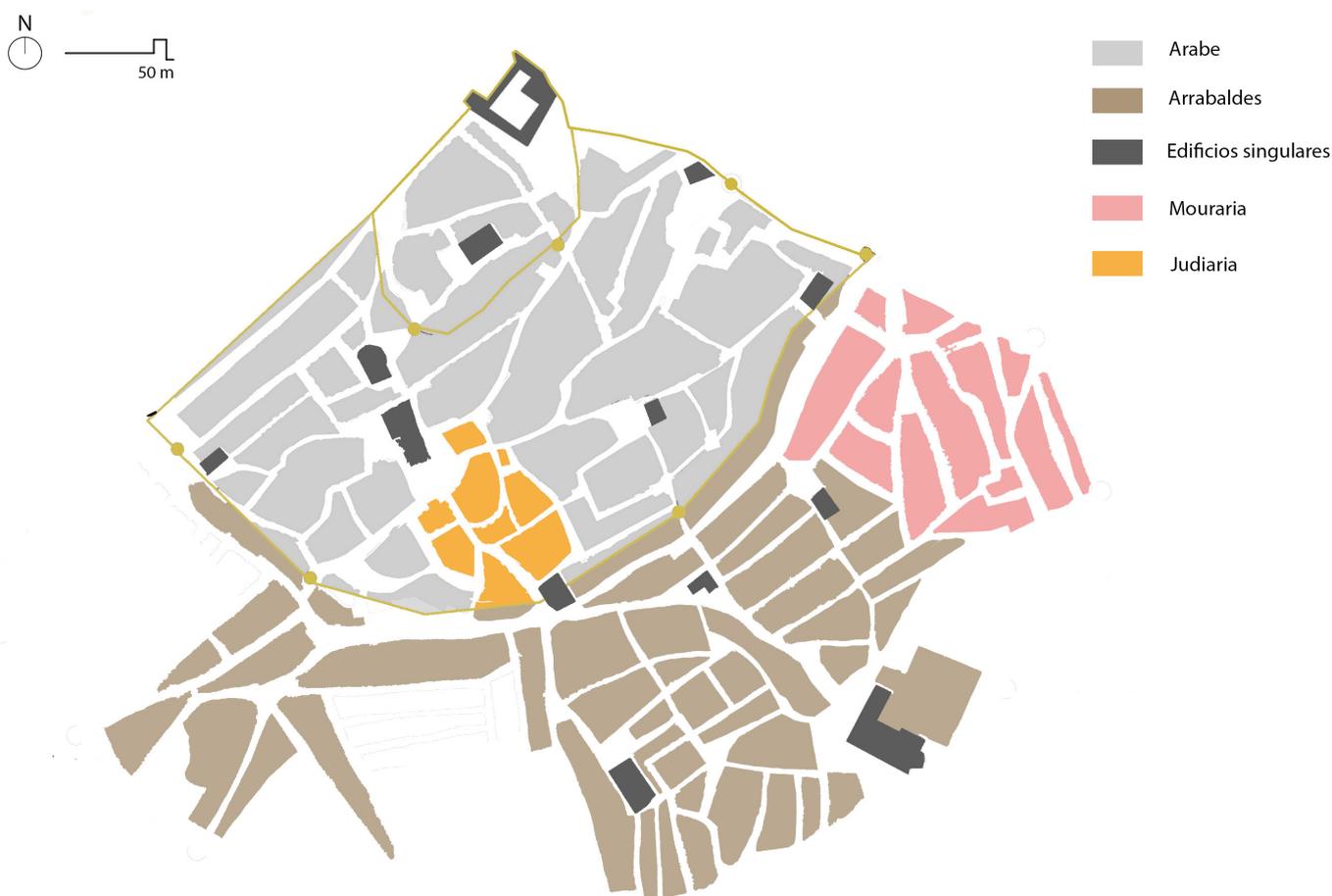
da vila, eixo ordenador da medina árabe e que vai encontrar sequência na porta do Bispo a Este da cerca árabe e na atual rua de S. Francisco e respetiva porta já na zona de expansão medieval. Nesta lógica de ligação transversal da cidade, a cinta de circulação formada pela anterior cerca árabe vai ganhando destaque não só pela sua variável dimensão como pela ligação entre a Porta dos Banhos, atual São Vicente e a porta de Évora, próxima da agora inexistente porta de S. Francisco. O crescimento da urbe a partir do século XIII estrutura-se, tal como nos outros casos de estudo abordados, em função das vias que partem das portas da Medina, em direção a outras localidades como Évora, Olivença ou Badajoz ou como ligação a espaços religiosos como é o caso do Convento de S. Domingos. Este crescimento radial da cidade tem nas suas novas vias um caráter mais linear do que as vias mais sinuosas existentes na Medina. O seu traçado reflete-se também no desenho dos quarteirões alongados e regulares, definidos por vias principais, não axiais e travessas tendencialmente perpendiculares que dimensionam e regularizam o desenho dos quarteirões.



Planta das principais vias e portas de Elvas

Outros núcleos urbanos como os arrabaldes da judiaria e a mouraria apresentam-se como polos relevantes da composição urbana. A norte do largo do Salvador a judiaria, dinamizava o comércio, envolvendo as ruas de S. João de Olivença e dos Sapateiros, próximo da porta Nova, nó de circulação entre as cidades de Badajoz, Olivença e Évora.

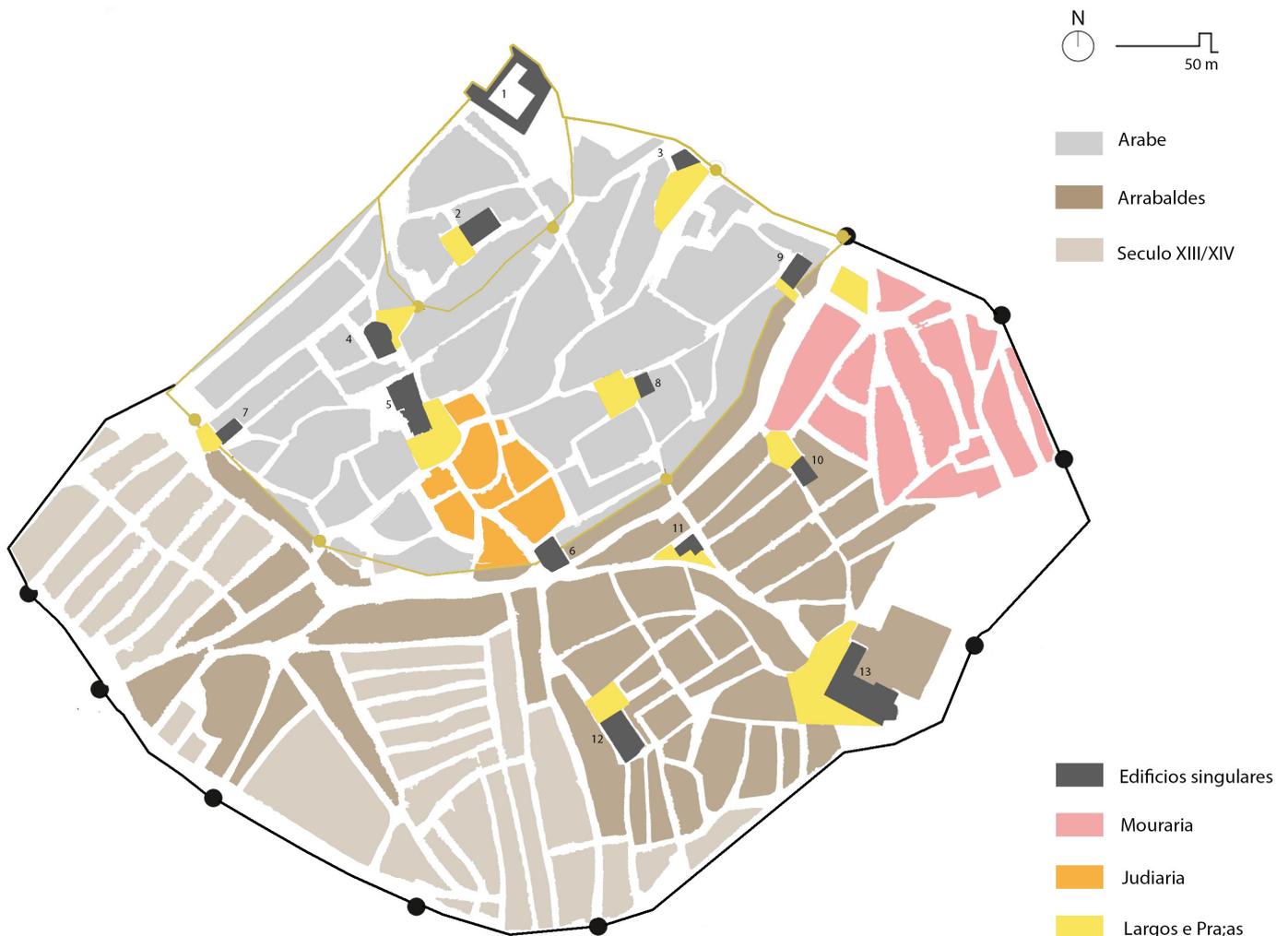
Com o início da construção das muralhas medievais ainda durante o reinado de D. Afonso IV, é delimitada radialmente a expansão da urbe para cerca do triplo da área correspondente ao aglomerado árabe. Esta intervenção assegura a integração do convento de S. Domingos e colégio Jesuíta no novo perímetro muralhado, contando-se 11 portas⁸⁸ e 22 torreões numa ampliação da área muralhada da cidade para cerca de um triplo da área anteriormente protegida.



Planta dos arrabaldes de Elvas

88 - Reduzidas a 3 pelas obras do século XVII (respetivamente de Évora, Olivença e S. Vicente) - e barbacã de apoio. – in-fopédia, castelo de elvas, acedido a 12 de julho de 2012.

Destas 11 novas portas, 2 são coincidentes com a segunda muralha árabe – as Portas dos Banhos e de S. Martinho, uma é coincidente com a primeira muralha árabe – a Porta do Templo e uma outra é aberta dentro do perímetro da antiga Medina – a Porta do Hospital.



Planta de Elvas com os principais equipamentos e vazios urbanos

Esquema da urbe medieval de Elvas evidenciando os principais equipamentos religiosos.1 – Castelo | 2- Igreja de Santa Maria da Alcáçova | 3 – Igreja de S. João da Corujeira | 4 - Igreja de Nossa Senhora da Consolação (antiga ermida dos Templários) | 5 – Igreja de Nossa Senhora da Assunção | 6 – Igreja de Santa Maria dos Casados | 7- Igreja de São Martinho | 8 – Igreja do Salvador 9 - Igreja de São Pedro | 10– Igreja de S. Vicente | 11 – Igreja de São Lourenço | 12 – Igreja de São Tiago e Hospital dos Romeiros | 13 – Convento de São Domingos | 14 – Igreja do Espírito Santo ou S. Miguel.

No princípio do século XVI, a morfologia da cidade é alterada com a passagem dos centros de poder político e religioso para uma nova zona nuclear da cidade, a Praça Nova,⁸⁹ atual Praça da República.

Esta praça vai-se localizar bem no centro da cidade, dentro da segunda muralha árabe, arrasando-se parte do casario junto à antiga judiaria. Esta intervenção, além de reorganizar hierarquicamente o aglomerado, dota-o de um vazio de uma escala capaz de centrar esta nova praça como o novo centro cívico da cidade. Ladeada pela judiaria a este, é enfatizada a ligação entre a porta do Templo e a porta de Olivença, abrindo nas duas muralhas árabes uma Porta Nova, criando assim uma “rua direita”, ligação tendencialmente regular em favor da topografia que unia a primitiva alcáçova ao exterior da nova cerca.

A norte, a igreja de Nossa Sra. Da Assunção,⁹⁰ de raiz tardo-gótica, implanta-se na cota mais elevada da praça tendencialmente retangular. A superfície empenada da praça, evidencia a sua posição dominante sobre o espaço. Os Paços do Concelho seriam também transferidos para a face sul, desenhada a partir da muralha árabe. A nova porta, localizada a sul da praça, assume-se como charneira entre as principais vias de saída da cidade e o novo centro, situando-se sensivelmente a meio do anel de circulação que se foi formando em torno da segunda cerca árabe.

Com esta operação Elvas ganha um vazio urbano capaz de funcionar como praça do mercado, compensando a escassez de espaços abertos no resto da urbe. O antigo mercado de Feira, localizado um pouco mais a Sul (atual praça do Tribunal), não possuía dimensão nem nenhum edifício singular que o dignificasse de acordo com a importância que a urbe tinha no período em estudo. Apesar da designação de praça Nova, esta intervenção tem paralelos com mencionadas no subcapítulo “Rossio”, onde era comum nas urbes de influência árabe demolir-se parte do casario para assim se possibilitar a existência de um espaço de uso coletivo.

89 - IGESPAR – Nota Histórico-Artística da Igreja de Nossa Senhora da Assunção

90 - “A actual Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Elvas, Matriz da localidade e antiga Sé da cidade, implanta-se no local de uma anterior construção, possivelmente gótica. A sua construção iniciou-se em 1517 segundo um projecto atribuído a Francisco de Arruda.” IGESPAR – Nota Histórico-Artística da Igreja da Nossa Sra. da Assunção de Elvas



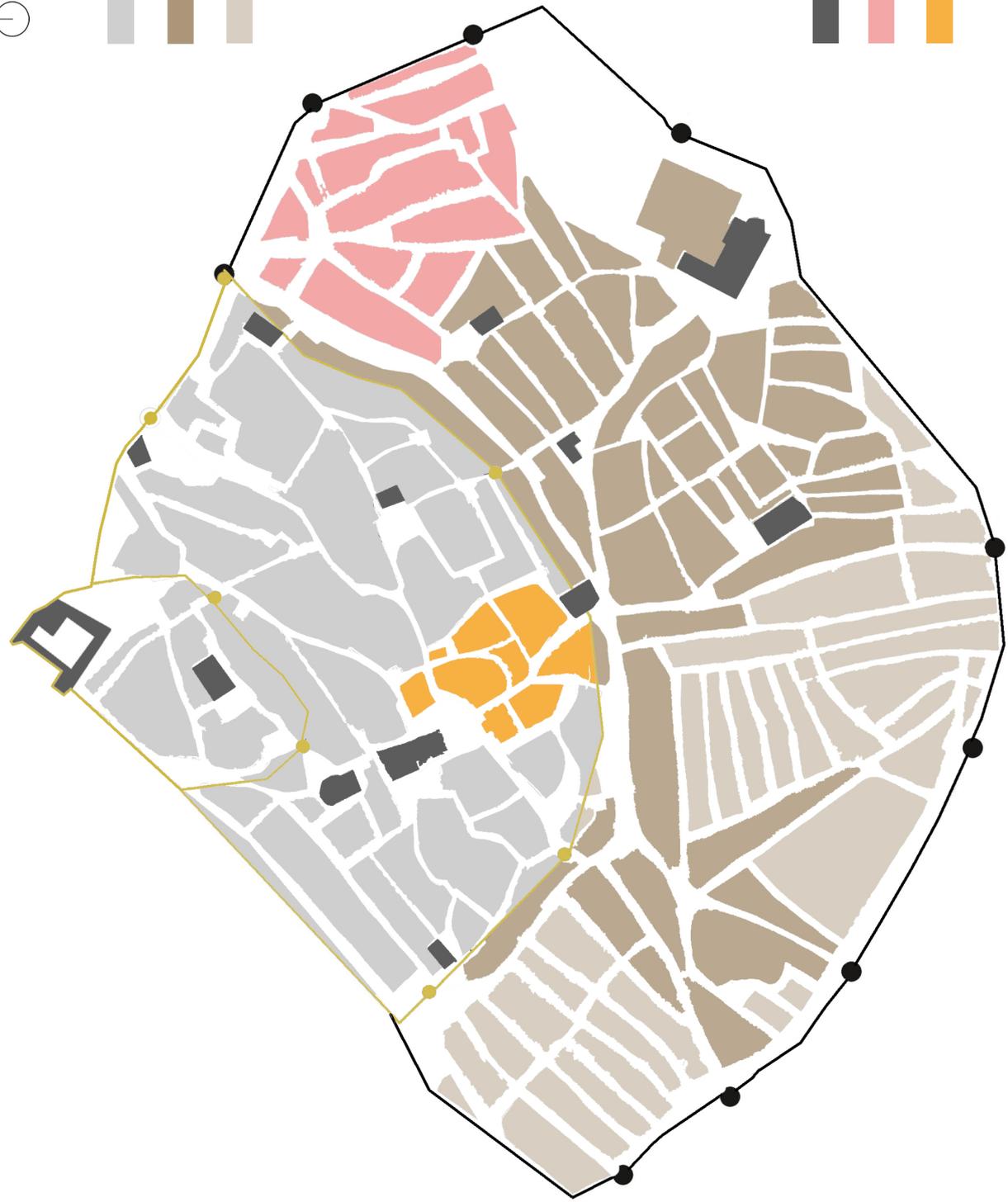
Panorâmica da fachda Sul da Praça Nova





- Arabe
- Arrabaldes
- Seculo XIII/XIV

- Edificios singulares
- Mouraria
- Judiaria



Planta da urbe medieval

1 : 500.000

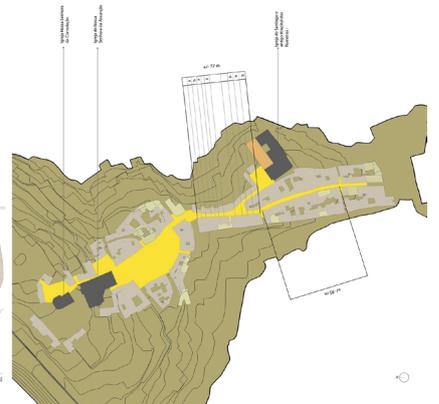
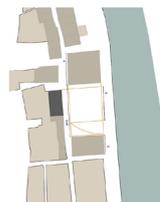
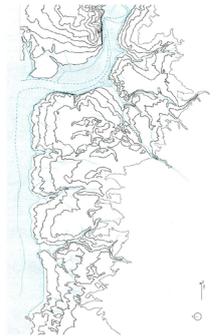
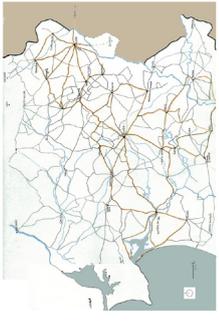
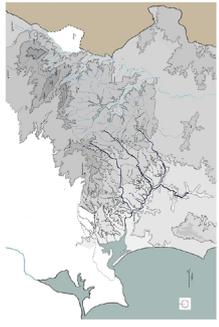
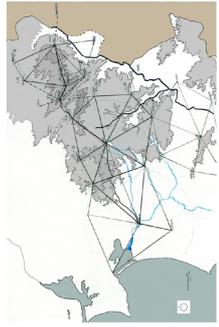
TERRITÓRIO

1 : 25.000

1 : 2.500

URBE

1 : 100



3. A Forma da Urbe

Transformações manuelinas na urbe

Após um período⁹¹ fustigado por guerras, crises e peste⁹², a estabilização da fronteira com Espanha, ratificada em 1411⁹³, inicia-se um novo ciclo de desenvolvimento do reino português. A tomada de Ceuta em 1415 marca o início dos descobrimentos⁹⁴ dando continuidade às motivações expansionistas de cristãos e do próprio reino.

Há um desejo latente de afirmação da coroa portuguesa que encontra nos territórios ultramarinos o seu grande campo de desenvolvimento do urbanismo português, situação que se estende até ao século XVIII. O território além-mar constituiu um local de experimentação e inovação, ocorrendo nas ilhas atlânticas as primeiras experiências modernas⁹⁵. Em Angra, intervenção posterior, as ruas principais são orientadas perpendicularmente à linha de costa e as secundárias intersectando-as num ângulo quase reto. Ao centro do plano está a Sé, situada no meio de uma praça nova, que pela dimensão e relação com a malha urbana o seu vazio corresponde a um quarteirão não construído. Este tipo de expansão linear junto à água é condizente com as operadas noutras colónias e cidades costeiras do continente como por exemplo em Alcácer do Sal na rua nova. (TEIXEIRA:2012)

Este novo alinhamento, um caminho ao longo da costa paralelo ao rio, constituía uma nova estrutura de ocupação do território, uma expansão linear da urbe. Esta rua nova ocupa a faixa ribeirinha a sul do castelo e da colina, caracteriza-se por ser de nível, conduzindo o arrabalde medieval a uma também Praça Nova (atual Praça da República), espaço que se viria a tornar o novo centro cívico da urbe. De desenho regular, o vazio da Praça Nova corresponde à ausência de dois quarteirões, assemelhando-se a um esquema de um retângulo de ouro.

As cidades costeiras⁹⁶ foram as mais beneficiadas neste período de expansão marítima mas cidades interiores como Beja ou Elvas sofreram intervenções no tecido urbano consolidado – praças novas.

91 - [1248-1420]

92 - Crise da sucessão de D. Fernando

93 - Tratado de Ayllón-Segovia

94 - 1415-1822 – Convencionalmente designa-se o período dos descobrimentos durante o qual o reino português ganhou proeminência sobre o comércio marítimo com a expansão marítima do império

95 - A construção da Sé e respetiva praça referem um centro ao aglomerado urbano, hierarquizado com a construção de novos edifícios civis e religiosos e uma nova fortificação moderna. Estas intervenções procuram introduzir um novo vocabulário urbano na urbe, consolidada também com um novo setor da malha urbana.

96 - “ Lisboa, Porto, Setúbal, Lagos, Aveiro, Viana do Castelo são exemplos de cidades que cresceram ou se reestruturaram neste período.” (TEIXEIRA, M: 2012)

Também em cidades como Braga, Coimbra e Évora se procedeu à reestruturação dos antigos terreiros extramuros e construção de novas expansões programadas.

Em Beja, a primitiva praça do peixe, localizada no terreiro da igreja de Santa Maria (atual praça da República) sofreu uma intervenção no princípio do século XVI, sob o reinado de D. Manuel, que mandou abrir aquele espaço, constituindo a partir daí o novo centro cívico de uma grande parte dos grandes acontecimentos que povoam a memória da capital do Baixo Alentejo. Este caminho para as novas regras e proporções no pensamento da cidade está intrinsecamente ligado à ação urbanística do reinado de D. Manuel I (1495-1521).⁹⁷

Estas intervenções em Braga e Beja são contemporâneas das relatadas em Évora, Elvas e Alcácer do Sal, apontando para uma prática urbanística coerente no território nacional. Tal como nas urbes ultramarinas, (território de experimentação de um novo vocabulário urbano), há uma procura de introduzir os mesmos princípios imbuídos no espírito renascentista⁹⁸ nas urbes de traçado medieval da metrópole.

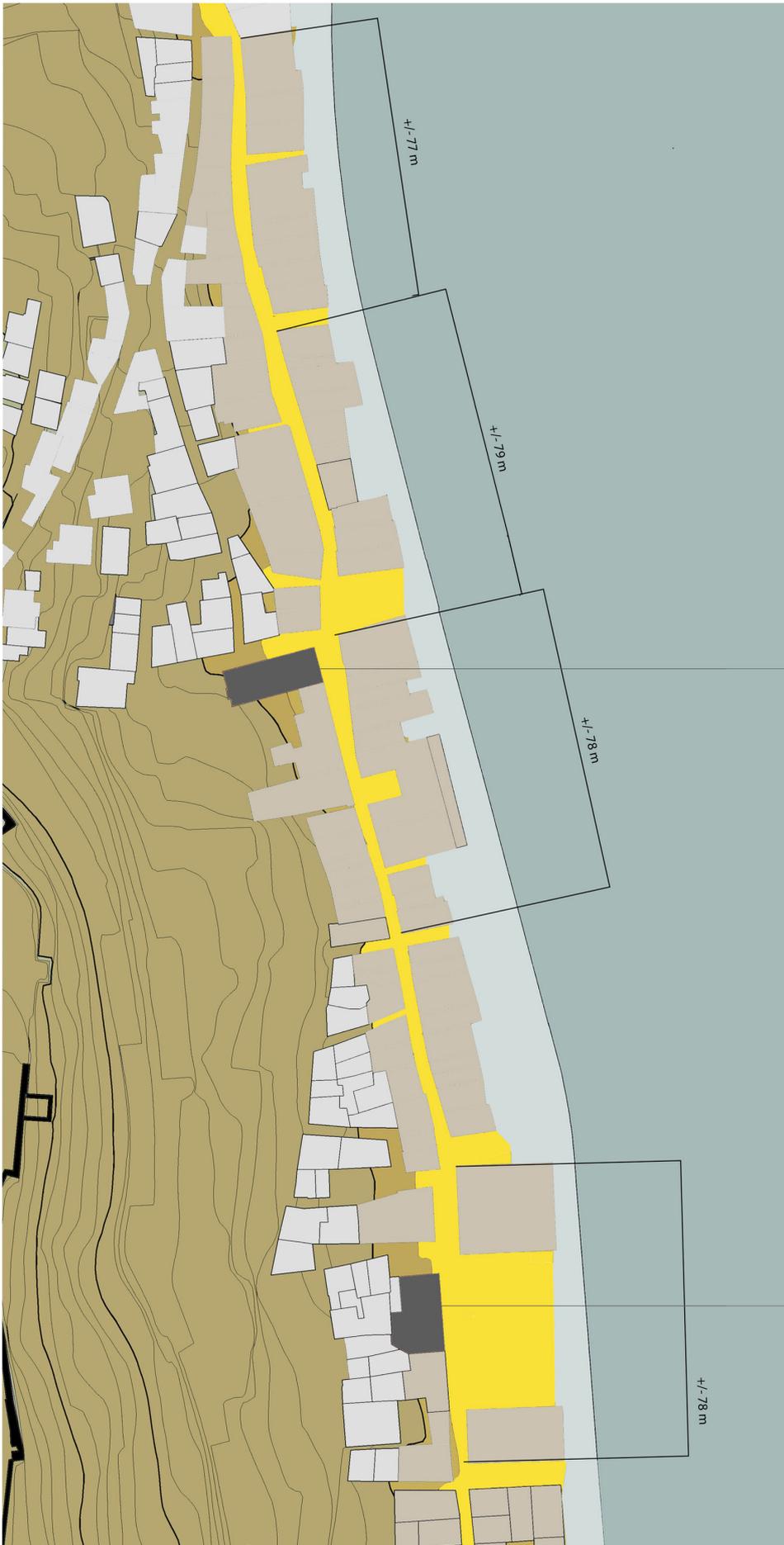
A definição de uma praça que se volta para a Sé no Funchal tem comparação com a praça nova de Elvas e mesmo o período de construção do funchal (capitania 1425) de um loteamento paralelo ao mar é comparável com o da rua Nova em Alcácer. A redefinição de uma nova praça, centro cívico no interior do perímetro muralhado em Elvas ou Beja, a definição de novos alinhamentos ou recuperação de antigos como os casos das ruas direitas de Alcácer ou Braga ou a constituição de rossios e/ou praças extramuros como expansões planeadas para a urbe como observamos em Braga ou em Évora (rossio de S. Brás). Em todas estas intervenções há um novo espaço urbano, praça ou rossio, dignificado com um edifício civil ou religioso, elementos geradores de forma e novas dinâmicas na urbe.

São intervenções que evocam um novo sentido coletivo da urbe, de consolidação do desenho urbano assente no crescimento e dignificação da imagem urbana durante o período em estudo. A localização de edifícios ou monumentos no enfiamento das ruas tirando partido de eixos visuais, o ordenamento e repetição de fachadas ou a redefinição de centros cívicos de desenho regular surgem como soluções adotadas também no continente.

97 - (Pereira: 2007, p.35): “Na segunda metade do século XV e nos primeiros trinta anos do século XVI contacta-se, de facto, um impressionante aumento de iniciativas de edificação. Pode mesmo afirmar-se sem medo de errar que em cerca de oitenta anos – e com especial incidência nos últimos cinquenta, desde cerca de 1490 até cerca de 1530 – se construiu mais no território português do que nos dois séculos anteriores.”

98 - Movimento espiritual caracterizado por uma revalorização da antiguidade greco-latina e um questionamento da civilização cristã, que alcançou o seu momento de máximo esplendor em Itália no séc. XV e primeira metade do séc. XVI. AAVV: 1987., Moderna Enciclopédia Universal - Círculo dos Leitores, Porto..

3.1 Alcácer do Sal A Rua Nova



Igreja da Misericórdia



- Edifícios em geral
- Edifícios da Rua Nova
- Rua Nova
- Edifícios Singulares

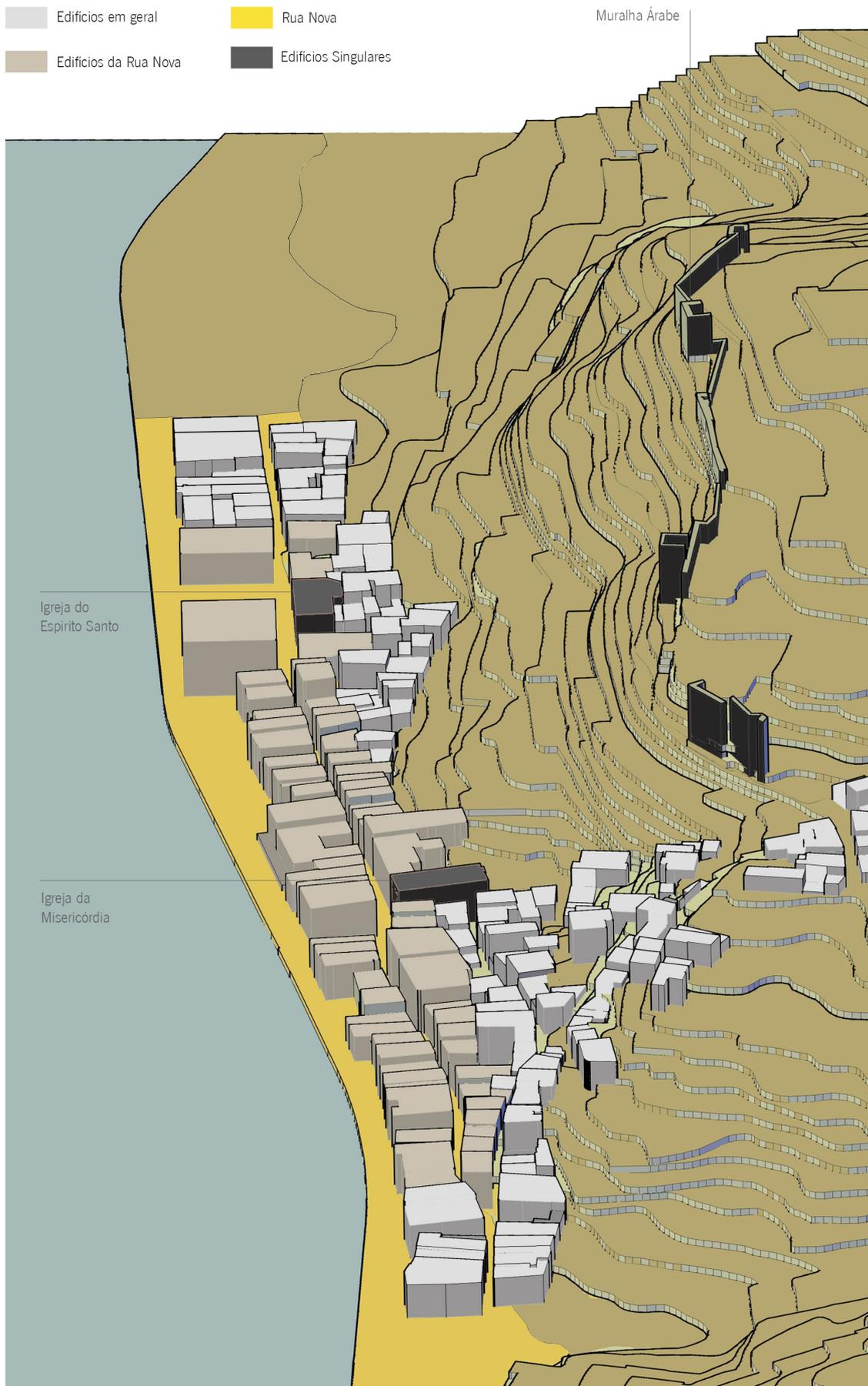
Igreja do Espírito Santo

Observando o esquema da Rua Nova percebe-se que há uma concordância entre o comprimento das parcelas urbanas que advém de uma semelhança na largura dos lotes. A distância de 35 braças, que corresponde aproximadamente a 77 metros, Esta medida repete-se, aliás, nas outras urbes em estudo, como iremos ver mais à frente nas outras sequências em estudo

A rua Nova em Alcácer é reveladora de uma nova ideia de cidade plasmada em novos arranjos. Desde logo pela sua posição, próxima do rio, que lhe confere um percurso de nível, com uma variação inferior a dois metros. Há uma predominância do lote estreito e alongado, especialmente no alçado sul da rua. As exceções são o Palácio dos Salema (atual biblioteca) e os edifícios administrativos que ladeiam a Praça Nova (atual Praça da República). As fachadas principais dos lotes são viradas para a rua e as travessas que intersectam a via são de pouca expressão à exceção da Praça Nova e largo da Misericórdia. A proximidade do rio e de uma provável praia podem ser fatores que terão influenciado esta opção que se protegia contra eventuais cheias que pudessem ocorrer.

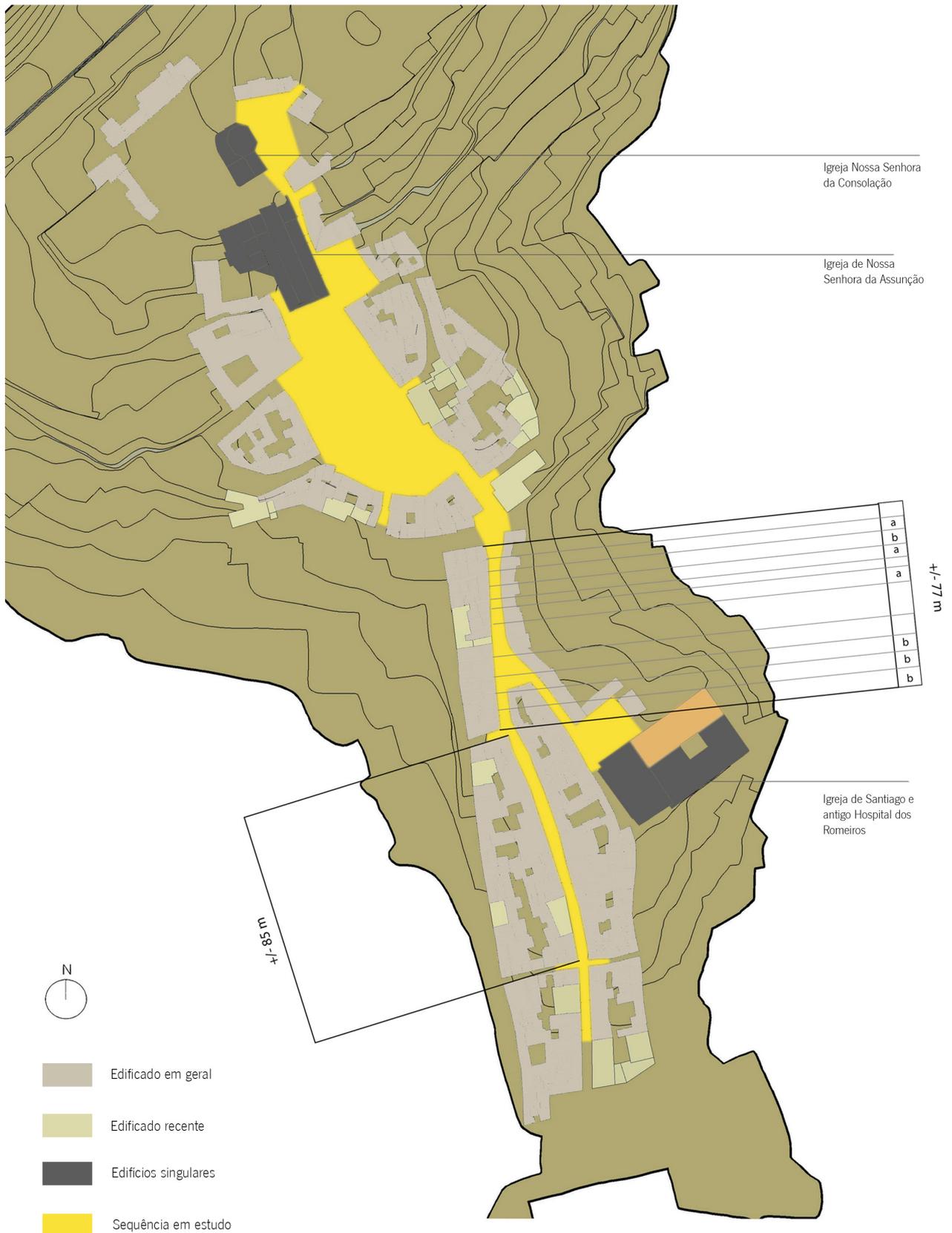
Esta valorização do percurso da rua Nova ao invés do percurso ribeirinho realça a Praça Nova como espaço capaz de dialogar com o rio e de se assumir como centro cívico da urbe. Há ainda um alargamento sensivelmente alinhado com o postigo da muralha antiga, nó de articulação entre a rua da Ladeira e de Santa Luzia. Este alargamento cuja dimensão sugere mais a ausência de edificado do que a um desenho prévio, relaciona-se com a Igreja da Misericórdia, próxima do espaço em questão com a fachada enviesada para o vazio urbano. Também na Praça Nova a posição da Igreja da Misericórdia não se relaciona diretamente com o vazio da praça mas a colocação de uma janela manuelina na fachada Sul da igreja sugere um vínculo retórico ao vazio urbano.

Ainda que apresente uma continuidade evidente há um ponto de cisão aproximadamente a meio do percurso. Na interseção da travessa do Cotovelo com as atuais Rua da República/Rui Salema gera-se um alargamento, se dimensões semelhantes ao negativo de 2 lotes. Este espaço estaria em relação com o rio e praia. A partir desse ponto percebe-se uma maior linearidade na segunda parte do percurso. Sabemos que já haveria construção a uma cota mais elevada da urbe aquando a expansão medieval da urbe. Essa preexistência bem como a topografia do local poderão ter influenciado nesse desenho mais orgânico no início do percurso.



3.2

Elvas - Sequência em estudo

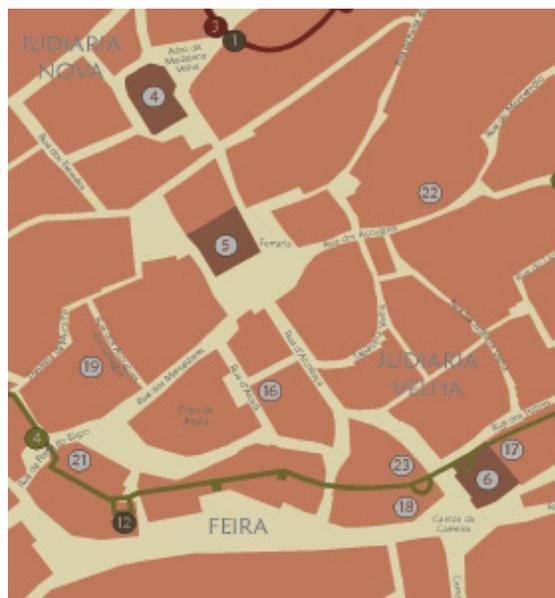


Ainda que os quarteirões apresentem medidas variáveis, a largura dos lotes urbanos é idêntica (letras a e b), entre as 5 e 6 braças (5.5m e 6.6m respetivamente). É expetável que aquando a construção da muralha medieval o interior da urbe ainda não tivesse totalmente preenchido pelo que o critério de expansão seriam as ruas principais, dando-se uma apropriação espontânea desses espaços sem grande planeamento prévio como é o caso.

A sequência urbana selecionada da urbe de Elvas integra a ligação que se faz da Porta da Rainha Isabel e a Porta de Olivença. A existência de uma alcáçova que segmenta a área localizada à cota mais alta da urbe (onde também se localiza o Castelo) levam-nos a considerar o percurso a partir da sua porta. A Porta de Isabel enquadra a rua que liga a igreja de Santa Maria da Alcáçova, no interior do último reduto de defesa, à atual Igreja de Nossa Senhora da Consolação (antiga ermida dos templários e convento das dominicanas) que assinala o início da sequência em estudo.

A ligação a partir do largo 1º de Dezembro (da igreja) à Porta Nova corresponde ao volume da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e a praça Nova – atual Praça da República.

A igreja, projeto atribuído a Francisco de Arruda implanta-se no local de uma anterior construção, possivelmente gótica. A sua construção iniciou-se em 1517 e vinte anos depois ainda não teria sido concluída a totalidade das suas estruturas aquando da sua abertura ao público. Esta intervenção situa-nos no início do século XVI.⁹⁹



Planta cedida pela Câmara Municipal de Elvas (elaborada por Rui Jesuíno – Técnico Superior de História e Património Cultural)

99 - IGESPAR – Nota Histórico-Artística da Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

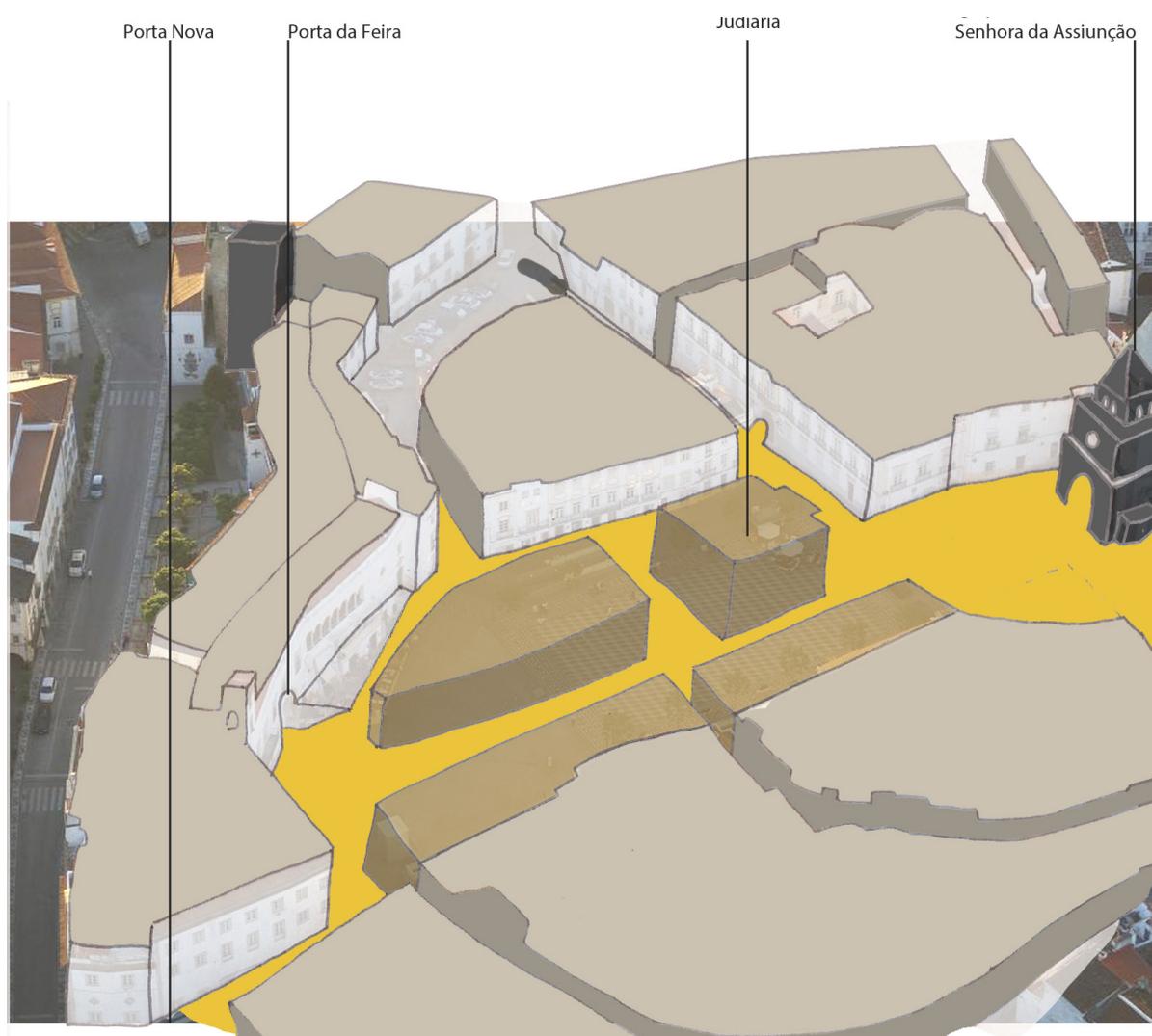
Na planta medieval da urbe, elaborada de acordo com registos datados de finais do séc. XV, já se identifica um equipamento religioso no mesmo local, bem como a muralha medieval e suas portas. Prosseguindo a observação dessa planta também se constata que o largo aí existente era bem mais pequeno do que a atual dimensão da Praça Nova. Ao invés, surgem-nos dois quarteirões da judiaria Velha. Com a expulsão dos judeus do reino em 1497 (D. Manuel I), compreende-se que esta intervenção seria também posterior a esta data, procedendo-se à demolição do quarteirão judeu, desafogando o espaço em frente à Igreja.



Vista tridimensional da Praça Nova, Elvas

Pela morfologia do terreno percebe-se que o desenho da Praça Nova enquadra-se numa pente mais favorável para a conformação da praça.

A posição fronteiriça da urbe não permitia a existência de espaços de como um Rossio extramuros, facto que aliado à grande densificação do centro urbano e à quase inexistência de praças contribuiu para esta demolição parcial do casario. Apesar da expulsão dos judeus no final do séc. XV, não era recorrente a demolição do casario, como no caso da judiaria de Évora. Esta atitude é no entanto recorrente com a de outros casos de urbes de traçado árabe, que em contextos de cidades paramilitares levava a demolição de casario, tal como na urbe em estudo.

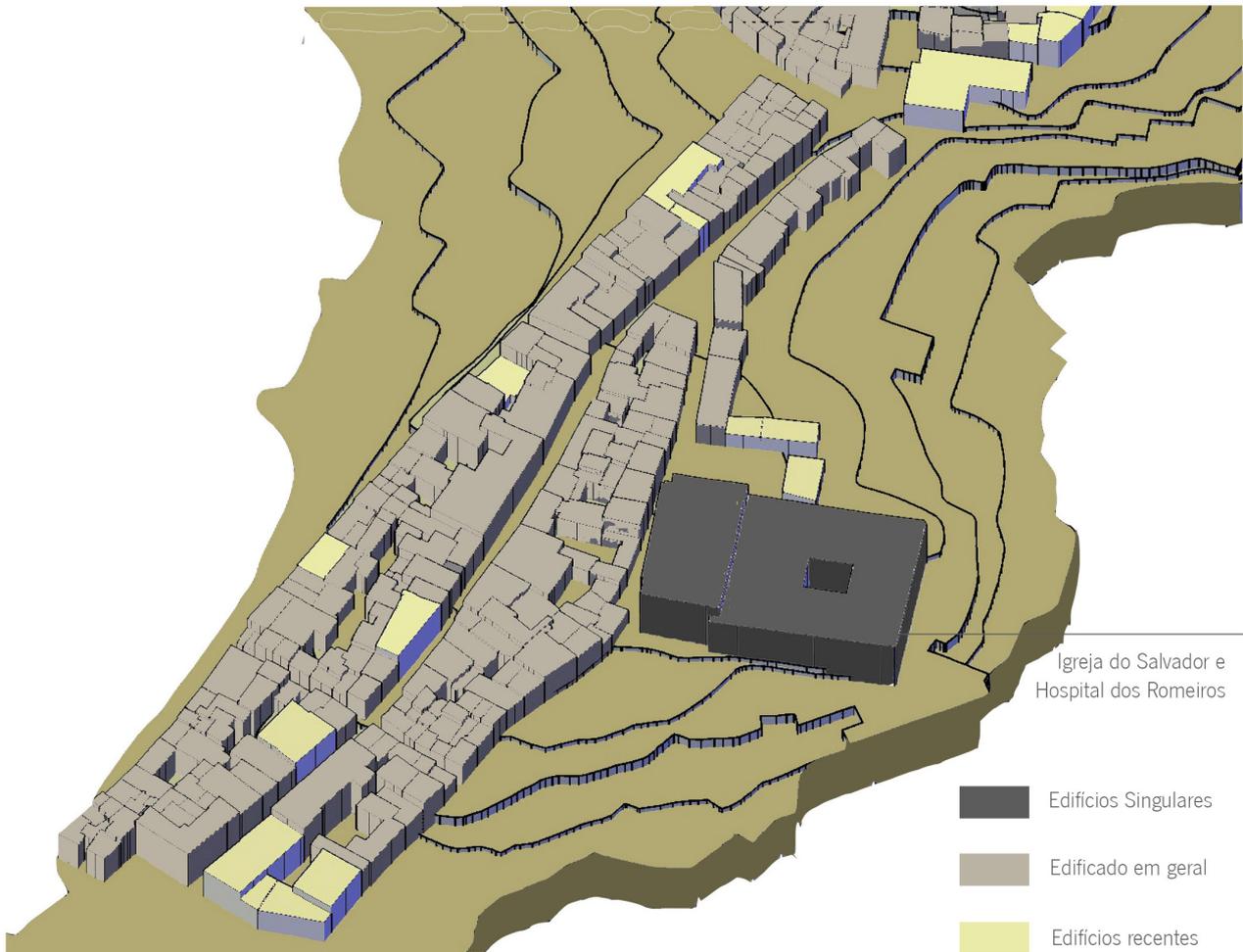


Hipótese volumétrica de como seria o lugar da atual Praça Nova antes da intervenção manuelina. A cinza a volumetria que ainda existe e a castanho o que terá sido demolido. Suposição elaborada a partir da planta medieval da cidade, que revela uma maior afinidade com a Porta da Feira, existindo já um adro da antiga igreja.

Esta intervenção reforça o cruzamento das duas principais vias do período islâmico, que unem a Porta dos Banhos (atual de S. Vicente) à Porta do Bispo, e a Porta da Alcáçova à Porta da Carreira/ Porta Nova. Esta Porta Nova deverá ter sido, tal como o nome indica, posterior à ocupação árabe. Sabemos da existência da Porta de N. Sra. Da Encarnação a Este e da Porta do Bispo a Oeste à qual acrescentamos a existência de um arco por baixo do edifício dos antigos Paços Medievais a Sul da Praça Nova. Esta passagem sugere a existência de uma outra porta, que comunicava com o mercado de Feira medieval – atual Praça do Tribunal. Esta constatação leva-nos a crer que a Porta Nova seria parte da intervenção da Praça Nova, enfatizando assim a ligação do novo centro cívico/religioso à Porta de Olivença.

A rua de Olivença tem um desenho orgânico em favor da topografia, unindo a Porta Nova/Rua da Carreira à Porta de Olivença. A altura dos lotes é alta, variando entre os 3 e 4 pisos, o que evidencia a estreita largura da rua, que não ultrapassa as 2 braças (4 metros. Como já foi referido, o alargamento que surge no final da Rua da Carreira dá mote ao início da Rua de Olivença. Depois de um percurso quase de nível, a rua começa a descer, vencendo uma cota de sensivelmente 8 metros. A esta variação de pendente da rua corresponde uma altura constante do loteamento, que se mantém entre os 10-14 metros. Apesar de ser apenas intersetada em dois pontos existem edifícios que se destacam na via urbana, pela sua volumetria, possivelmente posteriores ao período em estudo e edifícios do século XX identificados no desenho.

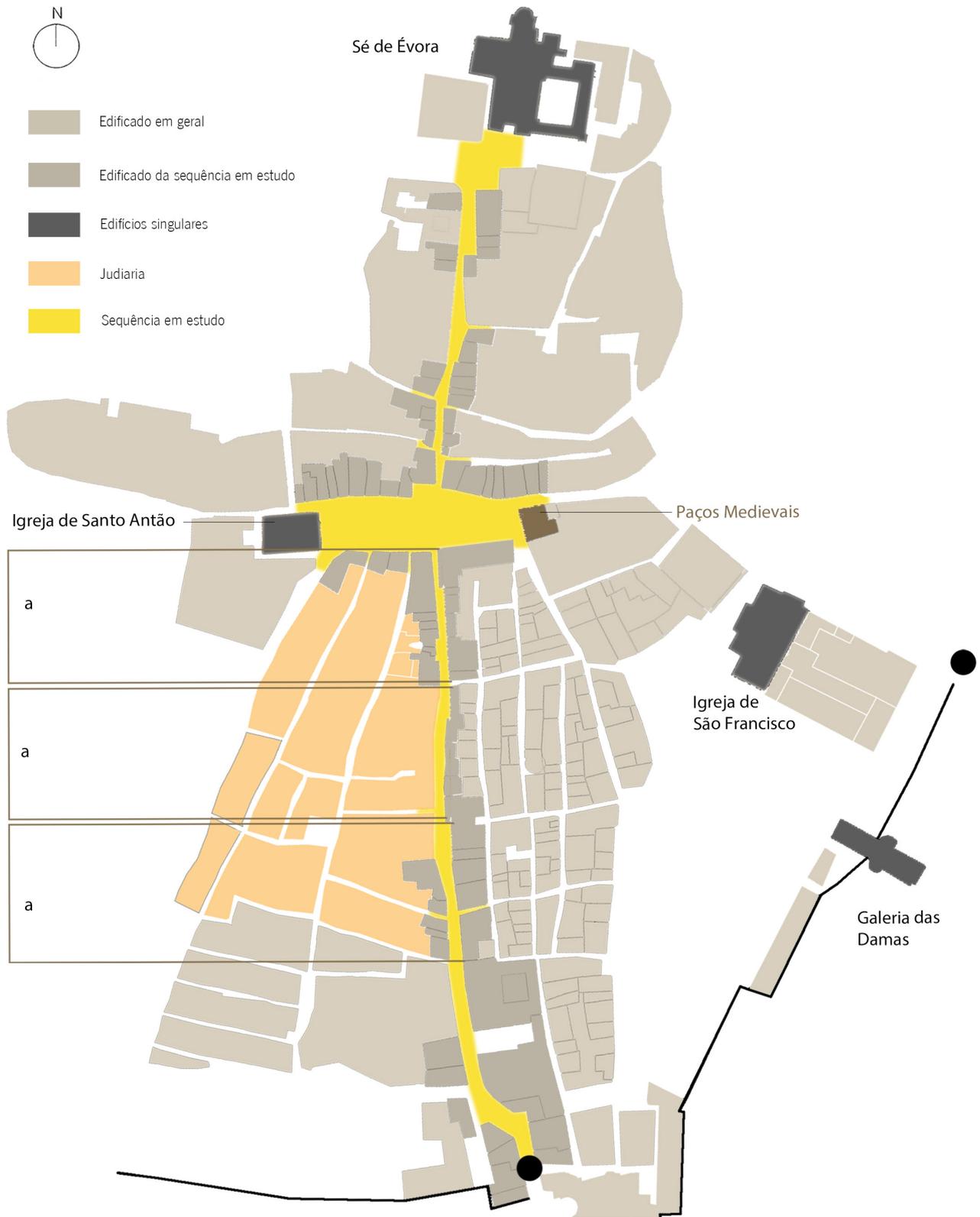
Na continuação da Porta Nova surge a Rua da Carreira. Esta pequena via interseta a rua do largo de Santiago com a Rua de Olivença num alargamento a Sul da Porta. Esta bifurcação da via principal justifica-se pela existência da Igreja de Santiago e Hospital dos Romeiros (atual Biblioteca Municipal) numa pequena elevação junto à Rua de Olivença. Esta via secundária acompanha um relevo mais favorável, mantendo uma pendente menor do que a congénere Olivença. O largo de Santiago surge como espaço de receção da Igreja de Santiago e do Hospital dos Romeiros anexo. A igreja implanta-se numa pequena elevação dentro do perímetro muralhado, apresentando o largo uma pendente estável.



Vista tridimensional da Rua de Olivença, Elvas

3.3

Évora, sequência urbana em estudo



No caso de Évora, não é uma via que nos propomos observar mas uma sequência de ruas, praças e edifícios singulares que correspondem aos espaços mais relevantes da urbe durante o período medieval. A sequência proposta é composta pela Praça da Sé, pela Rua 5 de Outubro, pela Praça do Giraldo, pela Rua do Raimundo e pelo antigo Paço Real de Évora.¹⁰⁰ Estes fragmentos urbanos reúnem elementos do traçado da urbe árabe e da expansão e consolidação da urbe durante o período medieval, podendo-se perceber como o traçado da urbe se foi articulando ao longo de três momentos distintos do seu desenvolvimento.

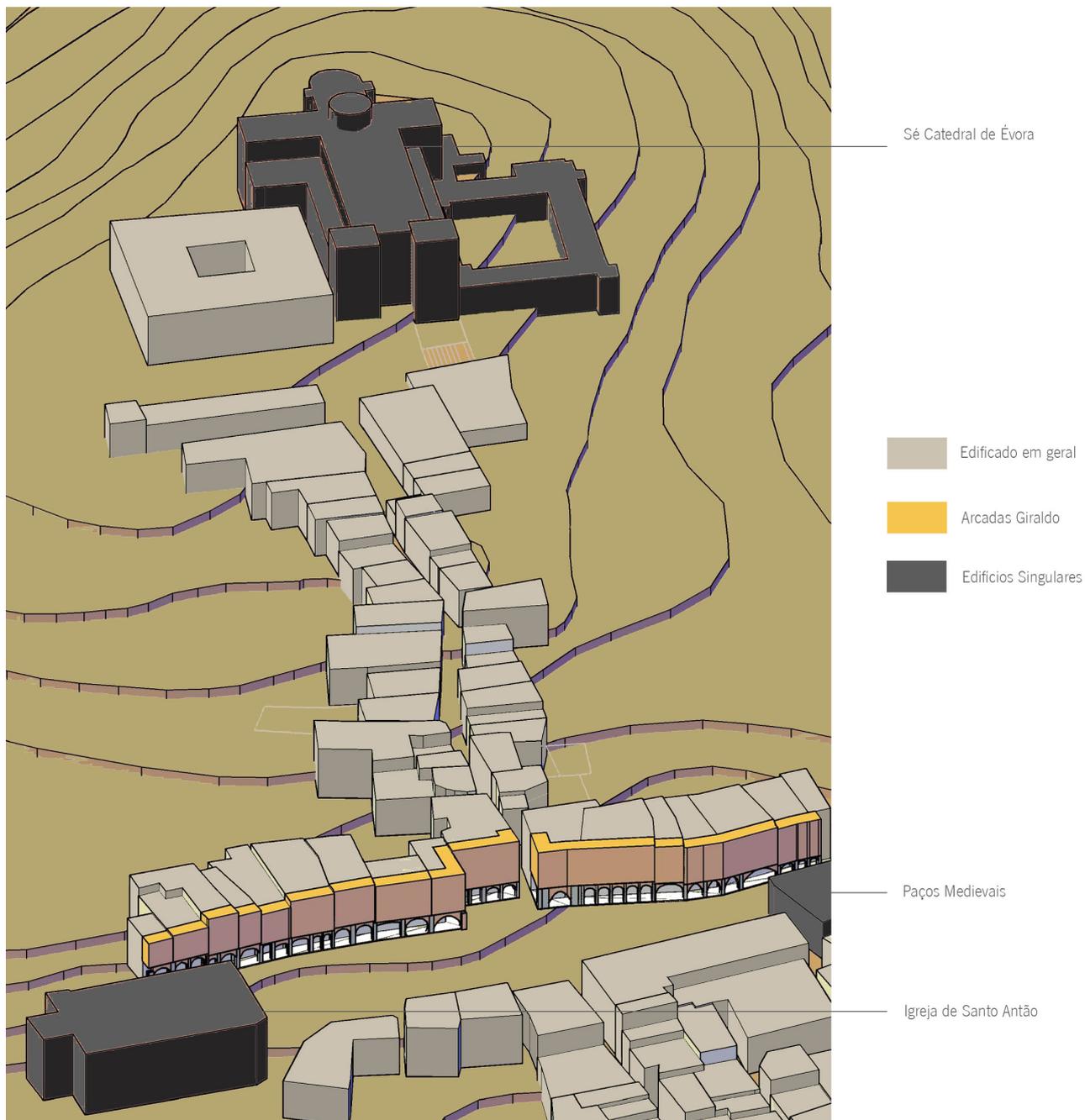
Percebe-se uma concordância na dimensão dos quarteirões do alçado Este da Rua do Raimundo. A distância de 30 braças (aproximadamente 66 metros) repete-se como medida padrão para as travessas que interseitam a via maior. Também aí verifica-se uma hierarquia no traçado, possuindo a Rua do Raimundo uma largura que andarà à volta das 2 braças (4,4 metros) e as vias menores uma largura que não ultrapassa a braça (2,2 metros).

A rua 5 de Outubro liga a praça da Sé à antiga porta da Selaria, apresenta um traçado sinuoso justificado pela ocupação árabe. A altura dos lotes anda entre os 10 – 14 metros e largura da rua não ultrapassa os 3 metros. O desenho sinuoso da via que afunila antes de chegar à Praça do Giraldo e alarga antes da praça da Sé, diminuindo também a altura dos edifícios no enfiamento do equipamento religioso. A muralha romano-visigoda anda integrada nos edifícios do atravessamento que antecede a chegada à praça do Giraldo (Alcárcova de Cima e de Baixo respetivamente) sendo que a pendente da rua é de aproximadamente 10%, ficando com menor pendente aquando o alargamento do canal para a Praça da Sé.

A praça do Giraldo surge a seguir à muralha visigótica, sensivelmente centrada no alinhamento Rua 5 de Outubro – Rua do Raimundo, assentando numa plataforma quase de nível perpendicular ao dito eixo Nordeste-Sudoeste, apresentando uma forma alongada em consequência do apoio na antiga muralha e da cota do terreno. Desde o período romano que desempenha um papel importante na organização do aglomerado,¹⁰¹ desempenhou o papel de Rossio da Cidade (Rossio do Giraldo) até finais do século XV aquando o aparecimento do Rossio de S. Brás. Fora das muralhas medievais.

100 - Complexo palaciano que terá existido entre os séculos XV e XIX.

101 - Arco do triunfo localizado na praça entretanto demolido – (Simplicio: 2003)



Vista tridimensional da Rua 5 de Outubro, Évora

De génese cumulativa, os seus limites foram-se consolidando com o arrabalde de S. Francisco a Sul e a judiaria a Oeste. É delimitada a Nordeste por dois quarteirões compactos que têm uma arcada no piso térreo. O comprimento da praça é rematado nas pela Igreja de Santo Antão (antiga ermida medieval) e os antigos Paços do Concelho (atual Banco de Portugal) respetivamente a Noroeste e a Sudeste.

As arcadas que compreendem o 1º piso da fachada a Norte da Praça do Giraldo são também reveladoras da apropriação contínua da mancha urbana deste espaço. O espaço interno das arcadas vai variando apresentando também por isso diferentes tipos de arcos (arcos quebrados, em ogiva, de berço, volta perfeita...). O loteamento dá ritmo à fachada e proporciona diferentes comprimentos de arcos, de acordo com o espaçamento entre os apoios que se sucedem, variando também as colunas no seu material e altura. O percurso interno rege-se pelo parcelamento alongado e orgânico dos quarteirões, segmentando visualmente o percurso interior das arcadas e mantendo uma constante relação com a praça.



Postal da Praça do Giraldo e antigos Paços Medievais

-  Edificado em geral
-  Arcadas Giraldo
-  Edifícios Singulares

Vista tridimensional da Praça do Giraldo, Évora

Rua 5 de Outubro

Praça do Giraldo

- Edificado em geral
- Arcadas Giraldo
- Edifícios Singulares

Rua do Raimundo



Vista tridimensional da sequência urbana em estudo, Évora

A rua do Raimundo posiciona-se no enfiamento da Rua 5 de Outubro, no eixo transversal da Praça do Giraldo. Apresenta um desenho mais regular do que a rua que a precede, sendo também de maior extensão. Esta rua liga a praça do Giraldo à Porta do Raimundo e delimita juntamente com o Giraldo a judiaria a Norte. Há aliás uma clara distinção entre o parcelamento que conforma a rua. A judiaria funciona como um padrão urbano autónomo, apresentando um formato alongado e compacto, ocupando uma área limitada. Isto reflete-se na altura dos lotes, quase sempre superior à do lado Oeste da rua. Desse lado o parcelamento é mais regular, articulado em ruas paralelas à rua do Raimundo e travessas que as atravessam. Estes surgem em intervalos de cerca de 35 braças (aproximadamente 66 metros) e a altura do loteamento varia entre os 6 e 10 metros.

Com exceção no seu início após a praça, onde desce abruptamente, a rua do Raimundo apresenta uma pendente relativamente constante até à posição da antiga porta da muralha medieval.¹⁰²

102 - ver anexo (Cortes de Évora)

Igreja/Convento de S. Francisco - Paço Real + Rossio da Corredoura/S. Brás

A Sul da Praça do Giraldo, ligado pela rua Romão Ramalho, está a Igreja de S. Francisco, e o que resta do antigo Convento. Anexo a este Convento terá existido o Paço Real, complexo palaciano do qual resta o edifício da Galeria das Damas.¹⁰³ Este complexo teve o seu início no século XV, sofrendo intervenções régias durante mais de um século. A sucessiva presença dos monarcas portugueses em Évora originou uma dinâmica urbana que fez progressivamente de Évora a segunda povoação do reino à entrada do século XVI.¹⁰⁴

A escolha do Convento de S. Francisco como local dos Paços Régios justifica-se em parte por o Castelo já ter sido doado à ordem de Avis e também pela situação excelente em que o convento franciscano se encontrava. “ (...) relativamente isolado do centro urbano e sobranceiro ao vasto rossio que lhe estava defronte, ganhava ainda uma certa proteção com a muralha medieval que lhe passava ao pé.”¹⁰⁵

Há também indícios que a Galeria das Damas se apoiaria parcialmente na muralha medieval. Estes são em parte corroborados pela própria planta do edifício,¹⁰⁶ que tem pilares e paredes e pilares mais espessos conferindo-lhe um carácter paramilitar. O edifício cruzava a muralha e era rematada pela varanda que se abria ao rossio.

O Rossio da Corredoura (atual Rossio de S. Brás) remonta ao século XIV, adossando-se às muralhas medievais, desde a porta do Raimundo à Portada da Mesquita. Assume uma posição condizente com a do antigo Rossio do Giraldo como vazio posicionado junto à uma porta da muralha, colocando-se a eixo da porta do Rossio, tal como com a praça em relação à porta da Selaria.

A sua delimitação foi sendo progressivamente feita com os anexos (hortas) do Paço Real e muralhas seiscentistas. Alinhado entre a Porta do Rossio e a Galeria das Damas, a ermida de S. Brás pontua a Sul o rossio e uma fonte também ela seiscentista colocada ali perto. A ermida dista cerca de 200 metros da muralha medieval.

103 - (SILVA, J: 1995)

104 - (SILVA, J: 1995, p. 130)

105 - (SILVA, J: 1995, p.132)

106 - Ver anexo (Planta da Galeria das Damas (fonte: SIPA)

A Galeria das Damas apoiar-se-ia na muralha medieval, transpondo o perímetro muralhado, numa espécie de torre paramilitar que se ergue sobre o território. Esta atitude é semelhante à adotada no Paço da Ribeira em Lisboa. Este é constituído por um volume longo que limita a praça (gravura) sendo depois rematado por um torreão que avança sobre o rio.

Esta intenção de enobrecer os limites da urbe relaciona-se também com a imagem que a cidade transmite aos que a ela chegam. Este princípio seria válido tanto para quem chegava a pé a Évora como para quem chegava de barco a Lisboa. No Paço Real de Sintra as alas manuelinas reforçam um caráter sequencial de espaços, que no caso do Paço Real de Évora se orientariam ortogonalmente ao volume da Galeria das Damas como as ruínas fingidas de Cincinnati¹⁰⁷ sugerem. No próprio Paço da Ribeira as alas são dispostas ortogonalmente formando um claustro, que no caso de Évora há relatos de ter existido próximo da zona onde agora se encontra o mercado municipal.¹⁰⁸

Esta tipologia palaciana manuelina (pré-renascentista ou mesmo anti renascentista)¹⁰⁹ é caracterizada por uma funcionalidade sequencial de espaços, as ditas alas ou salas, que por sua vez formam claustros ou pátios, abertos ou fechados, não obrigatoriamente regulares. No caso de Sintra, as contínuas adições desde o período árabe contribuíram para essa sobreposição de construção e gera pátios de forma irregular. Também pela sua posição limítrofe do aglomerado estes complexos palacianos enquadram espaços vazios de grandes dimensões, como aliás se verifica nos casos mencionados.

As referências à biblioteca real ou de Afonso IV nas dependências do convento bem como o contínuo enobrecimento da Igreja de S Francisco (Capela Real à época) apontam para uma proximidade física destes dois equipamentos, palaciano e conventual.¹¹⁰

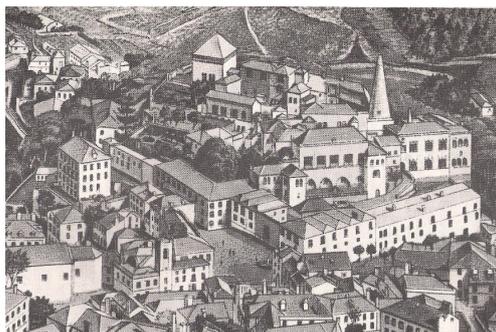
107 - As ruínas fingidas foram projetadas pelo arquiteto-cenógrafo italiano José Cinatti (1808-1879) que também dirigiu os trabalhos de arqueologia e jardinagem do Jardim Público de Évora.

108 - Sequência cronológica retirada a partir da sito do SIPA (Sistemas de Informação para o património Arquitetónico)
1482., Tomam-se oficinas ao Convento e constroem-se as salas altas voltadas para o rossio.
1490., (...) se construiu um grande pavilhão de madeira ao longo da cerca, entre o palácio e o convento
1493., Constroem-se as Terceiras Reais, Salas das embaixadas e da Rainha, refeitórios e novos e maiores aposentos.
1495., Bula Papal de Alexandre VI para se tomar o que restava da cerca e casas do Convento, desde a porto do Rossio à do Raimundo, para ampliar o Paço.
1502-1520., Constroem-se a Sala da Rainha, Enfermaria, Livraria, Quarto dos Infantes, Sala dos Coutos, Galeria das Damas e Capela Real, bem como se ajardina os terrenos anexos.
1616., Diploma régio integra o edifício, hora, pomar e jardim no Convento, dando-se início da ruína da Sala da Rainha com a construção de dois dormitórios.
Século XVIII-XIX., Demolição do Claustro quinhentista com o pretexto de desanuviar a praça e edificar o mercado municipal.
1864., Construção do Passeio Público que destrói parte das dependências palacianas – muros medievais, cerca velha e horta.
1892., Claustro, pavilhões e livraria de Afonso V e sala da rainha são transformados num quartel.

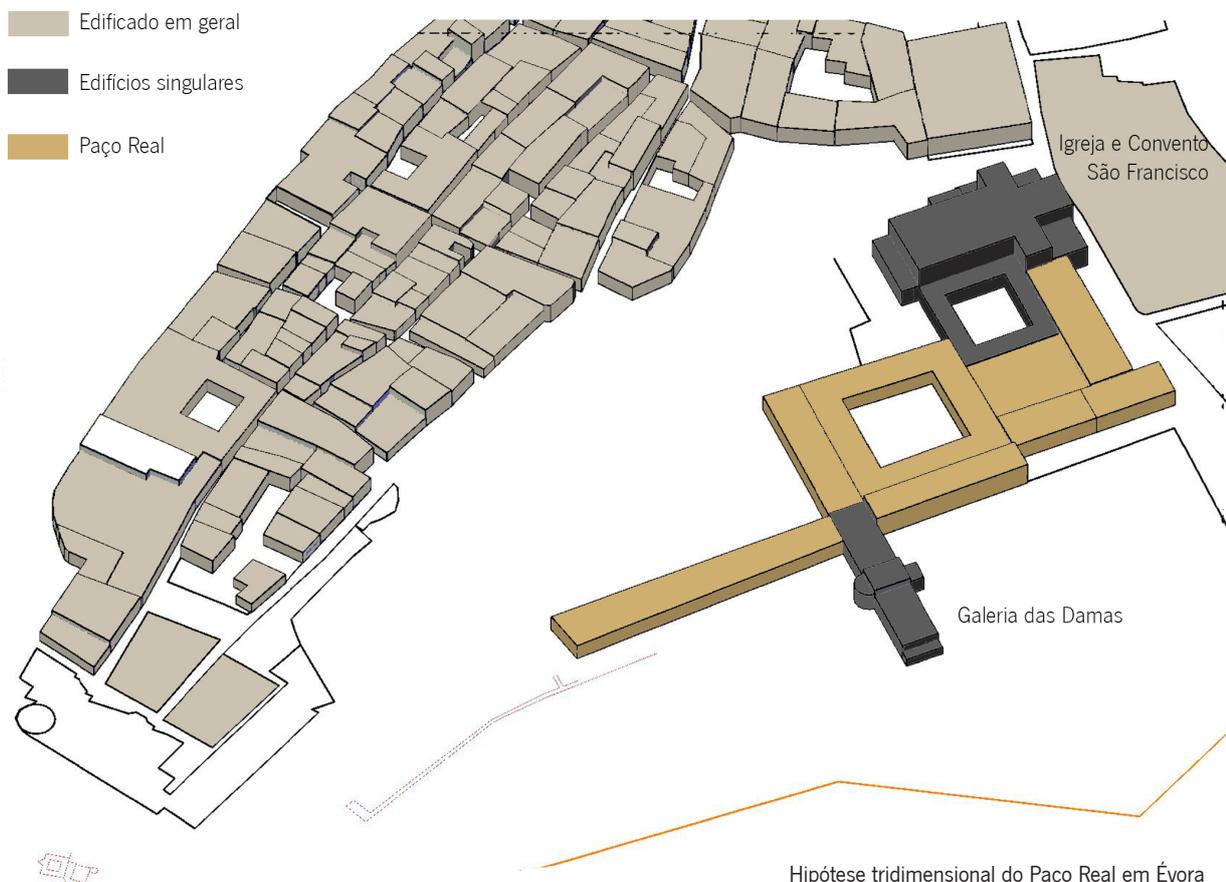
109 - (PEREIRA, P:2007)

110 - A própria correspondência entre a corte e Franciscanos bem como uma Bula Papal publicada em 1495.

Há também relatos de uma demolição parcial de um claustro quinhentista: “em virtude de desafogar a construção do mercado municipal”¹¹¹ que nos enquadra na diferença de cota que existe entre a Igreja de S. Francisco e o mercado municipal. A própria construção de um pavilhão de madeira aquando do casamento de uma das princesas, unindo a porta do Rossio ao complexo palaciano ao longo da muralha medieval, sugere uma coabitação entre dependências palacianas e conventuais.



Imagens do Paço Real de Sintra e do Paço Real de Lisboa.



Hipótese tridimensional do Paço Real em Évora

111 - Ver sequência cronológica SIPA.



Perspetiva hipotética da urbe de Évora durante a 1ª metade do séc. XVI

Conclusão

O período medieval foi um momento importante na construção da identidade das urbes portuguesas. O facto de existir um limite físico da mancha urbana permite também uma observação criteriosa deste período do urbanismo português. A imagem muitas vezes associada aos centros antigos das cidades portuguesas corresponde em grande parte à conceção de espaços e arquétipos que surgiram durante o período medieval e que, com maior ou menor transformação das suas características, nos chegaram aos dias de hoje.

Uma das características fundamentais dos traçados urbanos portugueses é a sua capacidade de entender e se articular intimamente com as características físicas do território. A escolha do sítio era a primeira forma de relação com o território. (TEIXEIRA, M: 2012)

A escolha do Alentejo remete-nos para uma unidade de paisagem particular do território nacional. Não só pela morfologia do terreno como pelos padrões de urbanização já existentes no território, onde a influência islâmica sobrepõe-se à colonização romana. Esta divisão do território nacional em preexistências urbanas romanas e árabes tem repercussões nas cidades do Norte e do Sul, e encontra diferenças regionais de acordo com a unidade de paisagem em que se inserem. Há contudo, apesar destas premissas, uma unidade de composição urbana em cada urbe em estudo.

Da mesma forma que encontramos singularidade em cada urbe da amostra territorial em estudo, verificamos que existem princípios transversais à escala regional, nacional (e ultramarina). Os princípios de regularidade e hierarquia de uma rua direita estão presentes na Rua Nova de Alcácer assim como no Funchal, onde existe uma rua direita, paralela à linha de água e relacionando-se com principal vazio da urbe, a Praça Nova ou a praça da Sé respectivamente. A abertura de uma praça Nova em Elvas remete-nos para a hierarquia dos vazios urbanos presentes em Braga (Rossio da Sé) ou em Beja (Praça do Peixe), com a colocação do principal vazio no centro da urbe, em concordância com o principal equipamento religioso da cidade, ainda que sob designios territoriais e preexistências diferentes em ambos os casos.

Ainda que no caso específico de Évora sejam evidentes os princípios reguladores da civilização romana, a ocupação árabe deixou padrões urbanos distintos na urbe e no seu traçado, tanto dentro da cerca velha como no bairro da mouraria, foi sem dúvida adulterado segundo a a tipologia da urbe árabe. (RIBEIRO:1993)

Se o urbanismo português é o resultado de uma articulação ponderada do construído com o território, o mesmo se poderá dizer a propósito da sua capacidade de se articular com as preexistências, com os padrões urbanos já existentes no território.

Nas urbes em estudo observamos um traçado de raiz islâmica, uma expansão medieval espontânea e uma consequente consolidação da mancha urbana, quer pela cinta muralhada como por operações organizadas de ocupação ou reestruturação de vazios urbanos.

De modo a compreender o urbanismo português é preciso ter em conta que na cidade portuguesa encontramos articuladas uma componente vernácula e uma componente erudita. A vernácula, de experiência empírica, representa a obra construída sem o recurso de técnicos especializados, apresenta uma forte relação entre o seu traçado com a topografia local. É estruturada a partir de funções e edifícios singulares, civis ou religiosos, dando sentido à malha urbana envolvente. A componente erudita é normalmente associada a intervenções régias ou institucionais como a igreja ou particulares na construção de palácios ou casas senhoriais. A obra que corresponde a esta componente é caracterizada pelo recurso a técnicos especializados, por uma maior regularidade que, sendo inicialmente empírica se regula pelo renascimento segundo lógicas científicas do desenho e racionalidade da matemática e geometria. A construção ou reforma de igrejas, tipologias palacianas bem como espaços urbanos como praças e rossios são parte da obra de componente erudita. Também estruturas militares, como muralhas, castelos e fortificações são parte desta componente e constituem momentos chave no desenho e configuração da urbe.

A presença e intervenções régias desempenharam um papel importante na evolução e consolidação das urbes portuguesas. Fosse pela dinâmica que impunham na urbe durante a sua estadia como pelas intervenções em edifícios e vazios urbanos. No caso de Évora ainda hoje é perceptível a relevância que a área envolvente da Igreja de S. Francisco e Rossio de S. Brás tem na cidade, muito embora a maior parte das dependências palacianas tenham desaparecido. A dimensão dos vazios urbanos (entretanto conformados apenas durante o século XX) aponta

para uma intervenção de grande escala onde mais uma vez a relação com a topografia do local é evidente, assim como os princípios de expansão medieval portuguesa, a escolha do local, área quase plana com uma pendente favorável, próxima de uma Porta da Cidade (Porta do Rossio).

O pensamento moderno não se limita às experiências renascentistas realizadas no território. Já durante a transição dos séculos XV – XVI se promoveram intervenções nas urbes portuguesas, que ainda que não seguissem o rigor e a geometria dos cânones da arquitetura e urbanismo renascentista, já têm presentes os princípios de uma conceção da cidade moderna. A reestruturação de praças urbanas, a colocação de edifícios institucionais como paços, misericórdias e igrejas matrizes geridos segundo a representatividade do espaço. Os princípios urbanísticos de regularidade e ordenamento onde se expressa uma conceção hierarquizada dos espaços públicos: uma ideia de composição global da cidade, em que todos os seus limites estavam articulados num todo coerente.

Estas operações, ainda que visíveis já nos finais do século XV, só durante o reinado de D. Manuel I tomam significado e coerência abrangendo a escala nacional. Daí a designação de intervenções manuelinas às operações analisadas em Alcácer do sal, Évora e Elvas. É uma procura de categorizar as primeiras experiências modernas na cidade portuguesa, que depois encontram eco nos séculos seguintes. Convém aqui separar este tipo de intervenções com o modo manuelino, associado a uma retórica representativa das fachadas e elementos de transição do objeto arquitetónico como portas e janelas. Naturalmente que um não é dissociável do outro, até pela própria colocação recorrente de edifícios singulares nestes novos espaços, ou do uso dessa retórica em elementos de fachada como a janela manuelina na fachada lateral da Igreja do Espírito Santo, em clara relação com o vazio urbano da Praça Nova.

Estas intervenções, o vazio urbano, a rua, a praça ou o rossio surgem-nos integradas num pensamento da cidade como um todo, articulados com o preexistente numa nova imagem de cidade, num novo entendimento do desenho urbano.

Dentro do período em estudo existem dois momentos distintos de urbanização em Portugal que já foram balizados anteriormente entre a segunda metade do século XIII e finais do século XIV e daí até meio do século XVI.

As intervenções régias, de componente erudita, têm também dois períodos distintos de atuação no território. Se numa primeira fase, após a reconquista cristã, o esforço foi canalizado no

sentido de povoar e ocupar o território então conquistado, procedendo-se a um conjunto de intervenções de cariz militar como a construção ou reconstrução de Castelos e estruturas fortificadas, a partir do século XV, com o início da expansão marítima sucedeu-se a construção ou reforma de tipologias construtivas, de expansões planeadas extramuros, a reestruturação de praças urbanas bem como uma preocupação premente de dignificar os equipamentos religiosos e civis. É uma intervenção régia claramente de carácter erudito, que procura introduzir um novo vocabulário urbano, fruto de uma síntese da construção a identidade de um urbanismo medieval português desenhada ao longo de três séculos.

Bibliografia

AAVV: 2007: A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público | Continente. Edição da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa

ALMEIDA, Cármen., 2001. Riscos de um século, memórias da evolução urbana de Évora. Évora: Câmara Municipal de Évora

ALVES, Adalberto., 1999. Portugal, ecos de um passado árabe. Lisboa: Ed. Instituto de Camões.

ARMAS, Duarte de., 2006. O livro das Fortalezas. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 3ª edição

Barroca, Mário., 1992. Medidas-Padrão Medievais Portuguesas, Revista da Faculdade de Letras. História, 2ª Série, vol. 9, Porto.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha., 1995. Évora na idade média. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de investigação ciência e a tecnologia.

CARVALHO, Sérgio Luís., 1989. Cidades medievais portuguesas. Uma introdução ao seu estudo. Lisboa: Livros Horizonte.

CHEUCA, Fernando., 1982. Breve história do urbanismo. Lisboa: Editorial Presença.

CORREIA, Fernando., 1999. Elvas na Idade Média, tese de mestrado em história medieval: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, Alves., 2007. Introdução ao estudo da arquitectura portuguesa, Porto: FAUP Edições.

COSTA, Alves., 2007. Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Porto: FAUP publicações.

DENTINHO, Maria., 1989. Elvas – monografia. Évora: Câmara Municipal de Évora

- ESPANCA; Túlio: 1993. Évora, Património Mundial. Editora Presença, Lisboa
- FERNANDES, Hermenegildo e VILAR, Hermínia., 2007. O Urbanismo de Évora no período medieval. Revista Monumentos, nº 26.
- FERNANDES, Hermenegildo., 2008 Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética. FLUL/CHUL
- FERNANDES, José., 2000. Arquitectura portuguesa, uma síntese, Lisboa: edição Casa da Moeda.
- FREIRE, Maria da Conceição., 1999. Rossios do Significado Urbano, um caso de estudo, O Rossio de Évora. Dissertação de Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico: Universidade de Évora
- GARRINHAS, João., 2001. Elvas, de uma perspetiva passada, à análise dinâmica habitacional recente. Biblioteca da Câmara Municipal de Elvas.
- JURGENS, Oskar., 1992. Ciudades españolas, su desarrollo y configuración urbanística. Madrid: ediciones MAP.
- LAMAS, António Ressano Garcia., 2000. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: edição da Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a ciência e a tecnologia.
- MARQUES António., 1988. Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa, Lisboa: Editorial Presença.
- MATOS, Ana., 2005. O Centro Histórico de Elvas e o seu património cultural. Elvas: Seminário de princípios de conservação e recuperação do património.
- MATTOSO, José., 2005. Identificação de um país: ensaios sobre as origens de Portugal 1096-1325 – I Oposição. Lisboa: Editorial Estampa Lda.
- MURATORI, Saverio., 2010. Saverio muratori 's beitrug zu einer operativen Kartografie des Territoriums [saverio muratori's contribution to an operational mapping of the territory] ZHAW University, Winterthur

PEREIRA, Gabriel., 1947. Loios (Antigo mosteiro ou casa de S. João Evangelista). Évora: biblioteca municipal de Évora, estudos eborenses 2ª ed., vol. I.

PEREIRA, Humberto., 2009. Vazios úteis, o espaço público de Évora. Dissertação do curso de mestrado integrado em Arquitectura da Universidade de Évora.

PEREIRA, Paulo, 2007., História da Arte Portuguesa, III Volume – O Modo Gótico (séculos XIII-XV), Rio de Mouro: edição Círculo dos Leitores.

RAFAEL, Moreira., 1991. A arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RAU, Virgínia., 1982. Feiras medievais portuguesas. Lisboa: Editorial Presença.

RIBEIRO, Orlando., 1993. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: edições Livre.

ROSSA, Walter., 2002. A urbe e o traço. Edições Almedina, Lisboa.

SAMPAIO, Mafalda., 2001. O modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas (século VIII-XIII), tese de mestrado em desenho urbano, ISCTE, Universidade de Lisboa

SILVA, José., 1995. Paços medievais portugueses. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

SIMPLÍCIO, Maria., 1997. Evolução morfológica do espaço urbano de Évora. Tese de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Évora.

TAVARES, Domingos., 2007. António Rodrigues – renascimento em Portugal. Porto: Dafne editora.

TAVARES, Mário Chicó., 2004, Arquitectura gótica em Portugal. Lisboa: Livros Horizonte.

TEIXEIRA, Manuel., 2012. A forma da cidade de origem portuguesa: edições UNESP, São Paulo.

TEIXEIRA/VALLA, Manuel / Margarida., 1999. O urbanismo português: séculos XVII-XVIII. Lisboa: livros horizonte.

TORGA, Miguel.,1980 Pátria. 4ªedição, Coimbra

TRINDADE, Luísa., 2009. Urbanismo na composição de Portugal, tese de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

TRINDADE, Luísa., 2011. A morfologia urbana como instrumento para o conhecimento da cidade medieval portuguesa. 1ª Conferência do PNUM, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VAL-FLORES, Gustavo., 2005. A evolução urbana do Centro Histórico de Évora. Vol. I - séc. I a.C.-séc. IV d.C. Évora: Câmara Municipal de Évora.

Índice de imagens

Página	Imagem	Título
22	1	Esquema da ocupação do Al-Andalus
27	2	Diagrama Territorial (síntese)
29	3	Diagrama Territorial (morfologia do terreno)
33	5	Diagrama Territorial (ligações regionais)
37	7	Diagrama Territorial (hierarquia regional)
39	8	Diagrama Territorial (localização dos casos de estudo)
41	9	Planta de implantação de Alcácer do Sal
43	10	Planta de implantação de Évora
45	11	Planta de implantação de Elvas
49	12	Planta do califado de Córdova
52	13	Planta medieval de Monsaraz
57	14	Esquema da proporção da área urbana muralhada de Elvas
60	15	Planta parcial da urbe de Elvas
63	16	Esquema dos Vazios urbanos e equipamento religioso de Elvas
65	17	Planta do Rossio de S. Brás em Évora
73	18	Planta do relevo da implantação de Alcácer do Sal
74	19	Esquema do crescimento da urbe de Alcácer do Sal durante o período medieval
75	20	Planta dos arrabaldes de Alcácer do Sal
78	21	Planta de Alcácer do Sal com os principais equipamentos e vazios urbanos
79	22	Planta da Praça Nova em Alcácer do Sal
80	23	Planta da urbe medieval de Alcácer do Sal
83	24	Planta do relevo da implantação de Évora
84	25	Planta dos arrabaldes de Évora

Página	Imagem	Título
85	26	Planta das principais vias de Évora
87	27	Planta de Évora com os principais equipamentos e vazios urbanos
89	28	Planta do Largo Portas de Moura
90	29	Planta da Praça do Sertório
92	30	Planta da Praça do Giraldo
93	31	Planta da urbe medieval de Évora
95	32	Planta do relevo da implantação de Elvas
97	33	Esquema das principais vias e portas de Elvas
98	34	Planta dos arrabaldes de Elvas
99	35	Planta de Elvas com os principais equipamentos e vazios urbanos
101	36	Planta da Praça Nova em Elvas
102	37	Planta da urbe medieval de Elvas
107	38	Planta da Rua Nova e Praça Nova em Alcácer do Sal
108	39	Vista tridimensional Oeste da sequência urbana em estudo em Alcácer do Sal
110	40	Planta da sequência urbana em estudo em Elvas
112	41	Vista tridimensional da Praça Nova em Elvas
113	42	Perspetiva hipotética do local da Praça Nova antes da intervenção manuelina
115	43	Vista tridimensional da Rua de Olivença em Elvas
116	44	Planta da sequência urbana em estudo em Évora
118	45	Vista tridimensional da Rua 5 de Outubro em Évora
119	46	Vista tridimensional da Praça do Giraldo em Évora
120	47	Vista tridimensional da sequência urbana em estudo em Évora
124	48	Hipótese tridimensional do Paço Real em Évora
125	49	Perspetiva hipotética da urbe de Évora na 1ª metade do século XVI

Anexos

DESENHO URBANO MEDIEVAL

Uma interpretação gráfica da urbe e do território

Capítulo 0

- .Tema e problemática
- .Questão e hipótese
- .Território / Urbes em estudo
- .Estado da Arte
- .Objectivos e justificação da Investigação
- .Metodologia

Capítulo 1 - Diagrama Territorial

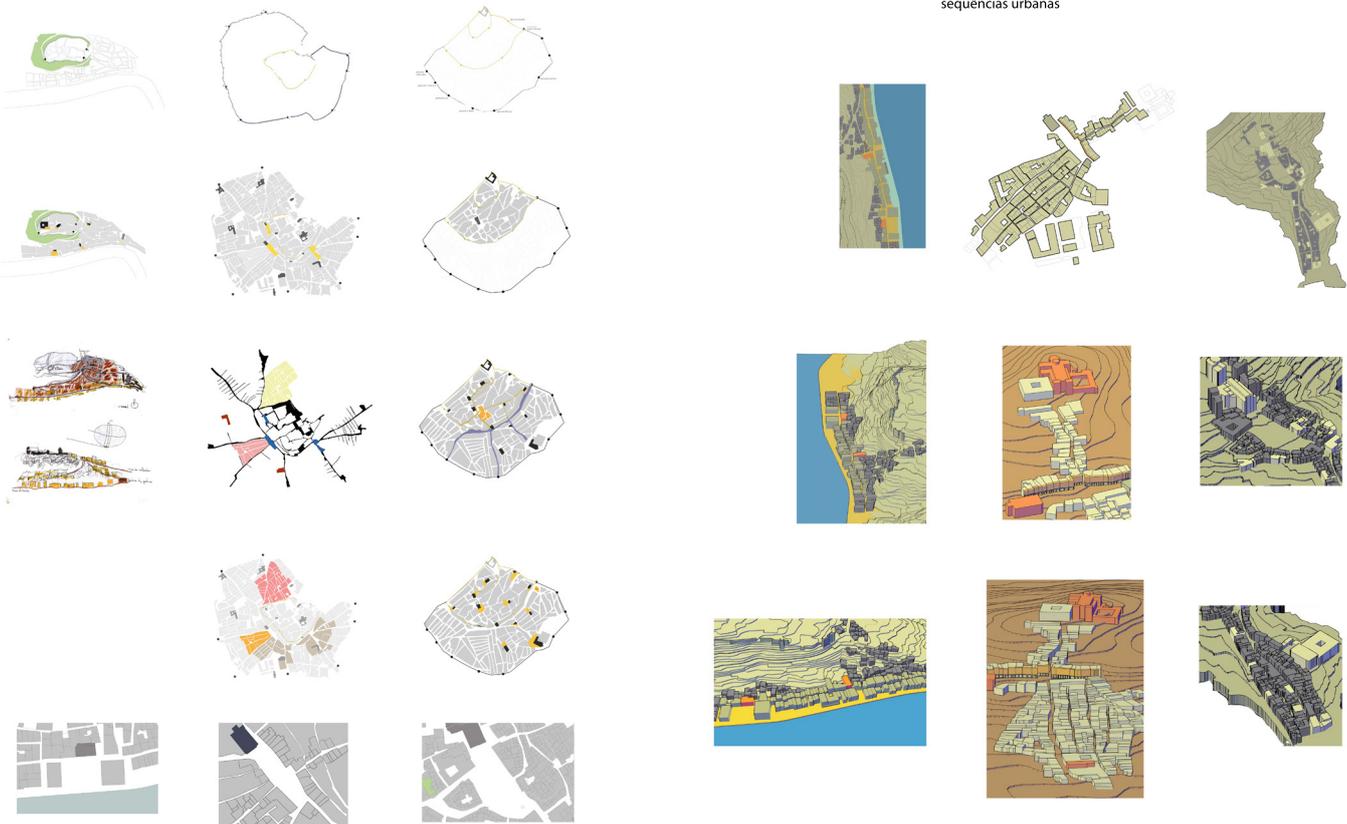


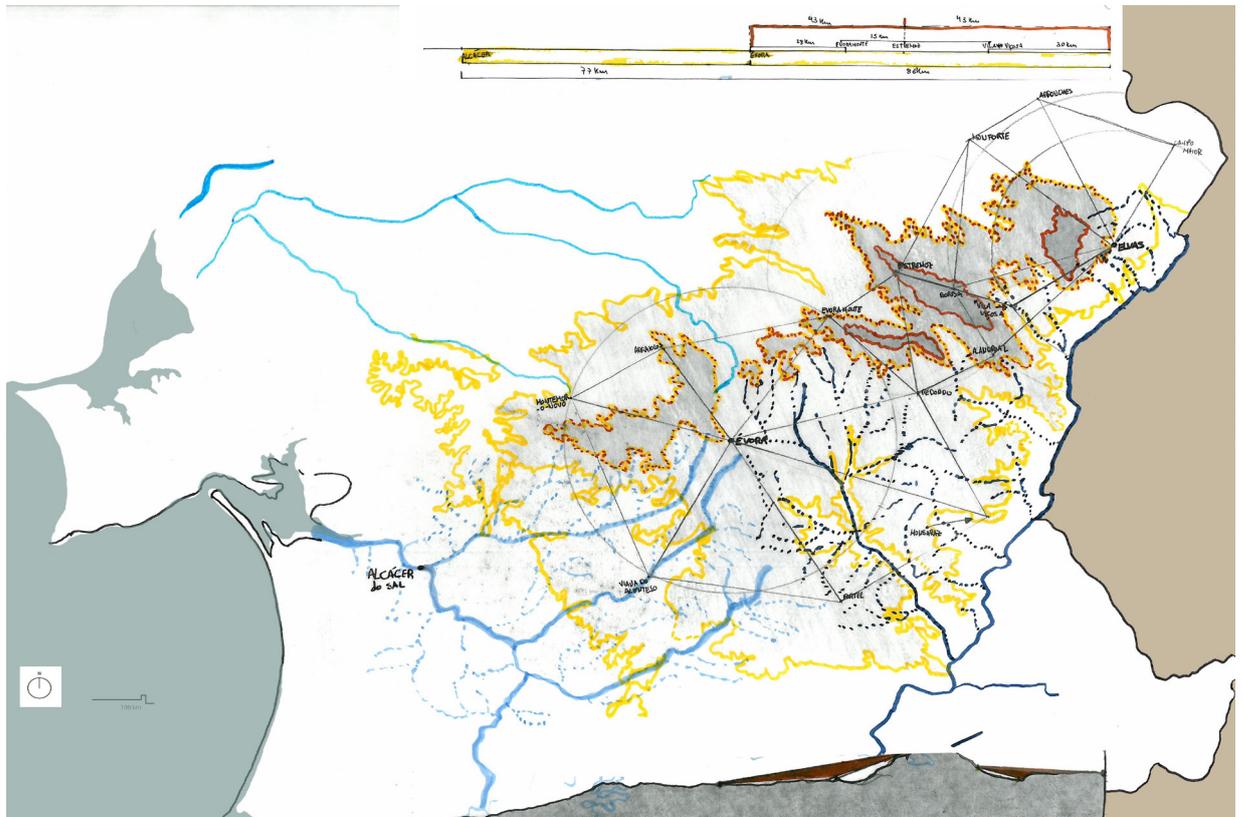
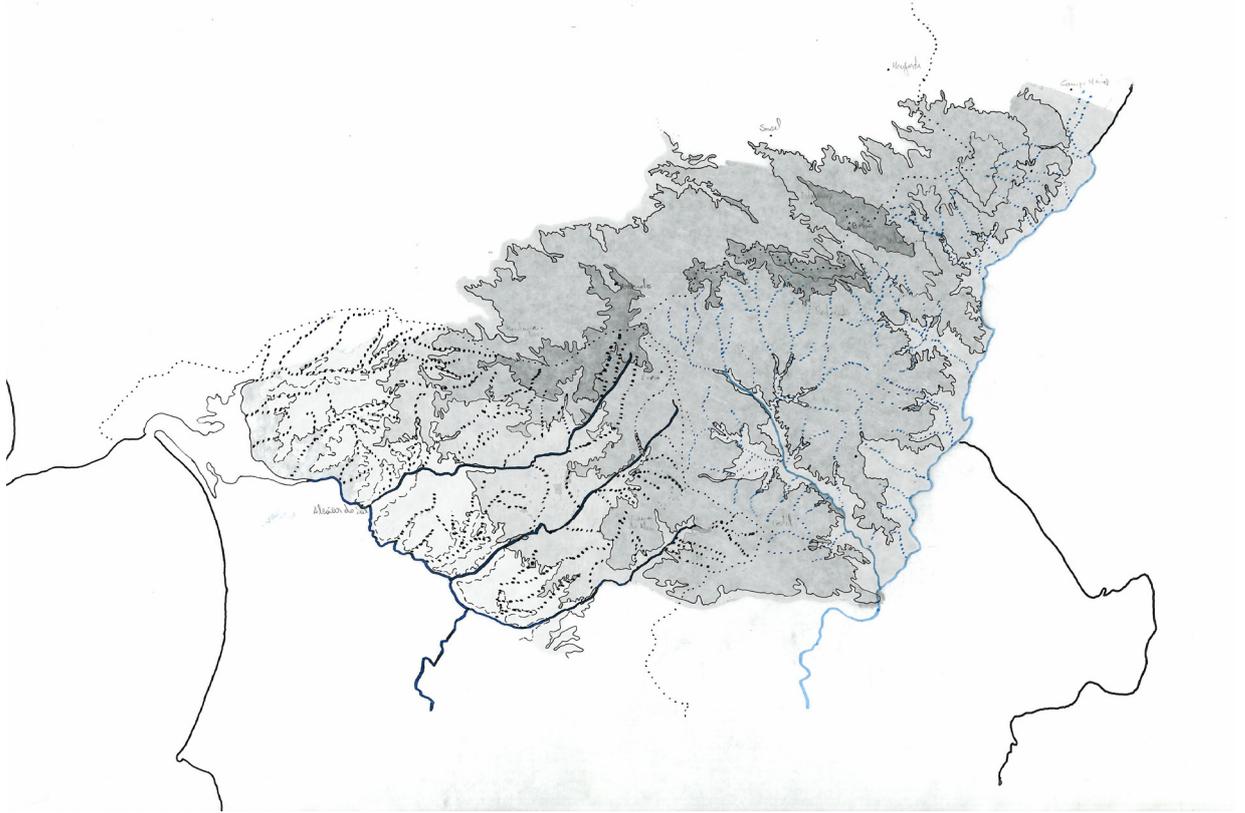
Capítulo 2 - Compreensão do desenho da urbe



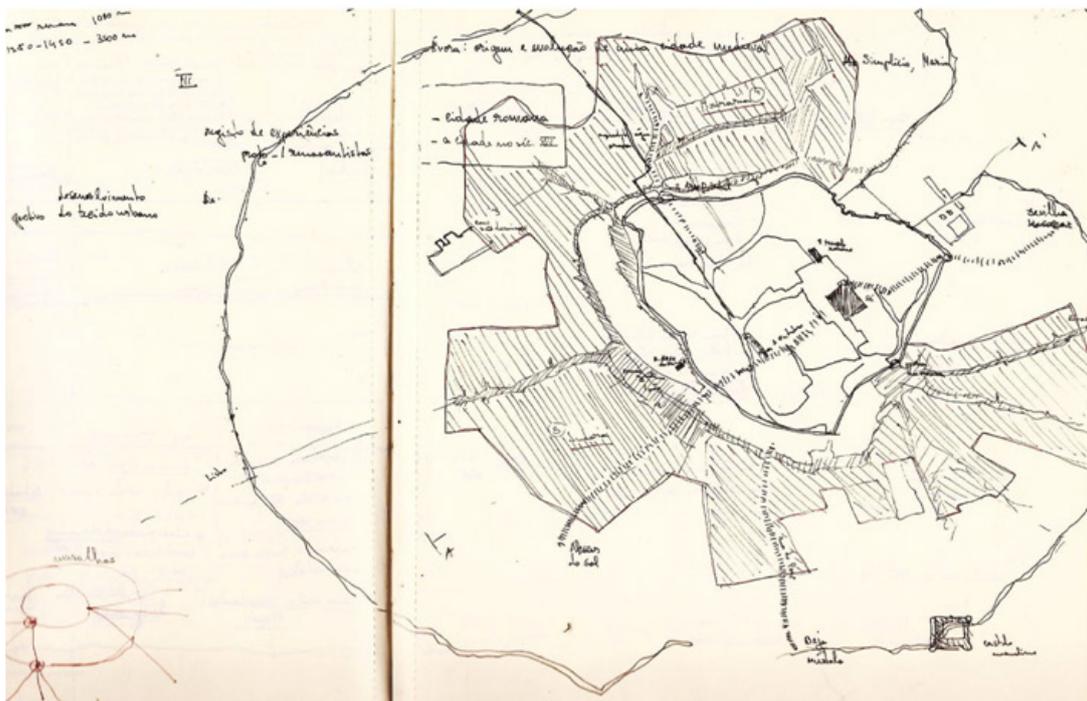
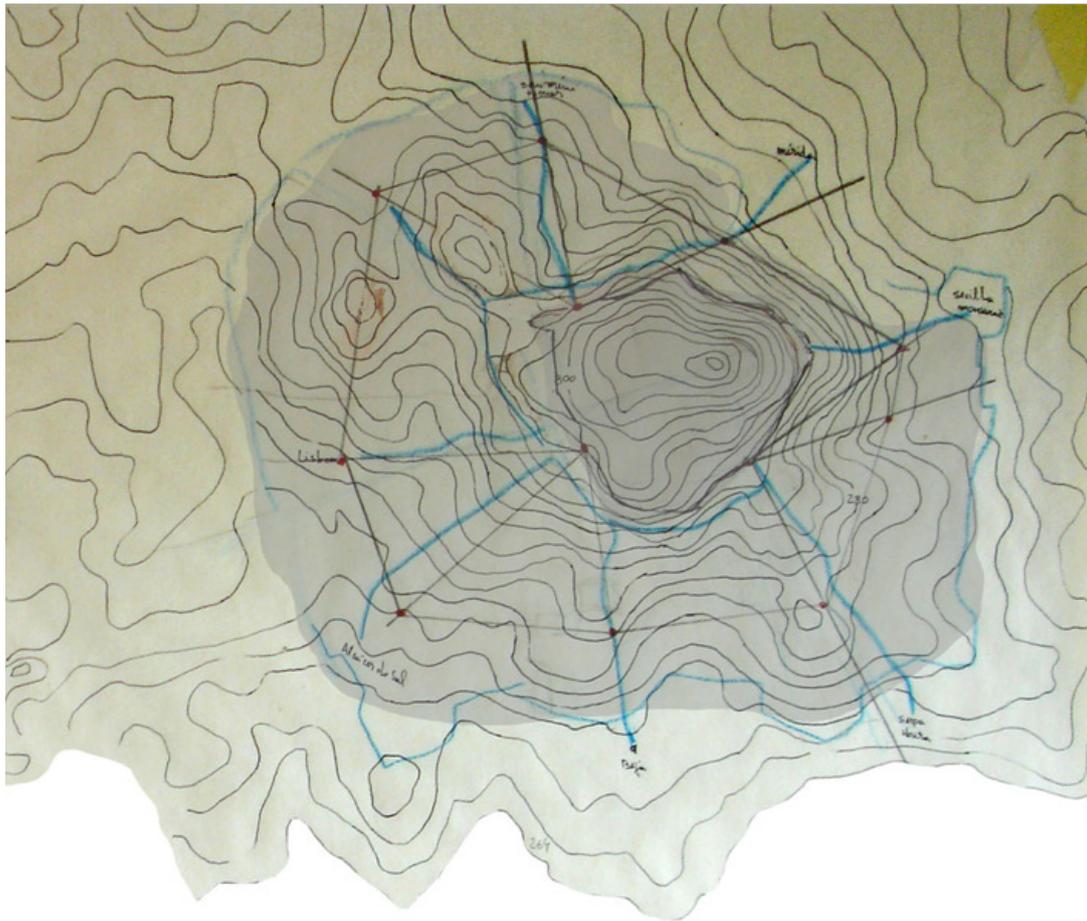
Capítulo 3 - A forma da urbe

seqüências urbanas





Desenhos da amostra em estudo



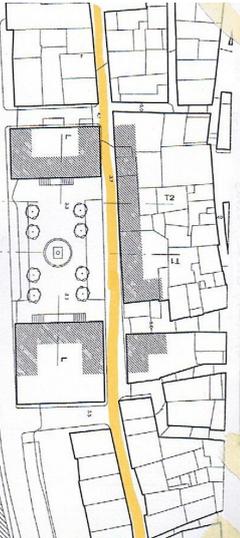
Esquemas acerca da implantação e crescimento da urbe de Évora



colunado, o lugar onde o turista vai, no se
 lêcio e no sossego encontram-se com a diversidade
 (...) Casa o cristão pela orientação, tem a rua,
 e dum modo geral qualquer espaço livre,
 uma coisa valeria muito mais gelia

"A rua medieval das cidades medievais tem qd
 real e das periferias em portulos, e uma rua
 de estradas, irregulares, geralmente estreita (e
 pouco que se observa com a natureza medieval,
 mas, mas que condizem largamente a espaços
 abertos (espaços de viação para a cidade) e a
 abertura (medieval)."

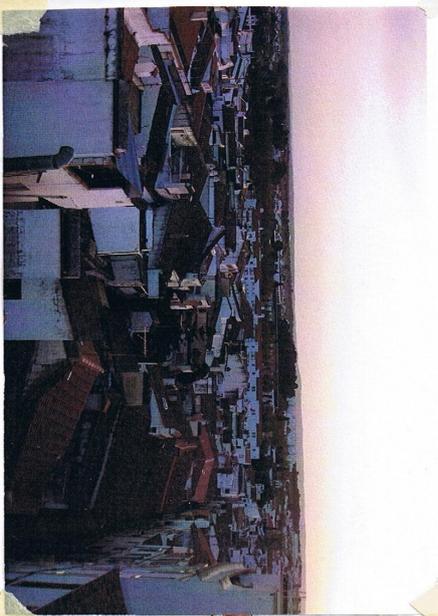
"No realidade os nomes das ruas medievais
 tendem a representar as atividades que
 nelas se praticavam"



Um caminho ao longo da costa, pa-
 zado ao mar, consistia a estru-
 tua principal de ocupação do
 território, ligando núcleos de diver-
 sos cas do território, formando espaços
 do domínio ou cercados.
 - Uma forma de povoamento linear
 desenvolve-se ao longo desta
 domínio que, em muitos casos,
 vive a transgressão-se na rua
 principal do aglomerado e em
 alguns os são até hoje, a rua
 principal da cidade

rua linear, Alcazar do Sol

O Arrabalde (rua paralela)



Évora, vista aérea da antiga judaica.

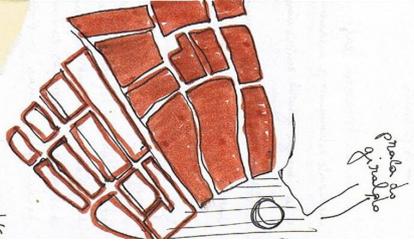
A parula - o quartirão

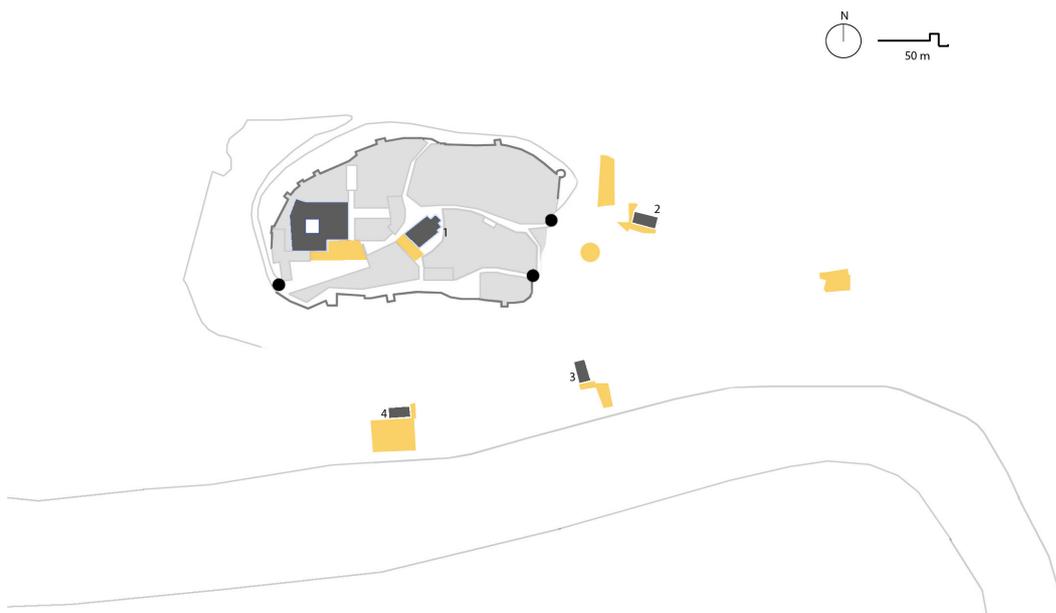
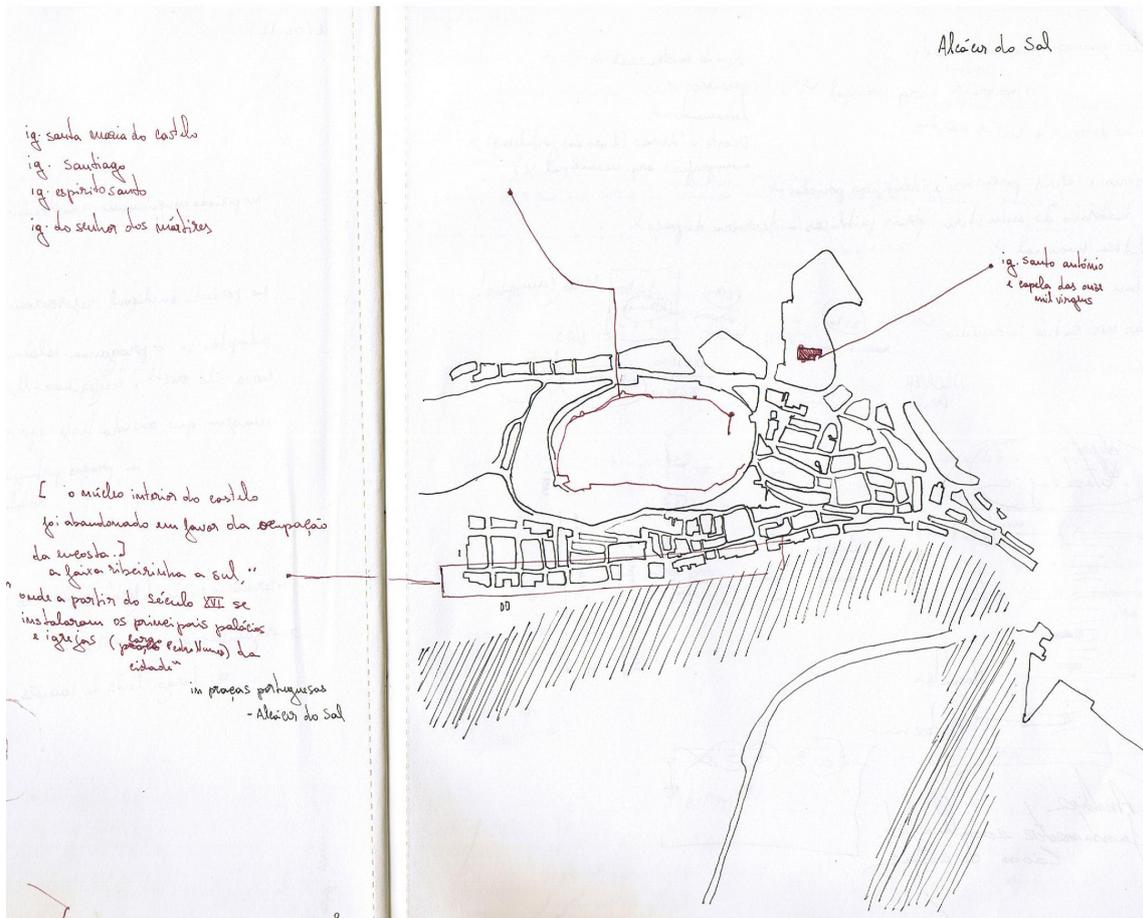
"No plano a sua divisão interna, a cidade medieval tende a dividir-se em parquias."

(...) Outras ruas, os ruas com características muito específicas eram as ruas das zonas sagradas, mais específicas
 mais, os barcos das monjas e das guildas - moutarias e judaicas

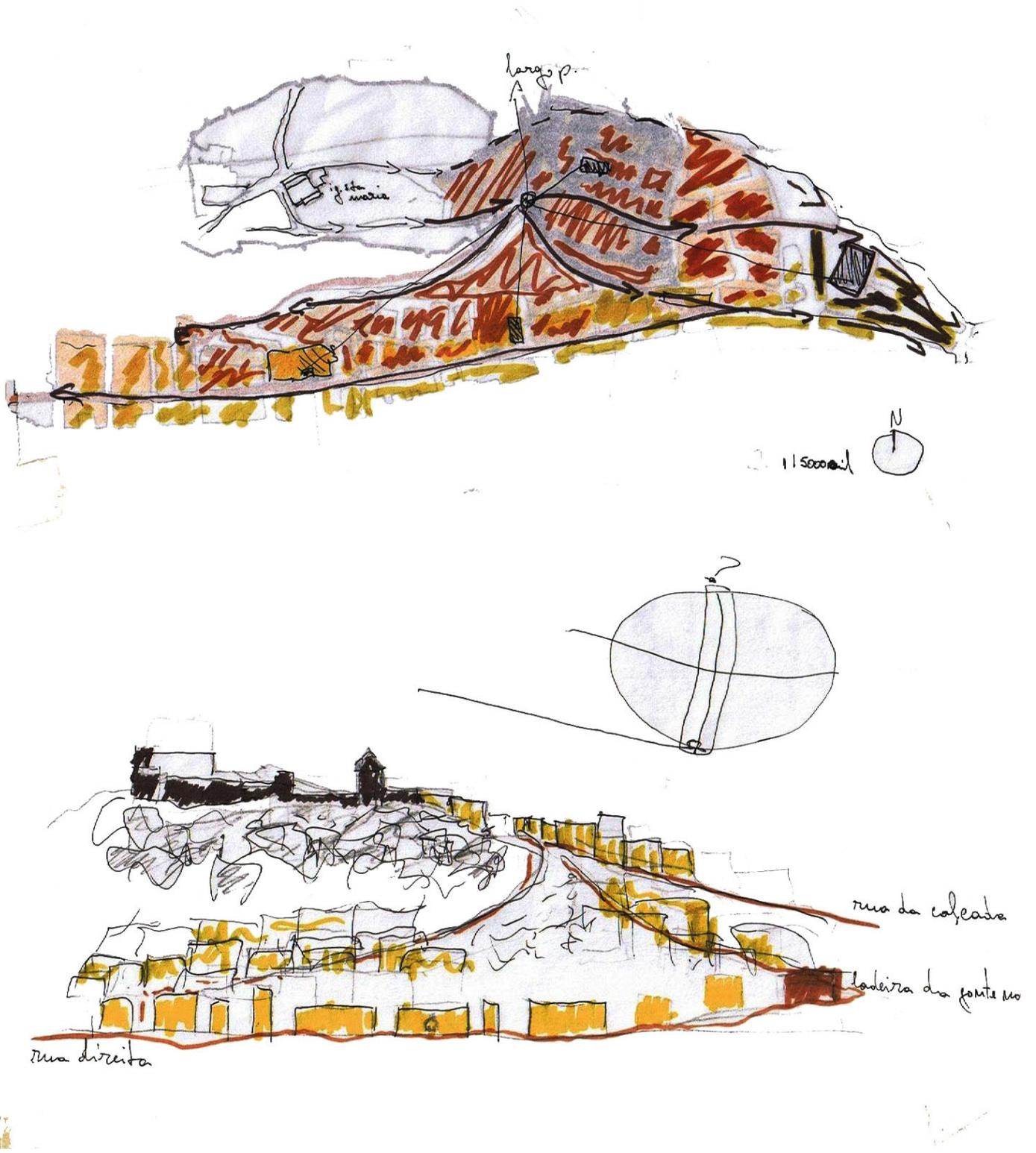
"As ruas principais são paralelas ao eixo principal
 as ruas tendem a ser instaladas mais áreas mais frequentadas da cidade, proximidades das artí-
 principais, das zonas administrativas e funerárias (moutarias) - espaço do cristão, Évora, ao passo
 que as moutarias se situavam habitualmente em zonas de arrabaldes ou em zonas
 limitadas de vilas e cidades"

"Os arrabaldes vão desenvolver-se na periferia ou
 no contorno do quartirão, em contacto com
 a rua, deixando para a zona posterior de cada
 Par. Este espaço livre é utilizado para lojas
 "A forma do quartirão medieval é determinada
 pelas traçadas viárias. Quando estas são rectas
 largas, quadriláteras, formam quartirões
 mais regulares. (...)



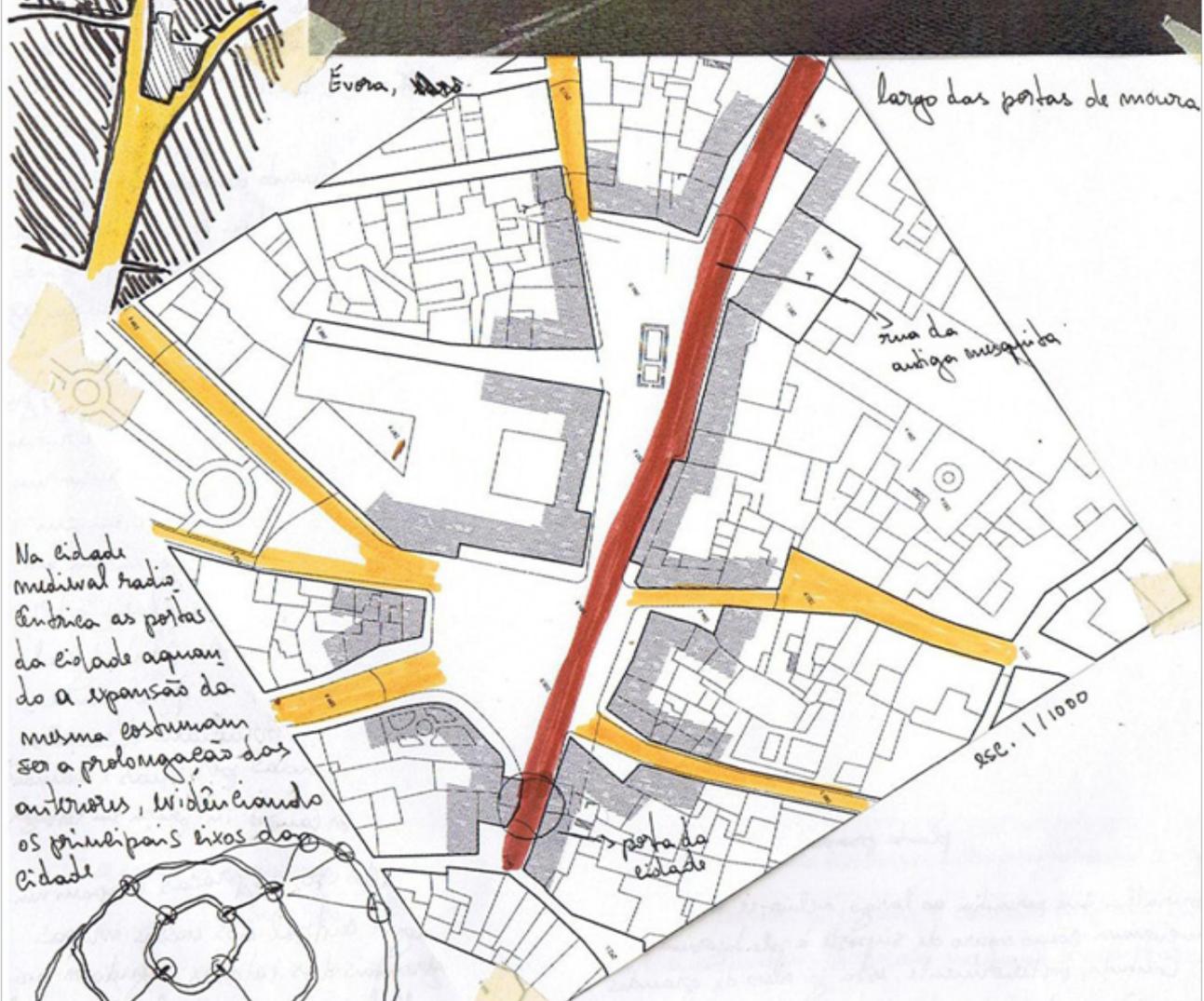


Esquemas à mão e digitais acerca da urbe de Alcácer do Sal



Planta e Vista das etapas de expansão medieval de Alcácer do Salt

"O largo da capela nova em Vila real, pouco se distingue de um entroncamento de ruas, não fosse o carácter excepcional do edifício e a sua acção sobre o espaço, do qual se apropria através de uma plataforma escaçada"

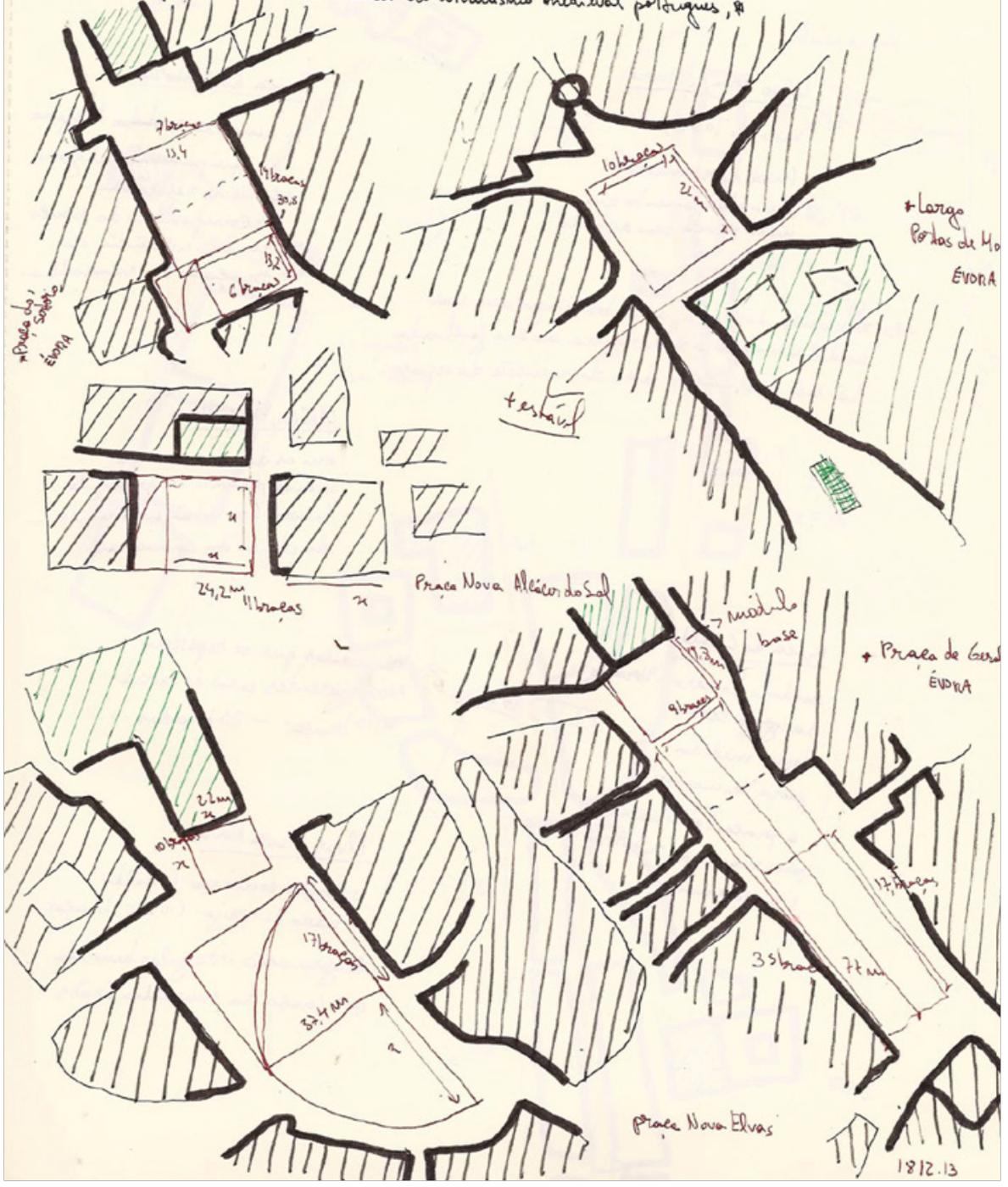


Esquema do Largo Portas de Moura em Évora

Abstract / resumo
tema e problemática
questão e hipótese

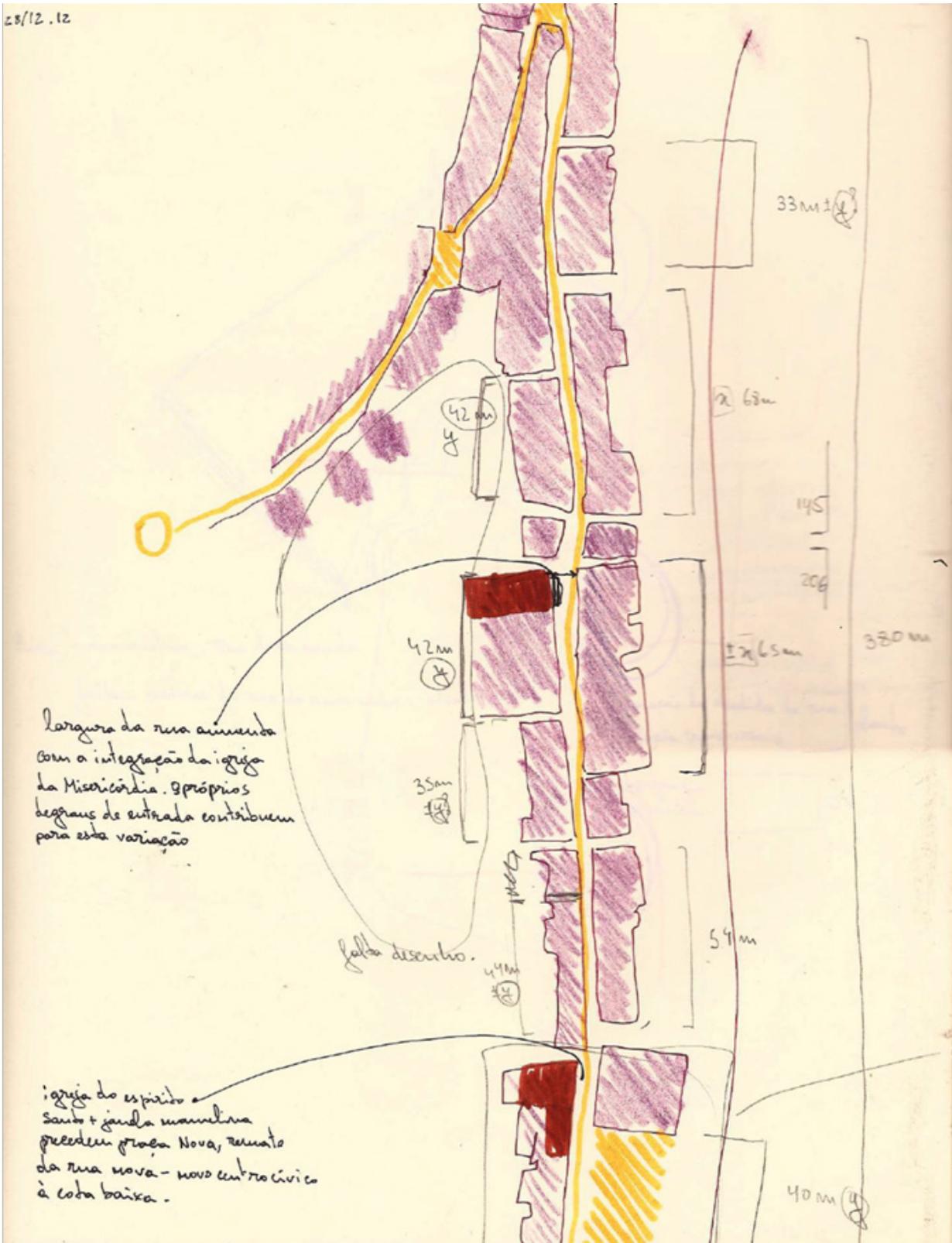
Prças

Este estudo pretende debater acerca do urbanismo medieval português, #

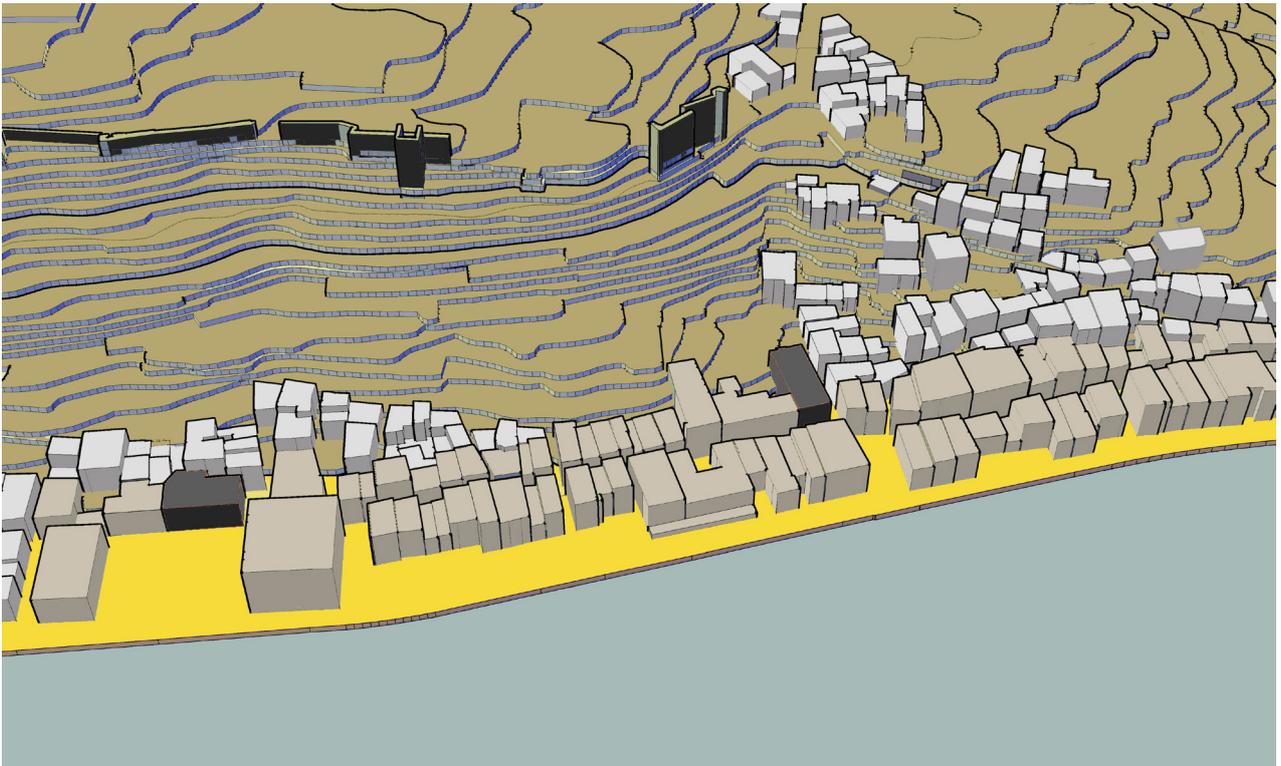


Esquemas das praças em estudo

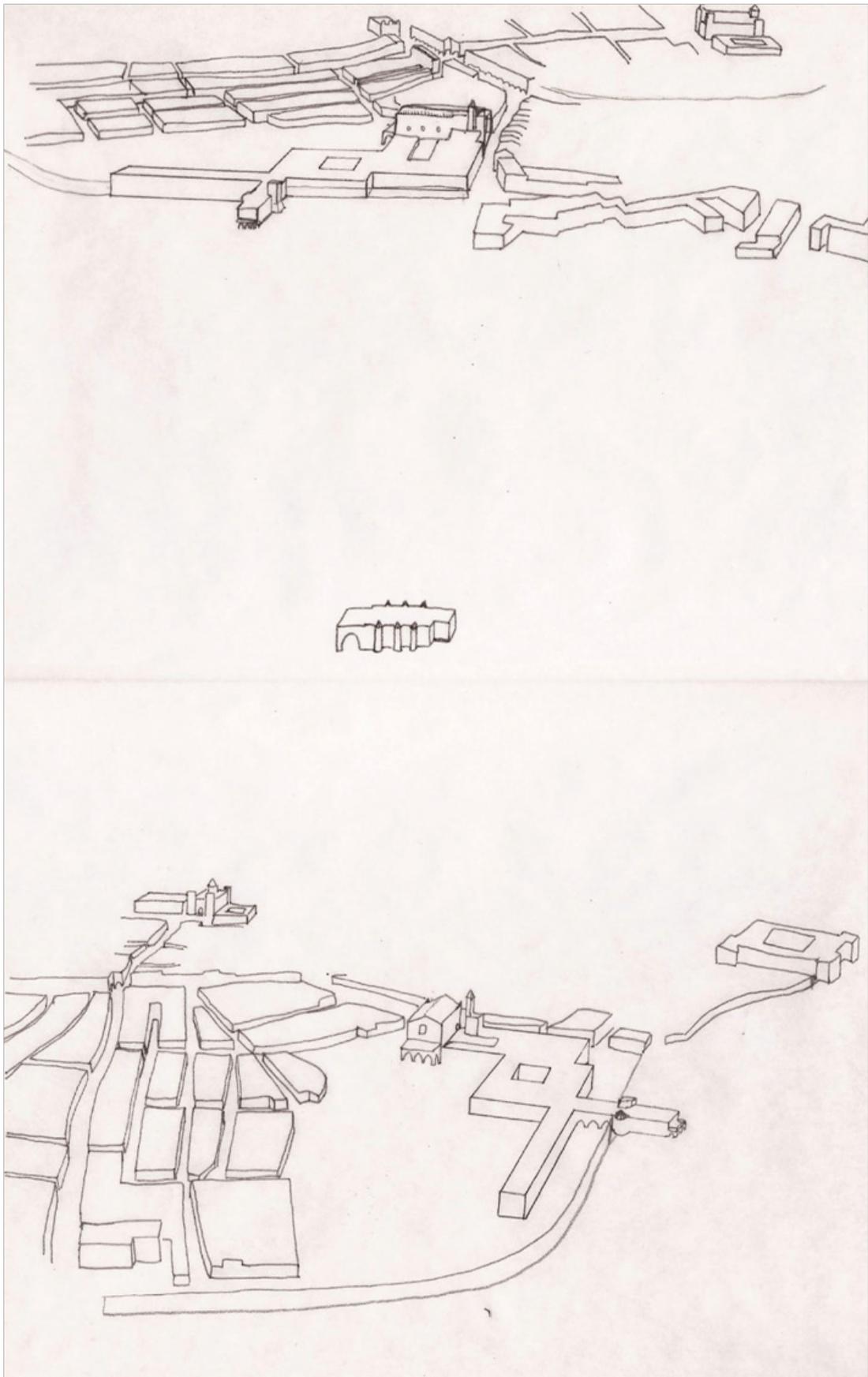
28/12.12



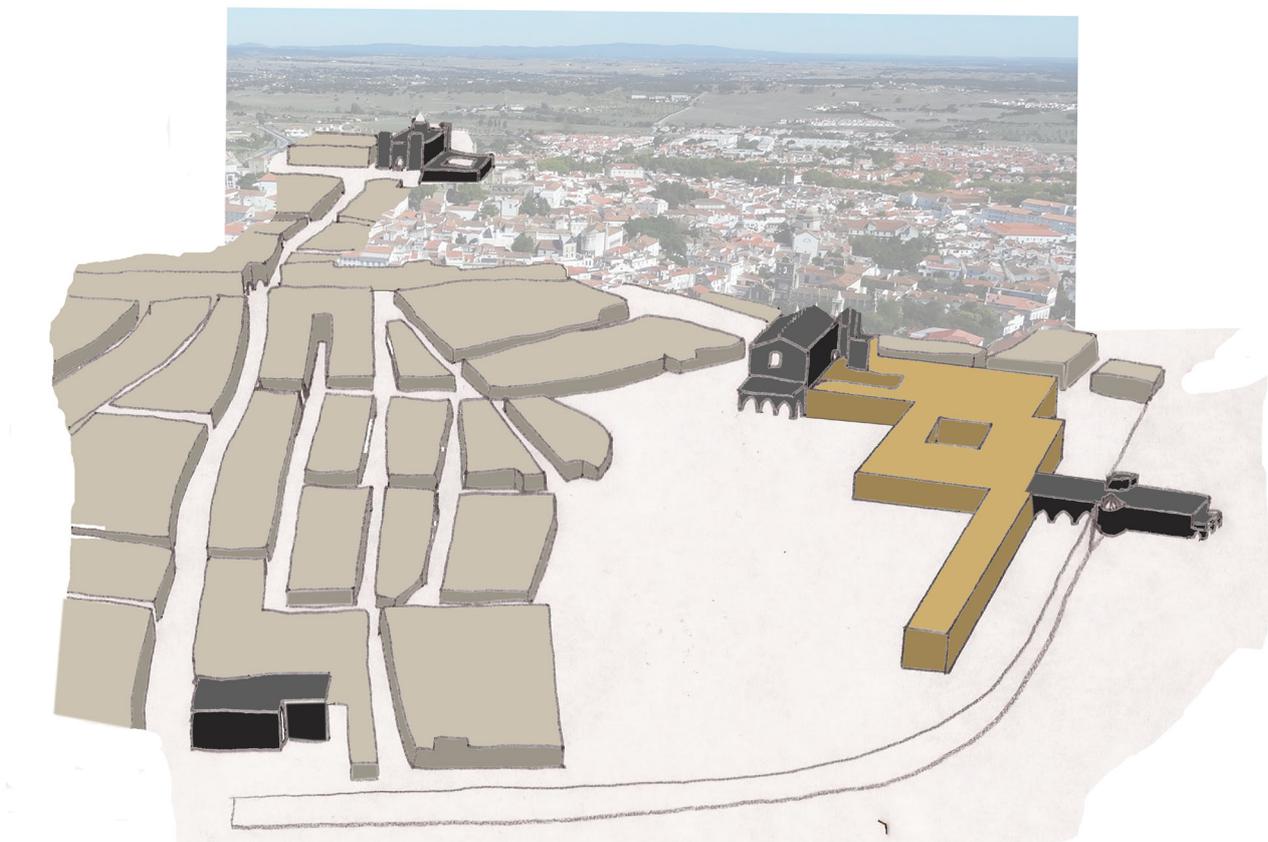
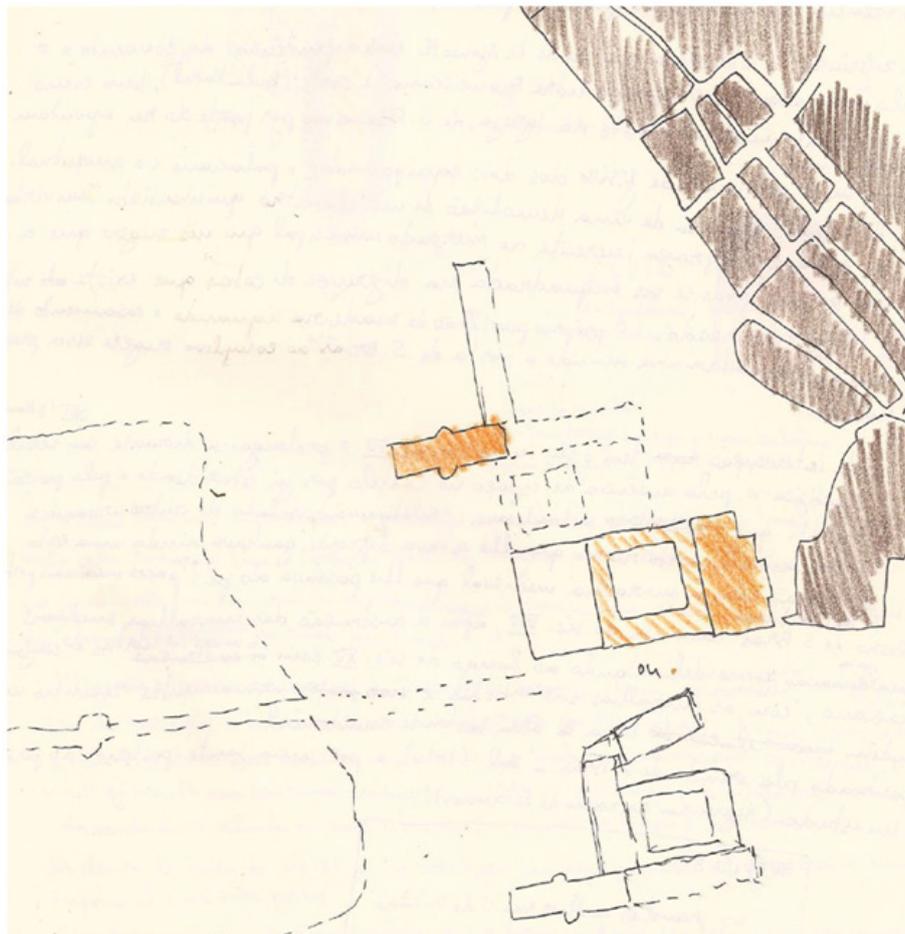
Esquema da Rua Nova em Alcácer do Sal



Planta e vista tridimensional da Rua Nova em Alcácer do Sal



Perspetivas do Paço Real em Évora



Ensaio em planta e perspetiva do Paço Real em Évora

